

LEANDRO GUERRINI

A SEMANA NA HISTÓRIA

Instituto
Histórico e
Geográfico de
Piracicaba

LEANDRO GUERRINI
(Léo Guerra)

A SEMANA NA HISTÓRIA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

DIRETORIA (2010-2012)

PRESIDENTE

PEDRO CALDARI

VICE-PRESIDENTE

CEZARIO DE CAMPOS FERRARI

1º SECRETÁRIO

TOSHIO ICIZUCA

2º SECRETÁRIO

LUIZ NASCIMENTO

1º TESOUREIRO

VITOR PIRES VENCovsky

2º TESOUREIRO

JOÃO UMBERTO NASSIF

ORADOR

GUSTAVO JACQUES DIAS ALVIM

DIRETOR DE ACERVO

FRANCISCO DE ASSIS FERRAZ DE MELLO

SUPLENTE

ANTONIO MESSIAS GALDINO

VALDIZA MARIA CAPRANICO

CONSELHO FISCAL

ANTÔNIO ALTAFIN

FABIO FERREIRA COELHO BRAGANÇA

FELISBINO DE ALMEIDA LEME

ZILMAR ZILLER MARCOS

SUPLENTE – CONSELHO FISCAL

ELIAS SALUM

FLÁVIO RIZOLLO

GERALDO CLARET DE MELLO AYRES

ROSALY APARECIDA CURIACOS ALMEIDA LEME

TIMÓTHEO JARDIM

LEANDRO GUERRINI
(Léo Guerra)

A SEMANA NA HISTÓRIA



EQUILIBRIO
e d i t o r a



PIRACICABA
Prefeitura do Município
Ação Cultural
Secretaria Municipal

Copyright © Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

Rosângela Aparecida Lobo (CRB8 – 7500)

G935s

Guerrini, Leandro.

A semana na história / Leandro Guerrini. – Piracicaba, SP: Equilíbrio, 2010.
214 p.

Publicado com apoio da Secretaria de Ação Cultural de Piracicaba e do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba - IHGP

ISBN: 978-85-61237-27-1

I. Piracicaba – História. I. Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. II. Secretaria de Ação Cultural de Piracicaba. III. Título.

CDU: 981.612PI



Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
Piracicaba – SP
2010

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Equilíbrio Editora Sociedade LTDA

DIREÇÃO
Carlos Terra
Gustavo Alvim

CAPA
Genival Cardoso

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Marcel Yamauti

FICHA CATALOGRÁFICA
Rosângela Aparecida Lobo (CRB8 – 7500)

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Printfit Soluções

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de crônicas semanais, de autoria de nosso saudoso ex-confrade Leandro Guerrini, professor e jornalista, publicadas no “Jornal de Piracicaba”, sob o pseudônimo de Léo Guerra, é uma preciosidade que, inexplicavelmente, permaneceu adormecida nos guardados do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba desde abril de 1979, exatamente há 31 anos. Incrível! Naquela data, o ilustre piracicabano destinou-nos o “boneco”, na forma de álbum, que ele próprio preparou, ordenadamente, explicando com detalhes, na página de “Abertura”, o que pretendia com seu primoroso trabalho. O livro está sendo editado exatamente conforme os originais deixados pelo autor, que correspondem a recortes das páginas do periódico citado, nos quais documentos históricos transcritos observam a ortografia da época.

É enorme o prazer desta diretoria, no encerramento do ano de 2010, finalmente publicá-la na forma de livro, com a chancela do IHGP de Piracicaba e com o patrocínio oficial da Municipalidade piracicabana, como mais uma obra do festejado historiador, para oferecê-la como nova contribuição desta entidade aos pesquisadores, professores, estudantes e o público leitor em geral, especialmente os admiradores do inesquecível mestre.

Pedro Caldari
Presidente do IHGP
Gestão 2010-2012

ABERTURA

“A semana na história” compreende uma coletânea de artiguetes, publicados no “Jornal de Piracicaba”, nos anos 1977, 1978 e 1979, compreendendo um montante de cem trabalhos.

Todos eles, desprezenciosos e falhos de arte, versam sobre fatos e pessoas, relacionados ao passado da cidade. Formam, no conjunto e no seguimento anual, uma pálida reconstrução histórica de nossa terra, uma vez que, paulatinamente, iam sendo selecionados os acontecimentos de projeção, a fim de formar um todo relativamente lógico.

Depois que foi publicada a “História de Piracicaba” em quadri-nhos, meus arquivos entraram para o sono reparador. Dezenas e dezenas de documentos, de cadernos de notas, de folhas avulsas, copiadas à mão ou à máquina, ficaram como que à espera de nova ordem.

Então pensei de usá-los de novo, na forma de crônicas desenvolvidas, uma focalização por semana, de maneira a organizar um repositório quase cronológico, um arquivo de laudas marcadas e com índice, com possibilidade de consulta. O certo seria editá-las em volume, mas a tanto não me ajudaram engenho e arte. Faço-o, porém em forma de álbum, que confio às prateleiras veneradas do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, a que pertenço com muito prazer.

Eis aí, portanto, “A semana na história”, tal como foram estampadas no órgão mencionado. Sem revisão, sem retoques, assim como saíram à luz. Usei o pseudônimo de Léo Guerra porque, durante a vigência das publicações, eu mantinha quatro sessões semanais no “Jornal de Piracicaba”. O disfarce, entretanto, foi facilmente desvendado.

Piracicaba, abril de 1979

Leandro Guerrini

ÍNDICE

A LEI Nº 21	13
Manuel Correia Arzão	15
A Expressão da Picada.....	17
A Abolição.....	19
Uma Carta-Monumento	21
Retratos da Época	23
Os Editais	25
Começam as Demarches.....	27
As Posturas Municipais.....	29
Notícias da Corte.....	31
Os Homens Maus.....	33
A Imprensa de Nossa Terra	35
As Obras da Igreja	37
Retratos da Época.....	39
Um Edital.....	41
As Primeiras Sesmarias	43
O Passo Oficial.....	45
O Sabor do Desforço.....	47
Palavras Proféticas.....	49
O Problema	51
Prudente e as Eleições de 64	53
A Luz Elétrica	55
O Anseio dos Locais	57
Briga sem Efeito	59
Os Provimentos.....	61
Hospital dos Lázaros.....	63
O Conde de Palma	65
Cemitérios.....	67
A Freguesia de Piracicaba.....	69
Repiques de Sinos.....	71
Uma Cadeia.....	73
A Primeira Sesmaria.....	75
As Duas Jurisdições.....	77
Propaganda Republicana.....	79

LEANDRO GUERRINI

Colonização Estrangeira	81
Primeiras Notícias.....	83
Rebanho sem Pastor.....	85
A Noiva da Colina.....	87
A Guerra do Paraguai	89
O Matadouro	91
Marca Zero.....	93
Maria Flor	95
O Repuxo.....	97
Retratos Antigos	99
Iluminação a Querosene.....	101
A Ituana em Piracicaba	103
Teatro	105
“Piracicaba”	107
Flagrantes	109
Um Filme Antigo	111
Visita Imperial.....	113
Hospital ou Isolamento	115
Bons Tempos	117
O Canal do Itapeva.....	119
A Rua de São José.....	121
O Pedregulho	123
O Pelourinho.....	125
A Ponte Nova	127
Água Encanada.....	129
As Estradas Municipais.....	131
Mudança Histórica	133
O Pasto de Santo Antônio	135
A Força.....	137
Os Enterros	139
O Primeiro Prefeito	141
A Vez da Igreja.....	143
As Preliminares.....	145
Os Índios.....	147
Um Sonho Adiado.....	149
A Lembrança das Minas.....	151

A SEMANA NA HISTÓRIA

A Guarda Nacional.....	153
Cópia Fiel.....	155
Flagrantes Históricos.....	157
Códigos de Obediência.....	159
Juiz Almotacel.....	161
Gente Nova no Leme.....	163
“A Quase Extinta Freguesia de Piracicaba”.....	165
Sinal de Jurisdição.....	167
Moeda Negra.....	169
O Cinema.....	171
Piracicaba em Inglês.....	173
A Bíblia Protestante.....	175
As Divisas.....	177
A Santa Cruz do Aleixo.....	179
O Correio.....	181
A Abertura da Necrópole.....	183
O Paço Municipal.....	185
Conhecida por Piracicaba.....	187
As Duas Jurisdições.....	189
A Santa Casa de Misericórdia.....	191
O Coreto do Jardim.....	193
Tumulto na Estação.....	195
As Canoas.....	197
Eleição Paroquial.....	199
Achegas.....	201
Os Ladrões.....	203
Problema Cruciante.....	205
Iluminação Pública.....	207
De Vila à Cidade.....	209
Mudam os Tempos?.....	211
Respeito aos Tempos.....	213

LEANDRO GUERRINI

1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

A LEI Nº 21

24 de abril de 1.856

LÉO GUERRA

Nas páginas da história de Piracicaba, há fatos de real importância, que vivem na penumbra. E são fatos de relevo, que merecem ser lembrados com mais destaque, pois que são referências históricas que demarcam passos de progresso, no conjunto das demais terras do Interior do Estado. Entretanto, permanecem na sombra, sem força cívica, inexplicavelmente.

A data da fundação oficial da cidade é vistosamente comemorada. Bimbalham sinos, cantam os prelos, forjam-se discursos numa vibração sobremaneira agradável. Todos os anos, Antonio Correia Barbosa desce do seu pedestal funéreo para receber as homenagens cá da turma, homenagens que se enquadram num complexo gentil e fulgurante.

Quando Piracicaba deixou de ser um punhado de gente para se tornar Freguesia pouca gente sabe, nem mesmo os historiadores, pois há divergência de datas, bem como falta um estudo mais aprofundado. Assim sendo, a data correspondente permanece em suspenso, justificando-se plenamente que não venha à festa das comemorações efusivas.

Em 1822, a Sempre Noiva deu um pulo maior para se tornar Vila ou município autônomo, livre das tutelas de Itu e Porto Feliz. Em que dia foi mesmo? Outra coisa em que o piracicabano vacila, mesmo em se tratando de referência histórica de marcante projeção. Todavia, o capítulo relativo é de suma gravidade, tal o contorno do acontecimento.

Por exemplo, você sabe em que dia nossa terra deixou de chamar-se Constituição para receber seu querido e tradicional nome de Piracicaba? Todo mundo sabe que Prudente de Moraes teve papel preponderante no movimento, mas a data permanece no esquecimento, tudo por falta deretumbo, de revivescência, de repiques, de discursos.

O dia 24 de abril é também data nativa-piracicabana. Ignorava,

é? Eis uma data que não anda nos roteiros oficiais, nem nas festividades de cunho popular. Nem mesmo no noticiário das folhas. Entretanto, é data de muito relevo, porque foi a 24 de abril de 1856 que Piracicaba deu seu último pulo, para se tornar cidade, com todos os requintes.

Eis a lei, que gizou o acontecimento, lei emanada da vice-presidência da Província, e que tomou o número 21:

“O bacharel formado Antônio Roberto de Almeida, vice-presidente da Província de São Paulo, etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial acaba de decretar e eu sancionei a lei seguinte:

“Art. 1 – Ficam elevadas à condição de cidades as vilas de Bragança, Constituição, (Piracicaba), Lorena e França, que conservarão essas mesmas denominações.

“Art. 2 – Fica criado o emprego de partidor do juízo nos termos das cidades de Bragança e Constituição e no da Vila de Rio Claro, revogadas quaisquer disposições em contrário.

“Mando portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contem. O secretário desta Província a faça imprimir e publicar e correr. Etc.”

A crônica presente tem apenas o ângulo da informação. Mesmo assim, ressalta a validade da data, já que Piracicaba, com as prerrogativas de cidade, ganhava as alvíssaras de terra progressista, pulando à frente de muitos municípios da Província.

(Publicado em 24 de abril de 1977)

MANUEL CORREIA ARZÃO

LÉO GUERRA

Eis um nome de profunda veneração nos anais de nossa terra. Foi político, literato povoador, guerreiro, escravocrata? Nada disso. Foi simplesmente um morador destes sítios que se chamavam Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba, conjuntamente com as referências que o identificam como sertanista de valor comprovado.

Como é sabido, a aldeia de Piracicaba já existia, mesmo antes da sua fundação oficial, que foi, na realidade, um marco de contagem inicial. Para nós todos, não há a afirmativa do “antes” ou “depois”. Há o primeiro de agosto de 1767, atestando que o burgo da Noiva começou nesse dia a jornada marcante de cunho geográfico.

Manuel Correia Arzão foi sertanista, como se disse acima, sertanista que, no terceiro gomo do século de 1700, fixou pousada nestas plagas. Os documentos não dizem do motivo, mas se vê nisso a circunstância da idade. Era homem de bons janeiros e, provavelmente, buscou encontrar, nas margens do rio, o descanso que seus anos reclamavam.

Sertanista era indivíduo corajoso, desbravador, pau para qualquer obra. Descobria rios, determinava picadas, estabelecia limites. Combatia, sobretudo, os nativos, pela sedução, pela persuasão, ou pela força. Praticamente, os índios eram meta, sabido em que infestavam as regiões e tinham os civilizados como inimigos figadais e eternos.

A importância para esta crônica é que Correia Arzão foi o signatário da primeira carta saída das bandas piracicabanas. Isso porque essa carta ainda existe, existe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e pode ser vista por quem quiser. Nós também a vimos, com as reservas de garantia com que se cercam as preciosidades da casa.

Essa carta, de preço inestimável, foi escrita em 1733, em resposta a uma solicitação do capitão-general da Capitania de São Paulo, Antonio Luiz de Távora, convidando o sertanista para combater os “bárbaros” que infestavam os arredores das minas de Cuiabá. Arzão, na resposta, concluía pela afirmativa, “ainda que os anos me permitiam algum des-

canço”.

Tal original manuscrito foi localizado pelo saudoso historiador conterrâneo Mário Neme, naquele departamento e fotógrafo. Da fotografia se fizeram clichés, de ampla divulgação na imprensa local. Anteriormente, foi registrada por Joaquim Silveira Melo, no “Almanaque de Piracicaba para 1900” e também consta dos “Documentos interessantes”.

No dia 28 de abril de 1733, Manuel Correia Arzão, que se encontrava em Itu, ultimando os preparativos de sua campanha, escreveu novamente ao Capitão-general da Capitania, conde de Serzedo, “considerando que V. Excia. faz às vozes de Deus, de nosso Rei e Senhor meu”, “me considero de 24 anos de idade para pelejar a peito descoberto”.

“Vou, Exmo. Sr. e para isso me fico preparando. E se V. Excia. ouvir dizer que o maior comboio matou mil, fique sabendo que o meu braço matou dez mil. A tudo isto se oferece o meu animo, a minha fé, e a minha obediência, com que me ponho aos pés de V. Excia. para honrar este pobre velho com a lembrança de Deus e da Magestade”.

O destemido sertanista faleceu em Cuiabá em 1736, quando combatia os gentios da tribo Paiaguá. Não há informação exata desse acontecimento, pois as notícias são vagas. Sabe-se apenas que, semanas antes, Arzão recebera a patente de tenente-coronel, outorgada pelo Conde de Serzedo. O certo é que o bravo sertanista não desmentiu sua bravura, não obstante a idade.

(Publicado em 01 de maio de 1977)

A EXPRESSÃO DA PICADA

LÉO GUERRA

Não resta a menor dúvida de que a fundação de Piracicaba se deveu, em grande parte, a uma picada, abrindo caminho às celebrizadas minas de Cuiabá. Ditas minas eram um fascínio incontestado, mormente entre os mandatários da época, pois o ouro acenava pressurosamente e a aventura seduzia. Mas a jornada era árdua, especialmente pela falta de rota segura.

Talvez um monumento piracicabano que, segundo um esquema que partia da sede da Capitania, atingindo Itu ou Sorocaba, até chegar às margens do rio Tietê, já que a rota fluvial era a mais prática. O ponto central da questão era o caminho de Itu ao rio Piracicaba, para alcançar Araritaguaba. Não vamos, porém, levantar cinzas que dormem.

O escopo é tão somente recordar a picada, talvez um monumento piracicabano que, seguindo Joaquim Silveira Melo, no excelente trabalho “A fundação de Piracicaba”, publicado no “Almanaque de Piracicaba para 1900”, atravessava o rio Piracicaba, logo abaixo da corredeira do Salto do mesmo nome, em um baixio arenoso que dava perfeitamente vau durante o tempo invernosos. Eis uma referência realmente autorizada.

Assim se tenta enforçar a figura máscula do sertanista Luiz Pedroso de Barros, o projetista e executor da picada, insofismavelmente o capítulo primeiro no raconto da implantação da “Noiva”. Duvida? Não se cogita, nem mesmo o “baixio arenoso” de que fala o historiador. Ressalta, isso sim, o imenso desbravador que foi Luiz Pedroso de Barros.

O sertanista é um forte, parodiando o compadre Euclides. Olhem que não é brincadeira varar matos e matos, transpor rios e alagados, vencer morros e encostas, para se conseguir um fim. Instrumentos rudimentares, transportes penosos, uma empresa espinhosa. Acrescentar cobras e animais ferozes e os índios bravios, senhores das selvas.

Que Luiz Pedroso de Barros esteve por estas bandas não se discute. A prova está numa carta enviada para o general-mor Rodrigo César de

Menezes, com data de 2 de maio de 1724, da qual carta destacamos:

“A dois de agosto, (1723), parti da Vila de Itu, seguindo o caminho do rio Capivari e daí ao rio Piracicaba e deste ao morro de Araraquara, de onde principiam os campos da dita Araraquara. O mato que se entremete da Vila de Itu a Araraquara serão sete ou oito dias. Atravessei os ditos campos até as cabeceiras do Jacarerepira que duram dez dias e desta paragem continuei a marcha”, “na demanda e deligencia de ver se podia descobrir mais campos. E aí caminhei sempre por serrados, cortando alguns pontos de mato virgem, porém o mais catanduva a que chamam de serrado, até dentro do grande rio. “Também para se poder abrir prontamente dificulta o mesmo mato ou serrado porque tudo se há de abrir com dificuldade, com instrumentos de foice e machados, e necessita de força de gente e de sustento”.

A carta continua e não há teima em afirmar-se que Luiz Pedroso de Barros, para atingir os campos de Araraquara, atravessou o rio Piracicaba, indiscutivelmente. Não se sabe se a nado ou servindo-se de canoa. O certo é asseverar que passou por “logo abaixo das corredeiras do Salto”, “em um baixio arenoso que dava perfeitamente vau, durante o tempo invernos”. Essa é a voz da história.

Claro é afirmar-se que o sertanista e a picada ocupam lugar de destaque nos capítulos da fundação de nosso berço. A expressão da picada, sem dúvida, é genuíno marco histórico.

(Publicado em 08 de maio de 1977)

A ABOLIÇÃO

LÉO GUERRA

A data máxima da semana, a data que se encontra nos anais da cidade, de 1693 (os primeiros vagidos de nossa terra), até 1900, (os últimos atentos do registro), o 13 de maio de 1888. Não é data local, que fale ao nosso bairrismo, mas é data que assinala um evento de marcante profundidade, de profusa ressonância em Piracicaba, pelos contornos de regosijo.

Tenho um chapa que pensou escrevesse algo sobre a reconstituição histórica da “Sempre Noiva”. Das suas efemérides, extrai muita coisa sugestiva. Esta, por exemplo, de 11 de maio do ano acima: “No Clube Piracicabano, realizou-se grande reunião de nacionais e estrangeiros, com o fim de assentar-se as bases dos festejos com que Piracicaba recebesse a notícia da abolição dos escravos no país. Ficaram nomeadas diversas comissões e tomadas outras deliberações, contando do programa uma **marche aux flambeaux** estrondosa.

Os rumores do esperado acontecimento se avolumavam, sem caráter oficial, o que trazia confiança e otimismo. Vinham caminhando com energia pujante, uma vez que a campanha abolicionista prosseguia a passos de gigantes. há anos. Embora vagamente, (os meios de comunicação eram escassos), a cidade sabia do andamento dos trabalhos parlamentares a respeito do assunto e a nova concludente era aguardada de momento a momento.

No dia 12, publicava a **Gazeta de Piracicaba** em manchete: “Pessoa chegada ontem da capital nos informa ter passado, anteontem, em terceira discussão, na Câmara dos Deputados o projeto do Governo extinguindo a escravidão no Brasil, devendo ter subido ontem ao Senado. O nosso informante disse-nos ter lido um boletim de um dos jornais da Capital, dando esta notícia. Viva a redenção do Brasil!”

Na sessão da Câmara Municipal, o dr. Prudente de Moraes indicou que a edilidade se associasse “aos festejos e manifestações populares que devem realizar-se na cidade por ocasião de chegar a notícia da aprovação

definitiva do projeto da abolição da escravatura no Brasil, já concorrendo incorporada a essas festas, já iluminando o edifício de suas casas”.

No dia 13, às 14:30 horas, a Comissão de Festejos Pró-Abolição recebeu da redação da **Província de São Paulo**, (hoje **Estado de São Paulo**), o telegrama a seguir: “O projeto que declara extinta a escravatura no Brasil foi hoje aprovado pelo Senado, em terceira discussão. Deverá ser sancionado às 3 hrs., recebendo a Lei numero 3.353.” Assim se sabia na terra de Antônio Correia Barbosa da monumental nova.

Outro telegrama, nesse sentido, foi passado por Luiz de Queiroz. À tarde, profusos boletins, anunciando a novidade, foram espalhados pelas ruas e praças. Houve enorme manifestação popular pelas vias públicas e, à noite, um “Te Deum” solene na igreja matriz. A **Gazeta de Piracicaba** calculava para mais de duas mil pessoas reunidas no largo da igreja de Santo Antônio para a passeata cívica, no decorrer da qual falaram dezenas e dezenas de oradores, exalçando o feito.

A nova sensacional tomou conta da localidade, cujos setores de atividade foram suspensos, na expressão do contentamento. Foguetes, bandas de música, grupos de populares, homens e senhoras, por toda a parte. A imponente **marche aux flambeaux** foi magestosa. Iluminaram-se as fachadas de casas e Piracicaba apresentava um aspecto nunca visto.

Nos dias seguintes, prosseguiram os festejos de regosijo. No Teatro Santo Estevão, houve espetáculo de gala, abrilhantando por duas bandas de música. A **Gazeta de Piracicaba**, no dia 15, distribuiu uma edição especial, ilustrada de clichés, absoluta novidade.

Essa folha alertava os locais. É que alguns fazendeiros ainda esperavam pela notícia oficial, não aquela veiculada pelos jornais e populares.

(Publicado em 15 de maio de 1977)

UMA CARTA-MONUMENTO

17 de maio de 1824

LÉO GUERRA

As páginas de Piracicaba guardam, no seu arquivo, datada de 17 de maio de 1824, uma carta do capitão-mor da então Vila Nova da Constituição, João José da Silva, carta essa que resume excelente voz do pretérito, um vero monumento para quando a gente queira embrenhar-se pelos meandros do passado para reconstruir cenas que já se foram.

João José da Silva foi o primeiro capitão-mor de nossa terra, em função desde agosto de 1822, quando o burgo foi elevado à condição de Vila. Era autoridade de peso. “Cabia-lhe as funções de administração e polícia, com autoridade quase absoluta. Era mandatário direto do governador da capitania e só a este era obrigado dar conta de seus atos. (Mário Neme).

A carta de que falamos foi endereçada ao capitão-general da Província e se constitui uma espécie de relatório com referência às propaladas irregularidades havidas nas primeiras eleições municipais de nosso município, quando da sua elevação à categoria de Vila. Então falou uma voz consciente, equilibrada, isenta de interesse pessoal.

Não é novidade para ninguém que o berço da Noiva, em 1822, deixou de ser Freguesia, sujeita às jurisdições de Itu e Porto Feliz. Para a regularização de sua autonomia, necessitou de patrimônio imóvel, que formavam as celebrizadas terras patrimoniais. Então feriu as delicadezas cívicas dos potentados da época, que cultivavam o “eu”.

Surgiram então os “homens maus” dos anais, pois a demarcação do rossio, em redor da igreja, deu pano para mangas. Tal rossio seria tomado dos proprietários e se tornaria de propriedade da Câmara que podia distribuir “datas de terras” a quem solicitasse, e gratuitamente, no intuito de fomentar a edificação de prédios, o progresso por fim.

Um tiquinho de razão estava com os “homens maus”. Mas era

prática legislativa da Corte Portuguesa e só dessa forma a Freguesia de Santo António de Piracicaba poderia obter sua independência administrativa. As eleições para a constituição da primeira edilidade do burgo foram de lascar. O interesse pessoal não queria conhecer o interesse coletivo.

Discussões, brigas, arruaças, o diabo! Denúncia, devassas, suborno, um saco de gatos! O direito do futuro município era líquido, pinhão cozido! Mas o direito dos latifundiários era osso duro de roer! A demarcação dos limites estava marcada para o dia 10 e só a 13 é que pode ser levada a efeito. Barbaridade! Só vendo!

Esse capítulo do romance piracicabano se fez, principalmente, através dos testemunhos dos “homens maus”. Claro. Estavam com a faca e o queijo na mão e as prerrogativas do naco estavam com eles. Eram criaturas viajadas, sabiam ler e escrever, expor, bravejar. Pertenciam à “nobreza” e eram membros do “partido dos 40 coligados”.

Eis por que a carta de João José da Silva, quase dois anos depois, veio, com serenidade ponderada, contar os “causos” de outra maneira, num sentido de justiça. O documento historia tudo, com particularidades, desde 1.º de agosto de 1767 até a data da missiva, pondo tudo em prato raso, sem perigo algum, o perigo de derramar.

Quem quiser estudar a cena em apreço, não pode deixar de lado a contribuição do nosso primeiro capitão-mor. Não era homem rico, nem possuía patrimônio que desse briga. Acreditamos piamente na sua sinceridade, porquanto era velho, amadurecido pela experiência. Assim, a forma adjetiva de “homens maus” continua no mesmo pé de sempre.

(Publicado em 22 de maio de 1977)

RETRATOS DA ÉPOCA

26 de maio de 1804

LÉO GUERRA

Muitas e muitas vezes, o desejo do colunista, mormente quando se embrenha pelos meandros do antanho, é devassar o passado e fazer com que as cenas adormecidas tomem novamente forma e cor, para esplender no presente com a pujança que possuíram. Os documentos têm força e vibração, talvez incompletas, pois satisfazem, não integralmente.

Veja-se, por exemplo, esta carta que o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, autoridade de gabarito na Freguesia de Piracicaba, endereçou ao capitão-general Antonio José da Franca e Horta:

“A cauza p. q. não executei a ordem de V. Ex.a com promptidão que devia já participei a V. Ex.a e depois de V. Ex.a ordenar não emba-rassasse antes protegesse a delig.ça q. V. Ex.a foi servido encarregar-me e não duvidou, porém antes q. se acabasse de apromptar a gente, impedio novam. e dizendo tinha ordem de V. Ex.a em que mandava substar a delig.ça dos Negros fugitivos, e adiantar a expedição das Canoas q. se está apromptando; eu q. não duvidava em q. não devera parar com a delig.ça sem ver outra q. assim mandasse lhe mandei dizer fosse servido communicar me pelo Sarg.to Antonio José Coelho p. q. se V. Ex.a assim mandasse com hua mais q. eu fazia com duas, e lhe mandei oferecer todo auxilio de Escr.os, camaradas de jornaes, Bois, Carneiros, e a m. a própria peço a p. a carregar extivas p.a varação das Canoas a beneficio da d.a expedição, e tive de resposta q. se tinha ou não ordem não sabia, e q. só podia dizer q. não dava gente p.a a delig.ça dos Negros, e sobre o auxilio q. oferecia não perczava dos meos favores, e com estes termos se foi demorando athé q. chegavão a aparecer os Negros q. tinhão fugido a perto de quatro meizes, desinganados de q. não poderão incorporar-se no Quilombo q. procuravão, mortos de fome, magros, sarnozos em hua senzala dos Negros do Contin.te donde elles os mandou pegar e nos

integrou, e sempre morreu hum esc.o de Bento Gls. que por mais velho não pode resestir a falta de sustento com que andavão pelos mattos. V. Ex.a me determine o q. devo fazer delles se os eide integrar a seus donos sem Cart.a publica ou p.a p.r conta do exemplo q. deve aveer. D.s g.e V. Ex.a felizm.e m. ann. para nosso amparo. Piracicaba 26 de maio de 1804. De V. Ex.a o mais humilde subdito – Carlos B. meu de Arruda.”

O cargo de sargento-mor, na freguesia, era de poder quase absoluto. Distribuía justiça de acordo com seu modo de encarar os fatos. Quando o problema era um bocado complicado, recorria às luzes do capitão-mor, na cabeça do termo, às do capitão-general, mandatário da Capitania.

Anotem os detalhes da carta: a fuga dos escravos, o quilombo que os abrigava, a captura dos fugitivos e o estado de miserabilidade com que eram aprisionados. Onde estão os nossos poetas negreiros para cantar tão mísera epopéia?

Observem o capitoso Continente, dado ao cotovelo que o rio faz para seguir seu rumo, hoje ocupado pela Vila Rezende, bem como ao capítulo das canoas, então o meio mais prático do trânsito. A mira dos fugitivos eram os matos de Araraquara, onde se localizavam os Quilombos. Qual seria o processo empregado pelos pretos para atravessar o rio?

E' por isso tudo que o escrevinhador fica com ganas de soerguer o véu do pretérito para espiar melhor os costumes de nossa terra, há quase dois séculos. Infelizmente a vontade fica apenas no prenúncio emocional, embora funcione a fantasia, na sua esverrumante sondagem. Os documentos da época são o consolo, o remédio para aquilo que não tem remédio.

(Publicado em 29 de maio de 1977)

OS EDITAIS

4 de junho de 1767

LÉO GUERRA

O cronista espeta a esferográfica no ar e se queda a pensar no processo dos editais de antigamente, a forma pela qual as autoridades de então davam conta ao povo de suas resoluções oficiais. Os documentos venerandos afirmam que os mandachuvas da época “mandavam publicar em praça pública”, para conhecimento geral.

A primeira idéia que acode ao cocoruto, para nós, no derradeiro quartel do século vinte, é o jornal. Jornal em 1767? Pois sim, Serafim. Então os arautos? Arautos eram os oficiais encarregados da divulgação dos atos governamentais. Na Idade Média, montados em fogosos corcéis e munidos de trombetas, percorriam praças e vias centrais.

Tocavam a trombeta. Acorria o povo. Então liam as deliberações palacianas, ou com aplauso ou desaponto unânime. Afirmam os entendidos que poucas vezes havia aprovação por parte dos ouvintes pois os testas coroadas daquelas quadras só se lembravam do poviléu para a escorcha, os impostos, ou anúncio de guerra próxima.

Na estória presente, pois estamos com dois séculos e pico de diferença, ainda havia arautos empertigados, com a pompa de seus animais ou a sonoridade instrumental. Mas havia igualmente os editais ou bandos, com letras grandes, bem feitas, que eram pregados às portas das igrejas ou à entrada do prédio onde funcionasse a Câmara Municipal.

Ora, o ir à igreja era preceito fundamental. Este caso era a oportunidade para a leitura, acionando a curiosidade. Havia também a prática dos pregões. Finda a reunião camarária, o porteiro ou outro funcionário, saía à porta e anunciava as deliberações da edilidade. Sempre havia público para esse epílogo das funções dos vereadores.

Mas vamos ao que nos importa. No dia 4 de junho do ano acima mencionado, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de

Mateus, capitão-general da Capitania de São Paulo, usando das atribuições que lhe conferia o cargo, mandou publicar, (mandou ler publicamente), para ciência geral, o seguinte bando, na Vila de Itu:

“Porquanto se faz preciso formar hua Povoação na paragem chamada – Pirassicaba – termo da V.la de Itú, e se necessita saber se a terra onde ella se erige está possuida por algúa pessoa que da mesma tenha títulos; Ordeno a toda, e qualquer pessoa que tiver titulos das ditas terras, assim de Escripturas de compras, de Sesmarias, ou outro quaesquer, os venhão apresentar na secret.a deste Governo no prefixo termo de quinze dias contado dia da publicação deste endiante; e acontecendo não haver ainda das referidas terras titulos alguns; mas sim, haver algúa pessoa que tenha feito requerim.to para se lhe concederem por Sesmaria, apresente esse mesmo requerim.to do d.to tr.o, e os mais papeis/ se os houverem/ que tiver a esse respeito.”

Esse bando foi apregoado na vila de Itú quase dois meses antes que António Correa Barbosa, vindo de Ararituaba, com sua família e agregados, chegasse à margem direita do Piracicaba e aí fundasse, oficialmente, a povoação, que já existia e era até referência de sentido geográfico. O “oficialmente” confirma que a povoação já existia.

Foi neste interim que o escrevente espetou a esferográfica no ar e consultou seus botões: como teria sido apregoado esse edital ou bando? Arauto uniformizado, animal e trombeta medieval. À porta das igrejas ou à entrada do Senado da Vila de Itu. O porteiro berrando sem microfone. A resposta fica a cargo do paciente leitor.

(Publicado em 5 de junho de 1977)

COMEÇAM AS DEMARCHES

6 de junho de 1784

LÉO GUERRA

Não resta a menor dúvida de que o ituano Antonio Correia Barbosa foi teimoso e inteligente. Desrespeitou as ordens da Capitania e fundou a povoação de Piracicaba, oficialmente, setenta quilômetros acima da região escolhida. O sentido beleza-turismo-uberdade estava patente na alma do povoador, diante, do encantamento turbilhonante do Salto.

Assim foi que, praticamente, o berço da futura “Noiva” no dia inaugural do mês de agosto do ano de 1767, nasceu na margem direita do Continente rezendino. Lugar amplo, de largos horizontes, com fatura de madeira e cipó, com profusão de caça e frutas. O rio, tombando da cachoeira, era pródigo de peixes, favorecendo, a pesca em abundância.

Logo, porém, começou o fascínio da margem oposta: um outeiro dilatado, terras salubres, livre de enchentes e febres, uma como que ascensão ao Alto, consubstanciando promessas fartas. Então começou o sonho da transferência. O lugarejo precisava de mudar de pouso, talvez mais perto de Itu e Sorocaba, o rio correndo para Ararituaba.

O capitão-povoador, com o tino descortinante que Deus lhe deu, começou por adquirir terras na encosta. É de presumir-se que, com suas canoas e camaradas, atravessassem muitas vezes o Piracicaba para explorar a vasta mataria da ladeira. Mudança? E por que não? No morro, a aldeola teria melhor acomodação, melhor amplitude de vida.

É também de supor-se que se locomovessem até Itu para falar sobre o assunto com o capitão-mor, já que nada se poderia fazer sem o beneplácito dessa autoridade. Era a rotina. Do capitão-mor o problema iria ao capitão-general, chefe supremo da Capitania. Uma carta de Vicente da Costa Taques Goes e Aranha esclarece regularmente a dúvida.

“Ilmo. Exmo. Sr. – O cap, m e povoadores de Piracicaba me representam q. p. a melhor comodidade, e argumento daquela Freg. a desejão mudarlá a a p. te daquem do Rio a cuja margem a p. te dalem se acha prezem. te situada e me figuráo ser a passagem q. intentáo m. to excelente e comoda p. a a mais extença povoação; terra de boa ligadura p. a edificios com a mesma utilidade do Rio e sem o perigo de o passar e animados com a prez. a do seo Pastor q. anciozam. te anhelaváo, movem a este e q. me dirija a certo q. incluza nesta a ponho na respeitavel prez. a de V. Ex.a.

“Eu estou prompto p. a partir a qualquer hora p. a condesender em tudo com os desejos delles e esforçarme q. to me for possivel p. a o estabelecimento da dita Freg. a porem com nada devo obrar sem determinação de V. Ex. a e o principal ponto de m. a vista hé seguir em tudo a sua vontade, porq. o neste encontro tudo o acerto procuro as ordens de V. Ex. a p. D. s. g. e e muito felizm. te p. r. d latados annos, como nos hé mister. Itu, 6 de junho de 1784.”

“De v. Ex. a o mais humilde e obed. te sub dito. V cente da Costa Tanques Goes e Aranha”.

O interposto, que servia aos os tinerantes seduzidos pelas monções que se dirigiam às minas de Cuiabá, tinha o rio de permeio, já que o trânsito das canoas seria deficiente e talvez perigoso.

De acordo com estas considerações, é bem provável que a aldeia estivesse dividida: a parte oficial de um lado e a parte os povoadores de outro lado. Nestas mesmas circunstâncias, o telheiro que servia de capela, desacomodando a porção maior dos moradores. Há sempre um bocado de fantasia. De qualquer modo, as conversações estavam nesse pé.

(Publicado em 12 de junho de 1977)

AS POSTURAS MUNICIPAIS

14 de junho de 1830

LÉO GUERRA

As primeiras posturas municipais da quase recente edilidade da Vila Nova da Constituição datam de 1829, quase sete anos depois de sua instalação. O dicionário mais à mão esclarece: “POSTURA – preceito municipal escrito, que obriga os munícipes ao cumprimento de certos deveres de ordem pública, geralmente codificados”. A definição é válida.

Em 1830 os costumes sociais eram outros, como eram outras as usanças políticas e administrativas, os meios coibitivos de alçada policial. A Câmara Municipal tinha função legislativa, que abrangia o corpo todo, bem como função executiva, que acionava especialmente o presidente da corporação e os fiscais respectivos, com poderes amplos.

Ainda engatinhava o Poder Judicial e o Capitão-mor da localidade enfeixava nas mãos as rédeas de autoridade, que atendia o legislativo e o executivo. Assim sendo, o povo tinha seu princípio disciplinar exarado por meio de posturas, uma série de itens que era imposta à população, através de pregões ou editais, “publicados” nas portas das igrejas.

As posturas eram legisladas pelos vereadores – um trabalho camarário. Uma cópia delas era enviada ao Conselho Geral da Província, que as analisava minuciosamente, aprovando-as, modificando-as, ou rejeitando-as, já que o departamento era composto de pessoas competentes. Nada passava se não obedecesse a um nescopo razoável e justo.

A série de artigos de que tratamos foi aprovada pelo Conselho Geral três meses depois de sua formulação e transcrita no livro de registro de correspondência no dia 14 de junho de 1830, data em que, possivelmente, foram postas em vigor. É muito sugestiva a enfiada de seus parágrafos, retratando circunstancialmente os hábitos da época.

Os primeiros artigos legislavam sobre o arruamento, ou alinha-

mento, de prédios, com multa de 1\$000 aos infratores, ou prisão de um dia: as datas de terra tinham o prazo de um ano para a edificação; era proibido jogar coisa putrefata nas ruas, com multa de \$400 ou 1\$200 ou processo rigoroso quando se tratasse de autor desconhecido.

Vedado era ter cachorros, porcos e cabras pelas ruas; os primeiros seriam mortos, os segundos sacrificados e aproveitados; as cabras tinham certo acatamento se leiteiras. Guerra aos formigueiros, cuja extinção corria por conta dos donos de casas ou terreiros. “Cana” para os que tivessem “boca-suja” ou promovessem farra ou distúrbios nos lugares públicos.

Havia toque de recolher: no verão acontecia às 9 horas da noite e no inverno às 8 em ponto; o sossego público devia ser respeitado; multa aos desobedientes de 1\$000 a 4\$000 ou um dia a quatro de grades; as posturas não permitiam certas misturas com os escravos, mormente jogo ou capoeira. Negociante inescrupuloso com pesos e medidas contavam com penas severas.

Para os animais que avançassem no pasto alheio, quem pagavam eram os donos; nada de corrida de touros, ou fogos soltos pelo chão, (os buscapés). Os espetáculos, como cavalcadas, bolantins, fogos de artifícios, óperas (?), bonecos, entremeses, só com licença; as estradas, a cargo dos proprietários das testadas, com sua gente ou escravo.

Nesse mesmo ritmo, seguem os trinta e cinco artigos de postura, centralizando costumes pitorescos, tão distantes dos momentos presentes. A época era a do Romantismo que imperava em terras distantes, o Romantismo que enchia de lágrimas piegas e literatura universal. As posturas, todavia, buscavam a realidade, nos “pode” e “não-pode” do ambiente.

(Publicado em 19 de junho de 1977)

NOTÍCIAS DA CORTE

20 de junho de 1831

LÉO GUERRA

Reunião extraordinária da Câmara Municipal da Vila Nova da Constituição, à exigência do Juiz de Paz, que tinha de seu dever de zelar também pelos interesses externos. É que fervilhavam boatos descontraídos, vindos do Rio de Janeiro. Em abril anterior, D Pedro I, ao regressar da Província de Minas, encontrou a Corte convulsionada, de que resultou a abdicação.

Na vila, escassos os meios de comunicação. As rodinhas afirmavam que a sede imperial estava em pé de guerra, com pressões e perseguições. Funda-se ali a Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional. Um tutor para o príncipe ainda criança. A Regência Provisória e, logo a seguir, a Regência Trina. D. Pedro I vai deixar o Brasil?

Compreende-se, assim, o zelo do Juiz de Paz. O correio, mesmo na forma de comunicado, era de precária circulação e funcionamento. Então o boato tomava vulto. Falava-se em arruaças, tumultos, insurreição, mil coisas desconcentradas. A ex e futura Piracicaba estava como que suspensa num braseiro. Interrogações aos montes. O diz-que-diz-que imperava.

A reunião camarária foi rumorejante, “afim de tomar medidas a respeito das notícias funestas da Corte.” Era urgente fazer-se alguma coisa, no intuito de garantir o sossego público. Ao exemplo palaciano, funda-se aqui o núcleo que levou o pomposo título acima, de que Francisco José Machado foi membro de destaque. Foi líder incontestado.

Muitos voluntários se alistaram com o objetivo de se incorporarem às forças legais para combater a sedição. Esse arroubo cívico não chegou a corporificar-se, porquanto os defensores locais nem chegaram a partir. Todo esse barulho inusitado fez com que Constituição tumultuasse patrioticamente, já que ninguém sabia a real verdade dos fatos.

Dois vibrantes officios da edilidade conterrânea; um à presidência da Província: “O povo deste município sobremaneira angustiado com as notícias da anarquia que oprime a Capital do Imperador...” E segue por aí, num extravasamento ardoroso de sentimento patético prometendo solenemente a “própria vida” para enfrentar os anarquistas.

O segundo officio foi endereçado à Câmara dos Senadores: “...é então que sabemos que bandos anárquicos e ferozes, atacando cidadãos brasileiros e estrangeiros, atacando o asilo sagrado do domicílio, atacando propriedades e aterrorizando o brioso Povo Fluminense...” Assinado por todos os integrantes da corporação legislativa e executiva da vila.

“Nós seremos os primeiros a nos sacrificar assim pela causa da Pátria, marchando em massa este município para impedir que quaisquer mãos patricidas arvorem o estandarte da rebeldia.” Lindo e comovente, não acham?. Ardor entusiástico, digno de encômios. Mais um terceiro officio, inflamado, à Regência Imperial ou Regência Provisória.

“Um bando de desprezíveis e sanguinários jacobinos posterga as Leis do Império, atropela a humanidade, oprime o heróico povo fluminense e ameaça agredir Sua Magestade Imperial...” Já naquelas afastadas quadras havia boas penas cá na terra, como comprovam os três officios de que tratamos, dando ciência pálida aos leitores desta coluna.

Só a 30 do andante é que foi convocada a Assembléia Geral Legislativa para a escolha do tutor dos filhos de D. Pedro I, sendo eleito José Bonifácio de Andrada e Silva. Uma nota agradável: o “piracicabano” Nicolau Pereira de Campos Vergueiro obteve o segundo lugar na tábua de classificação, pois alcançou trinta e dois votos...

(Publicado em 26 de junho de 1977)

OS HOMENS MAUS

2 de julho de 1823

LÉO GUERRA

Ainda está para ser feito um estudo sério, analítico e imparcial, sobre aquelas criaturas irreverentes e arbitrárias que, nos anos que se seguiram à elevação de Piracicaba a vila, deram muito trabalho à Câmara Municipal, na celebrizada questão das Terras Patrimoniais. Um cronista local, meu parente, chamou a essas criaturas de os “homens maus da nossa história”.

O tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza talvez fosse um desses homens maus. O talvez é porque desconhecemos as razões de defesa, uma vez que só conhecemos os argumentos da acusação. Nesse ângulo, foi, positivamente, atrabiliário, perigoso. Em virtude de seus arreganhos incisivos, não era lá flor de perfume parisiense.

A trama toda nasceu com a elevação do burgo a vila. A corte Portuguesa, para tal, impunha a prioridade do rossio – uma determinada quadra de terra, em torno da igreja, de que só a Edilidade se tornaria proprietária. E com direito de distribuir “datas de terra”, gratuitamente, a quem se prontificasse a construir casas, na enquadatura do progresso.

Pois sim. O rossio foi demarcado e o problema se tornou cruciante para a Câmara Municipal. Dar terras de graça para que os vereadores cedessem a outros de mão beijada? Credo! Eis o X da questão, o ponto nevrálgico do jogo. Um dos que balancearam o coreto, por paus e por pedras, para voltar atrás, foi o tenente-coronel Teobaldo da Fonseca e Souza.

Um fundamento político: os doadores de terras para o rossio, por efeito das eleições, não tiveram assento na corporação municipal – uma derrota que convulsionou a taba. Desaforo! Houve então aquele treco do suborno, devassa e arruaças, diz-que-diz-que, sopapos, o diabo! Surgiu até uma facção política: o Partido dos Quarenta Coligados.

O Compadre Teobaldo tinha suas terras vedadas por cercas e porteiras, as quais caíram quando se assinalaram os limites do rossio. Cairam nada! Caíram mas foram logo restabelecidas pelos escravos do prepotente chefe. Mesmo assim o povo avançou na lenha e madeira, cipó e palmito, elementos primordiais para a vida de então, para as edificações.

Então recrudescceu a malevolência. O homem-mau, montado em seu cavalo, comandando um batalhão de cativos armados, montou guarda nas terras que foram suas, que continuavam suas pela força dos clavinotes, da prepotência. Documentos, direitos, palavras? Que importa! É assim, meus amigos, que se escreve a história, mesmo que seja a história da Noiva.

No dia 2 de julho de 1823, menos de um ano da elevação da freguesia a vila, a Câmara Municipal de Constituição dirigiu uma representação pesada aos membros do Governo Provisório da Província, contra o oficial Teobaldo da Fonseca e Sousa, atendendo a reclamos insistentes dos habitantes locais, sem “espírito de partido e de intrigas”.

É um officio severo, sem reбуços. Historia o fato, nas suas particularidades, desde a transformação política e administrativa do burgo, narrando os acontecimentos, sob o ponto de vista dos prejudicados e interesses do município. Não podemos adiantar o resultado da petição, mas a questão foi ter à Corte, tão intrincada se apresentava, de difícil solução.

Por isso é que a gente afirma que não é fácil julgar, ouvindo apenas uma das partes. É certo que a Câmara Municipal, ao fazer a acusação de que tratamos, deveria estar suficientemente estribada na verdade. Insofismavelmente. E o “homem-mau” não estaria também seguro de seus argumentos? Talvez, um dia, se poderá responder com as cartas na mão.

(Publicado em 03 de julho de 1977)

A IMPRENSA DE NOSSA TERRA

4 de julho de 1874

LÉO GUERRA

Pouca gente sabe que a imprensa piracicabana completou, faz alguns dias, cento e três anos de existência, iniciando os primeiros passos rumo ao segundo centenário. Foi, realmente, a 4 de julho de 1874 que surgiu em Constituição o número inicial de “Piracicaba”, o primeiro jornal em letra de forma que os conterrâneos viram.

Ainda está para ser feito um estudo metódico, sério, bem pesquisado, sobre os jornais com que a Sempre Noiva contou, jornais grandes e pequenos, humorísticos e noticiosos, manuscritos e impressos. Como se vê, o campo é vasto, profícuo, nédio, oferecendo bom material a todos quantos queiram meter a mão na cumbuca, efetivamente sugestiva.

Afirmam os documentos que a imprensa piracicabana, perdão, de Constituição teve começo ali nas alturas de 1824, com um talzinho manuscrito, letra bem legível, em papel de almaço. Intitulava-se “O pasquim” e ironizava, em prosa e verso, os grandes da política local. Edição restrita, sem lucro algum, distribuído nas caladas da noite.

Fervilhava na época a famigerada Questão Patrimonial e “O pasquim” extravasava a bilis de muitos, ferindo a susceptibilidade de outros. O paciente pesquisador Jair Toledo Veiga localizou alguns exemplares desse jornaleco, de profundo sabor histórico, com peças de processos, nos cartórios de nossa terra. Valiosíssimos.

“Piracicaba”, de que tratamos, era dirigido pelo dr. Brasílio Machado, promotor público da comarca. Cultor das letras, bom poeta e orador, tomou o leme do barco na qualidade de redator-chefe. O município tinha necessidade de um periódico representativo. Denunciava bom progresso, no concerto das demais cidades do interior da Província.

Veio, portanto, num momento oportuno. Era de propriedade da

empresa Andrade Coelho & Cia., tendo com editor S. B. Andrade. Publicava-se às quartas-feiras e aos sábados. As assinaturas anuais de “Piracicaba” custavam 10\$000 para a cidade e 12\$000 para fora. Apresentava-se com quatro páginas, de boa feição gráfica.

No editorial de sua edição de abertura, intitulava-se “jornal imparcial, comercial e agrícola”. Saudou “a população desta cidade, já tão adiantada em sua lavoura, comércio e indústria” e considerava que “o jornalismo é a luz, a vida, o progresso de todos os povos”, já que “Gutenberg é o complemento de Jesus”.

Convém notar que o burgo, em 1874, ainda se chamava Constituição e o título do periódico consubstancia aquela tradição respeitável de que o rio era pivô incontestado. Razão tinha, pois, Prudente de Moraes, em 1877, quando pediu à cúpula política da Província a restituição do antigo e tradicional nome de Piracicaba.

O dr. Brásio Machado não era filho destes pagos. Como profissional, aportara por estas bandas e desde logo se tornou amante das belezas locais. Num arroubo poético, escreveu a poesia “Piracicaba”, cujo primeiro alexandrino cantava: “Sacode os ombros nus, ó Noiva da Colina”. Foi o cognome de batismo terrícola que o povo adotou incontestado.

Ao que parece, o órgão em apreço teve pouca duração de vida, pois, dois anos depois, surgiu “O Piracicaba”, redatoriado por Antonio Gomes Escobar. É quase certo que um sucedeu ao outro, aproveitando o acervo gráfico do anterior. Ainda nessa época, o sítio do povoador Antonio Correia Barbosa se denominava Constituição...

(Publicado em 10 de julho de 1977)

AS OBRAS DA IGREJA

12 de julho de 1836

LÉO GUERRA

Para o colunista, bem como para todos quantos se interessam pelos capítulos dos casos locais, é palpitante o notar-se a intensa relação de espiritualidade religiosa entre o povo na família, na sociedade e nas camadas políticas-administrativa. Certo. O Estado e a Igreja estavam de braços dados e o País tinha sua religião oficial.

Uma circunstância natural. O conjunto social se encontrava num estágio perfeitamente sólido, tradicional, consolidado pelos hábitos que vinham de longe. Nem um vislumbre alvissareiro, um indício de transformação sociológica, o homem vivendo ligado aos ditames antigos, que vinham de gerações anteriores, crente de que a usança jamais sofreria arranhões.

A presença da Igreja era capital. O indivíduo manietado à família, subordinada à sociedade; a política era variável, a religião imutável e única, nos seus preceitos, nos seus dogmas, nos imperativos de obediência. As regras de solicitude eram domésticas e formavam credenciais de disciplina. Os anátemas formavam índices disciplinares.

Quando se fundou a povoação, os documentos denunciavam a existência humilde do palheiro, que tinha o majestático símbolo de um templo. De tempo a tempo, vinha de Itu um sacerdote, que distribuía aos povoadores a paz de seus ofícios delicados. Os mais afortunados acorriam àquela vila aos encontros dos mistérios dos altares.

No ato da mudança da povoação, ou muito antes, a capela, na sua promessa de bênçãos, foi de evidência imponderável. A documentação não é precisa nesse particular, mas a imaginação é fértil e constrói a ermida singela, aureolada de santidade. Sem sua participação patriarcal e objetiva jamais seria viável a histórica mudança.

Em 1822, quando a freguesia deu um salto burocrático para a vila,

o templo foi referência privilegiada, para a demarcação do rossio. A bem dizer, Constituição brotou num pátio e cresceu em torno de uma igreja, de acordo com os anais que vinham das primícias lusas. O emblema da fé, com a liderança de Santo António como que abençoava os locais.

Antes de 1836, vamos encontrar essa igreja em precárias condições de estabilidade, sofrendo a ação do tempo. Tão precárias que foi necessário arregimentar todo-mundo para nova edificação. Como, porém, se a Fábrica era pobríssima, sem ter onde cair morta? Esforço comum, generalizado. Estava apenas coberto o corpo da Igreja e a Capela-mor estava crua da Silva.

Então, a Câmara Municipal entrou com seus pauzinhos. Um offício bem fundamentado foi escrito e endereçado ao presidente da Província. Foi uma forma angustiosa de pedir. “O povo não dorme, trabalha com suas débeis forças para esta obra, esgota todos os meios a seu alcance”. A representação protocolar deixou a raso a situação delicada.

“... o por isso ela vai suplicar a V. Excia., certa na Paternal Administração de V. Excia. para que se digne com suas sábias direções determinar alguma quantia para levantamento e fatura da dita Capela Mor”. Fazia quantro anos que a tarefa fora iniciada e até o presente as esperanças de conclusão não eram lá muito animadoras.

“Os proprietários deste município bem desejariam vê-la concluída porém quase todos estão empenhados na lavoura e o produto das suas safras é para pagamento de seus deveres, contudo fazem o que podem”. Este pequeno retrato da época é capitoso e poderá ser muita valia para os estudiosos de nossa história, positivamente rica e sugestiva.

(Publicado em 17 de julho de 1977)

RETRATOS DA ÉPOCA

19 de julho de 1767

LÉO GUERRA

Os documentos antigos são flagrantes do passado. Verdade cediça mas inconteste. Cartas tais falam mudamente, revelam cenas esquecidas, esteriotipam hábitos e pessoas, ocorrências e datas. Está nesta faixa uma missiva que D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, capitão-general da Capitania de São Paulo, escreveu ao povoador Antonio Correia Barbosa.

Julho de 1767, pertinho do 1.º de agosto, dia da fundação oficial de nossa terra. “Faz-se preciso recomendar a vosmecê que o sítio da nova povoação de Piracicaba deve ser escolhido perto da barra que faz o mesmo rio Tietê, procurando com todo o cuidado que a povoação seja fundada na parte acomodada à boa vontade dos moradores”.

Nova povoação de Piracicaba? Ué! Houve outra? Não, nada disso. Faltou ali a cunha “oficial”. A aldeola já existia, com boa trepidação. Não havia, certamente, chancela governamental e uma fundação representava colorido cartaz ao capitão-general da comunidade, perante os reis de Portugal. Assim fica desfeito o claro-escuro da fotografia.

“... porém um sítio proporcionado e vizinho que possam aproveitar-se para vender os seus frutos aos navegantes do Cuiabá, e estes acharem a facilidade de terem mais esta Povoação no seu caminho para poderem refazer-se e comprar os refrescos necessários.” Três itens para uma pequena parada, que se diria histórica.

A primeira foi a desobediência do ituano peitudo. Ao em vez da barra do Tietê, Antonio Correia Barbosa subiu um bandão de quilômetros e encontrou o Salto. Lindo de morrer! Caça, pesca, madeira, cipó, terra de primeira, música, bucolismo! Tá louco! Graças a Deus a indisciplina virou bênção num cartão postal.

A segunda se prende às minas de Mato Grosso, sempre presentes

nas manifestações interesseiras da cúpula da Capitania. Certo. Os faiscadores, e todos quantos se prendiam às tramas da mineração, buscavam os rios, o meio de transporte mais prático. O Tietê e o Piracicaba comandavam as possibilidades. Nossa terra teve berço numa picada que se derivava para os rios.

As crônicas falam num entreposto que servia os itinerantes, na compra ou venda de mantimentos, na troca e baldroca de produtos. O sal em primeira plana, a carne seca, a bebida capitosa para despertar o ânimo e coragem. Não se pense no “refresco” num sentido moderno. O conjunto todo consubstancia o terceiro ponto da exposição.

“Também deve vosmecê atender que o maior negócio que há de ter essa nova terra há de ser o fruto da Salsaparrilha; deve vosmecê procurar logo desde seu princípio que a dita Salsa se corte somente pela rama, fazendo-lhe conservar as raízes para que todos os anos cresça”. Uns conselhos de cultura que lembram a dor de barriga...

“... e se o negócio for por diante, é certo que há de ser necessário tirar muita quantidade todos os anos e que não bastará qualquer coisa para se poder fazer negócio, por isso desde o primário deve vosmecê logo armar-se desta cautela, porque na boca do saco vai o governo.” Esta última expressão fica sem a competente exegese.

Este documento, aliás, não é o único, provindo da esfera da Capitania que preconiza as excelências da salsaparrilha. Um remédio exclusivamente caseiro, de largo uso há bons séculos. Importa tão unicamente o retrato expressivo que aí fica. Não pelo chá da salsaparrilha mas pelas tomadas de quadras recuadas, dignas de reprise...

(Publicado em 24 de julho de 1977)

UM EDITAL

28 de julho de 1822

LÉO GUERRA

O edital foi, a rigor, o primeiro ato público, já que o processo burocrático, relativo à elevação da freguesia à vila, estava concluído. Então o povo, não só de Itu como da povoação, deveria ter ciência do fato, para o qual se esperava certa pompa, de acordo, é certo, com o interesse da cúpula administrativa da Província, com vistas às graças lusas.

O desembargador João de Medeiros Gomes começava desfilando os títulos próprios: cavaleiro professo da Ordem de Cristo, desembargador da Relação da Bahia, ouvidor geral e corregedor da Comarca de Itu, provedor dos bens e fazendas, comissário intendente da polícia, superintendente das terras, juiz das jurisdições e juiz conservador do Ipanema.

Veio depois o objetivo real da publicação: “Faço saber aos povos da freguesia de Santo António de Piracicaba, a todos em geral e a cada um em particular...” Deve-se subtender na palavra povos, no plural, a trilogia social da época, qual seja clero, nobreza e povo, a que se acrescenta o geral e o particular, a amplitude e a unidade.

“... que sendo me determinado pelo excelentíssimo governo provisório desta Província... o passar-se a essa povoação para erigir em vila, com a denominação de Vila Nova da Constituição...” Bajulação por bajulação, graças ao alto não deu certa a tal de Joanina, cujo adejetivo genetliaco para nós, cá da terra do Salto, não soaria bem.

“... em atenção da representação dos povos da mesma freguesia. feita ao excelentíssimo governo de 1816...” “Como se vê, o andamento da papelada teve uma viagem de seis anos, coisa aliás natural. A corte portuguesa, a Província de São Paulo e a vila de Itu, nada mais, nada menos, tinham o oceano de permeio, dificultando a correspondência...

“... por isso, pelo presente edital, convoco a todos os referidos Po-

vos acima declarados e os avisos para que no dia 4 de agosto próximo futuro se achem no lugar da dita freguesia para assistirem a referida erecção...” Dia 4 de agosto?! Pois sim. Até nas andanças históricas, prevalece aquilo que afirma: “ O homem põe e Deus dispõe.”

“... erguendo-se o pelourinho, como sinal de jurisdição e respeito à justiça, procedendo-se na eleição de juizes e oficiais da Câmara... que hão de servir na dita Vila.” Correu tudo normalmente? Qual o que! Correu tudo azaradamente. O coitado do João de Medeiros Gomes, apesar dos seus crachás veneráveis, passou por maus bocados no jogo.

Um capítulo errado na aventura Começou com a demarcação do rossio, que buliu com a propriedade alheia. Um bafafá dos diabos! Só a 10 é que se deu a elevação e a 13 se concluiu o pacto do rossio, havendo ainda a bagunça das primeiras eleições municipais cá do berço! Coisa feia! Assuada, correrias, devassa, denúncia de suborno!

“E para que chegue a notícia a todos mandei passar o presente edital que será publicado na mesma freguesia e afixado no lugar mais publico dela”. O publicado deve se entender como tornado público, porque, na época, não havia imprensa nem rádio. O lugar mais público foi a porta da igreja matriz, passagem obrigatória de todo-mundo.

A história tem parágrafos alvissareiros na narração. Presumimos a alegria dos conterrâneos quando souberam do conteúdo do edital: a autonomia sonhada, a libertação das jurisdições de Itu e Porto Feliz. A melódia foi aquele negócio das terras Patrimoniais que veio empanar o regosijo dos locais. O tempo, entretanto, acomodou tudo.

(Publicado em 31 de julho de 1977)

AS PRIMEIRAS SESMARIAS

2 DE AGOSTO DE 1782

LÉO GUERRA

A sesmaria concedida a 2 de agosto de 1728 pela Corte Portuguesa a Francisco Coelho Santiago corresponde à terceira da série, na ordem delas. A primeira, como é sabido, foi em 1726, doada a Felipe Cardoso; a segunda, em 1728, foi proporcionada a Manuel Lopes Castelo Branco, no mês de julho, ou seja, um mês antes da anterior.

Francisco Coelho Santiago morava na sede da Capitania de São Paulo, era senhor de bom número de escravos e não possuía terras “onde pudesse fazer suas roças e plantações para seu sustento” Foi este um dos trechos de sua petição aos reis de Portugal, pois sabia que, “no sertão que se acha entre Piracicaba e a vila de Itu havia muitas terras devolutas e sem direito algum”.

Terras devolutas era expressão da época, significando terras devolvidas, ou rehavidas, ou melhor: terras sem dono. Nestas condições, a Corte lusa cedia gratuitamente boa porção de terras a quem se propusesse a usá-las como força produtiva, deixando patente, do mesmo modo, o sentido da colonização, sempre colocado em plano evidente.

Então se registrava a doação da sesmaria – um sítio, uma estância ou fazenda, como se diria hoje. A cessão tinha, porém, contornos de empréstimo, com data fixa. Se findo o prazo estipulado, o donatário nada tivesse realizado no objetivo de plantação, cultura, ou povoamento, a faixa de terreno era considerada devoluta para todos os efeitos.

Francisco Coelho Santiago ficou vizinho de Manuel Lopes Castelo Branco. A fantasia do escriba está a apostar que ambos fizessem a solicitação quase ao mesmo tempo, aproveitando o mesmo barco que partisse da vila de Santos, ou da cidade de São Sebastião. A fantasia fala, por conseguinte, na ausência de documentos comprovantes.

“Hei por bem conceder-lhe, em nome de Sua Majestade que Deus

garde, por carta de data de terra de sesmaria uma légua de terra em quadra do dito Francisco Coelho Santiago, no sertão de Piracicaba, na margem do rio Capivari, fazendo pião nele, que principiará a correr de onde acabarem as terras de Manuel Lopes Castelo Branco...”

“... e cultivará as ditas terras de maneira de deem frutos, dará caminhos públicos e particulares onde forem necessarios para pontes, fontes, portos e pedreiras, e se demarcará ao tempo da posse por rumo de corda e abraças craveiras...” Note-se o processo de demarcação, sabendo que a braça craveira comportava dez palmos. (Morais, dicionário.)

“Sua magestade manda e conferirá esta carta pelo dito senhor dentro de dois anos primários e seguintes pelo seu Conselho Ultramarinho... e não venderá as ditas terras sem expressa ordem do dito senhor e será obrigado a cultiva-las, demarca-las e confirma-las dentro dos ditos anos...” Assim se estabeleciam os direitos e deveres do favorecido.

“... e faltando-se a qualquer das cláusulas nesta declaradas se haverão por devolutas e se darão a quem as pedir ou denunciar como Sua Magestade manda em suas reais ordens... Cumpram e guardem esta minha carta de data de terras de sesmarias inteiramente como nela se contem sem dúvida alguma.” A ordem era taxativa e certa.

A menção do Rio Capivari é expressiva, uma vez que se imagina a extensão do “Sertão que se achava entre Piracicaba e a vila de Itu, com Campinas (São Carlos), Botucatu atingindo Araraquara”. O rio Piracicaba, naquelas épocas remotas, era referência geográfica de alta importância e comandava, de forma ampla, a prodigiosa região que um dia veio a se chamar Noiva da Colina.

(Publicado em 07 de agosto de 1977)

O PASSO OFICIAL

10 de agosto de 1822

LÉO GUERRA

O passo oficial foi aquele da mudança da freguesia à vila, com prerrogativas de liberdade autônoma, liberta que foi das peias administrativas de Itú e Porto Feliz. O ato estava marcado para o dia quatro, mas, nas andanças históricas, o homem põe com sua determinação e o próprio homem dispõe com a prepotência imprevista.

Entretanto, caso consumado. A freguesia deixou de ser Santo Antônio de Piracicaba para receber galas lusas através do recente nome: Vila Nova da Constituição. Presidiu à solenidade o ministro desembargador João de Medeiros Gomes, ouvidor geral, e a ata respectiva foi lavrada por José Manuel Lobo, escrivão da ouvidoria.

Vejamos alguns dos parágrafos competentes do Auto: "... e aí em um terreno fronteiro ao pátio da Matriz, entre a rua Direita e as casas de João Vicente e, para os fundos, com a rua Nova do Conselho, foi demarcada uma praça de cento e oitenta e dois palmos de frente, com quatrocentos de fundo". (Oito polegadas, no antigo sistema ou 22 centímetros pelo sistema métrico decimal) Moraes.

"... ficando no centro o pelourinho, o qual se achando já preparado, lavrado e oitavado, de madeira de cabreuva grossa, com quatro braços de ferro, com seus argolões, nas quatro faces, tendo em cima do capitel uma haste de ferro, sustentando um braço com um cutelo e uma bandeirinha no cima". O pelourinho era emblema importante.

Quer nos parecer, entretanto, que o pelourinho conterrâneo não teve tantos detalhes quantos fala o documento. Foi, na suposição, uma viga possivelmente oitavada com ferrolhos para prender o justicado. Não há, todavia, um documento específico que esclareça melhor, porquanto a ata viera rascunhada de Itú, seguindo modelos tradicionais.

O pátio demarcado, porém, não mudou. De comprimento, vinha

das hoje ruas XV de Novembro à Regente Feijó, (Conselho). Mais tarde, parou na rua Prudente de Moraes. Ao todo, três quarteirões, ou seja, três praças: o largo da Catedral, a praça José Bonifácio e a praça 7 de Setembro. Nesta última praça, afirma-se, é que foi erguido o pelourinho.

“... com a assistência de grande parte da nobreza, o povo desta vila e seu termo, assim como pessoas eclesiásticas, como seculares”. É de presumir-se a festança do dia, o regosijo da população – um acontecimento inusitado que agitou a placidez da recente vila. Com gente de fora, não era para menos, diante do espetáculo novo.

Naturalmente. Era uma inovação política e administrativa que a localidade esperava já fazia seis anos. Como é sabido, foi em 1816 que a freguesia, através de suas forças vivas, desejou pular para a condição de vila. Entretanto, a adversidade pôs as manguinhas de fora e só as recolheu em 1822, numa promessa de bonança e progresso venturoso.

Pois sim. A bomba estourou fragorosamente nas mãos do Juíz ouvidor, que só a 14 do mês de agosto pode riscar o quadrante da praça, “ficando esta demarcada com quatro marcos de pau peroba lavrada, nas quatro faces e em cada uma delas impressa a letra C em significação do nome de Constituição, com que é demarcada esta vila”.

“ Concluindo-se todo este ato, com demonstração de júbilo e contentamento pelos repetidos Vivas e aclamações que naquele ato se davam”. Entretanto, o pobre do ouvidor João de Medeiros Gomes, não obstante seus títulos distintivos e crachás nobilitantes, entrou numa “fria” sem precedente. Mas tudo se foi, tudo passou para as calendas gregas...

(Publicado em 14 de agosto de 1977)

O SABOR DO DESFORÇO

LÉO GUERRA

Tenho para mim, na falta de documentação positiva que, em 1767, quando da fundação de nossa terra, existissem duas Piracicabas: uma implantada oficialmente pelo ituano Antonio Barbosa, na margem direita do nosso rio, e outra, surgida ao Deus dará na margem oposta, com cheiro nativo, dentro de vibração da alma popular.

A de um lado, aquela de cunho governamental, tinha o beneplácito da Capitania, com bons carregamento de sal e pólvora, de armas e mantimentos e a viabilidade da assistência espiritual; a do lado fronteiro, um tanto ou quanto pagã, tinha calor humano dos que chegavam de São Paulo, Itu e Sorocaba, procurando o rumo das minas de Cuiabá.

O rio de permeio. Vencer as águas era preciso, quer se buscasse Ararituaba para a tingir o Tietê, quer enfrentasse a picada para buscar os sertões de Araraquara. Tenho para mim, mais uma vez, que a margem esquerda, na efervescência social, ganhava nitidamente da margem direita, não obstante lhe faltassem títulos de reforços legais.

Correia Barbosa era homem arguto, de visão desembaraçada. Compreendeu singularmente a batalha do povoamento de ambas: a de sua riba, de imperativo robusto, com o impecilho das águas; a da frente, mais desafortunada, porém com a trepidação constante de gente que vinha e que ia, num comércio borbulhante, vivido de promessas. Não vacilou muito.

Olhava a encosta fronteira: mata a perder de vista, madeira e cipó, caça abundante, a melhor possibilidade das canoas, terras de qualidade recomendada. Então concluiu o projeto: uma só Piracicaba, bafejava pelas águas amparando aquela que melhor seiva humana proporcionava. A vacilação não dá frutos, a ação rasga estradas.

A mudança se fez. Tudo como as usanças determinavam. Foi isso em 1784, dezessete anos depois que a Piracicaba oficial surgiu na banda direita do rio. Esta margem, como é noto, foi relegada a um plano inferior, deixando de lado a vitalidade nascente. A Piracicaba que veio

da Capitania emudeceu, mesmo tendo junto de si o telheiro primitivo.

A fantasia do plumitivo se reporta à batalha das duas margens, no empenho do povoamento. A margem esquerda dançou de progresso tonificante. Alargou horizontes, cresceu dos lados, alçou-se aos céus. Concerto retumbante entre outras cidades do interior paulista. Oba! O Ituano povoador tinha razão, uma tonelada delas. Aplausos!

A margem direita racalçou seus sentimentos, à espera de melhores dias. O Engenho estacou como potência industrial. O solar dos Barões se isolou ao longe. O hospital não vingou. A Vila como que fugiu para além, em busca de outros sonhos. Quedou pensativa, como a lágrima do poeta luso. A sinfonia do silêncio baixou. E o sabor do desforço de que se falou acima?

Veio direitinho, matematicamente, pois é certo que quem espera sempre alcança. Começou com a ponte guidottina. Piloto. Vieram os loteamentos, avenidas rasgadas, água, luz, esgoto, telefone. Febre de construções. Casas bacanérrimas, residências faustosas, podre de chique, imitando o Eça. Então veio a Nova Piracicaba, no lugar da aldeiola abandonada, faz quase dois séculos pelo compadre ituano.

Sábado último, a gente esteve lá. Um encantamento. Progresso brotando a cada passo, pleno de viço – a novidade saudando a velha Piracicaba. Um pensamento muito distanciado para o amigão Antonio Correia Barbosa, pensamento bom, embora com sabor de desforço, mas dando graças a Deus pela ventura de existir, no mapa do município, as duas Piracicaba, ressumando dinamismo.

(Publicado em 16 de agosto de 1977)

PALAVRAS PROFÉTICAS

16 de agosto de 1798

LÉO GUERRA

Tenho um irmão xifópago, que, um dia, verdadeira aberração literária, escreveu uma enfiada de efemérides sobre Piracicaba de antanho. Pois, apesar da pouca afinidade que nos liga, por efeito das jornadas beletristas, tive que consultar o livro de que ele é pretenso autor, a fim de saber alguma coisa sobre um tal de Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

Esperei, todavia, por uma oportunidade propícia. Sim, porque não ficava bonito aos meus chachás de historiador que me rebaixasse por tão pouco, a ponto de curvar a cerviz perante meu chapa figadal e doméstico. Enquanto ele cochilava, segundo mal comum, abri o primeiro volume da obra e me aberrei da informação de que precisava.

O caso é que topei com aquele nome quilométrico, citado acima, e quis integrá-lo nesta croniqueta. Quem foi, portanto, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça na ordem do dia? Capitão-general, chefe absoluto da esquadra de São Paulo, na faixa política e administrativa da Capitania. Será verdade mesmo? Não vá trucar falso.

Pronto a dúvida. Os leitores já se viram nestas enrascadas? Mas eu quero a certeza, meu Pai Santo! O único remédio à mão era consultar o mano. Desenxabido! Ele pensa que sabe mais do que eu sei! Usei do ardil mencionado e me regalei. O tal foi mesmo morubixaba general da Capitania são-paulina nas recuadas eras referidas.

Esse ilustre chefe presidencial escreveu uma carta, em data de 16 de agosto de 1798, ao reverendo doutor Francisco Vieira Goulart, que meu abelhudo irmão xifópago não soube dizer que pito tocasse junto à Capitania, se cientista, técnico, físico, consultor, ou simplesmente um eclesiático titulado. Pessoa influente era, sem receio.

E competente nas pesquisas do solo: "... em que me dá a alegre

notícia de se ter descoberto o salitre”. “Vejo suas reflexões sobre as nitreiras que aí se devem estabelecer e, portanto, vosmecê cuidará com o seu costumado zelo”. Vosmecê sabe que eu devo fazer uma descrição geográfica e topográfica da Capitania”. Está dito tudo.

Na carta em apreço existe, igualmente, um tópicio embriagante: “Não perca de vista a povoação de Piracicaba que, como esta Capitania, prometendo sempre grande momento, tem andado para traz”. Certo. Estava-se na época em que Antonio Correia Barbosa se mudara para Mogi-Mirim, onde falecera. A aldeia de Piracicaba sentiu um bocado a mudança.

“Eu desejo ver se posso felicitar estes povos e faze-los gozar das riquezas que eles, por letárgicos, deixa cair das mãos”. Os povos eram os habitantes da sede da Capitania e os nossos conterraneos da época, Há, igualmente, referências às vicissitudes políticas do momento, que incidem sem dúvida sobre os conglomerados humanos.

“Esta povoação, (Piracicaba), deve um dia ser uma grande Vila e o seleiro de Itu, se, como esta, não arruinar as suas matas; ela tem uma caldas que merecem exame e, talvez, suas águas, servindo para alguma molestia, a farão recomendavel.” Eram as caldas de São Pedro que, já naqueles tempos, chamavam as atenções palacianas.

As palavras proféticas deram certinho: uma grande vila, o celeiro de Itu, a aldeola subordinada superando a sede, cabeça do Termo, superando duas jurisdições. São Pedro também cresceu, à influência benéfica das águas. Positivamente, o compadre Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça tinha razão naqueles anos. E mais esta: que ninguém perca de vista a Noiva, que seu progresso ainda vai disparar, e muito!

(Publicado em 27 de agosto de 1977)

O PROBLEMA

26 de agosto de 1784

LÉO GUERRA

A transferência da povoação de Piracicaba fora realizada nos dias finais de julho. Tudo bonito, legal, com regosijo amplo, tudo fácil. Sem entrevero político-administrativo ou político-técnico, a mudança não ofereceu obstáculo algum. Um prédio, na arquitetura da época, para residência do capitão-povoador e sua família e nada mais.

Um sólido importante ficou do outro lado do rio, pois não pode ser carregado de imediato: a igreja, ou o primitivo telheiro onde se realizavam piedosamente os ofícios divinos. O cargo-titular estava um tanto ou quanto vago, pois o padre João Manuel da Silva não morria de amores pelo ituano que fundou, oficialmente, a aldeia.

Na verdade, o litígio teve dobras históricas, porquanto Antonio Correia Barbosa não era bolinho de se fritar ao sol e o bom prelado, sem possibilidade de harmonia, abandonou suas tarefas, à testa do rebanho. Todavia frei Tomé de Jesus esteve presente ao ato da mudança e foi o primeiro a assinar a celebrisada “Memória ata” do ocasião.

Frei Tomé de Jesus, na ordem histórica e oficial, foi o segundo pároco de nossa terra e, possivelmente, dirigiu a parte religiosa da permuta. Implantada na margem esquerda do flume remorejante, cá no morro os atos de vocacionais continuaram, entretanto, no local do telheiro, na banda de lá. O local para a nova igreja fora apenas delineado.

O rio divisória era uma barreira líquida para os fiéis dos novos moradores. E barreira séria. Não havia pontes e a travessia era feita através de canoas. O Piracicaba daqueles tempos não era essa mixuruqueira de nossos dias. Bufava de verdade e impunha respeito, o que afugentava os devotos. Um problema imprevisto, que a realidade positivava.

O excelente frei Tomé sentiu na pele esse problema capital. Então resolveu escrever uma carta-apelo ao capitão-mor Vicente da Costa

Taques Goes e Aranha, sediado em Itu, cabeça do termo. Sempre uma esperança – a esperança cálida de que algo fosse feito em benefício da questão, uma questão que ameaçava crescer, mais dias, menos dias.

A gente tem ganas intensas de devassar o arcano. Antonio Correia Barbosa teria ciência do conteúdo dessa carta? Teria sido consultado, ou recebido solicitação nesse sentido. A fama de dedo-duro do fundador de Piracicaba corria mundo. A primeira nuvem? Alguns anos depois frei Tomé de Jesus também deu o fora, seguindo o exemplo do antecessor.

“...razão por que é, primeiramente, pelo risco de vida passar o rio com cargas e trabalho de canoa...” e com risco de perder as cargas e a vida quando o rio está cheio”. “ A Igreja já caiu uma parede”, pois a terra é areenta e está à beira do rio e tem lagoa junto dela”. O quadro, positivamente, não era um cartão postal de coleção.

Quando se positivou a mudança, o sítio para o novo templo fora demarcado, coisa taxativa imposta à vontade do capitão-povoador. Entretanto, naqueles tempos, como nos tempos atuais, as obras de cunho oficial eram morosas, duravam anos. Importa também frisar que a construção da igreja em apreço estava afeita à faixa governamental.

Um cronista cidadão imaginou, para aquelas quadras deliciosas, um casamento obrigado a canoas. Pitoresco! Noivos, oficiante, padrinhos, convidados, atravessando o caudal para o momento solene! Digno de uma novela regional. A fantasia caprichosa esvoaça entorno do sorteio. E lá se vão quase dois séculos de distância...

(Publicado em 28 de agosto de 1977)

PRUDENTE E AS ELEIÇÕES DE 64

31 de agosto de 1865

LÉO GUERRA

Uma das questões eleitorais de grande repercussão, em nossa terra, foi aquela da eleição de Prudente de Moraes para membro da Câmara Municipal, por efeito das eleições de 1864. Duas forças políticas se degradavam: o Partido Conservador, monarquista por natureza, e o Partido Liberal, com idéias novas, já com pruridos republicanos.

Venceu a facção de sonhos alvissareiros, sendo estes os componentes da chapa liberal: José Romão Prestes, João Francisco de Oliveira Junior, Francisco Candido Melo, Fernando Ferraz de Arruda, Ricardo Pinto de Almeida, João Batista de Campos Pinto e Prudente de Moraes, este logo escolhido como presidente da edilidade.

Os perdedores procuraram por paus e por pedras não se mostrarem como vencidos. Destacados do comando político do burgo, sentiram na carne não só o fragor da derrota como a perda da vara diretiva do barco camareiro e a ameaçava da infiltração de “novidades”, tidas e havidas como perigosas pela situação. Ideias inoportunas, tais como a Abolição e a República.

Cedo anda, mas a quimera não tem dia certo para nascer. Eis por que o amargor do insucesso se agarra à menor das possibilidades e dela faz um cavalo de batalha. Esse pretexto, a princípio tênue, ganhou alento e ganhou foros de recurso positivo. Caramba! O dr. Prudente de Moraes, o homem-chave da esquadra triunfante, fora eleito irregularmente!

O caso era este: Prudente de Moraes não tinha dois anos de residência em Piracicaba – perdão, Constituição – para ser eleitor, nem tinha trinta dias de observância para ser candidato. Grande achado! Iruano de nascimento “residia” em São Paulo como estudante de Direito. Apenas passava as férias em nossa terra. Não tinha, por conseguinte, prerrogativas legais para se tornar vereador!

Então o Partido Conservador, sorrindo intimamente, recorreu à presidência da Província, por intermédio de Inocêncio de Paula Eduardo, apresentando essas razões e citando leis e decretos, direitos e motivos, que pareciam irretorquíveis. De São Paulo, a petição foi endereçada à Camara Municipal para que informasse a respeito – uma espécie de defesa concedida à parte interessada.

Tenho para mim que a exposição-defesa foi do próprio punho do dr. Prudente, tal a fineza da resposta, a segurança de leis e decretos, tal a convicção do terreno palmilhado. Começou por afirmar que estudante não tem local de domicílio se não aquele em que moram os seus, no caso presente, mãe e padrasto, seu tutor.

No ano de 1858, o major Caetano José Gomes Carneiro e esposa – padrasto e progenitora – mudam-se de Itu para Constituição onde compraram casa e fazenda. Por conseguinte, o domicílio do estudante passou a ser na terra do Salto, onde o acadêmico gozava suas férias. Uma verdade líquida, contra o que não houve argumentos em contrário.

Outro fato alegado também foi reduzido ao silêncio. O dr. Prudente de Moraes, formado em Direito, aportou a Constituição num sábado, 19 de outubro de 1863. Desse dia à terceira domingo do mês de janeiro de 1864, (18), quando começou a funcionar a junta de qualificação de votantes, contam 31 dias, ou seja, um dia a mais da exigência legal.

A circunstância máxima foi aquela de que a Junta de Qualificação tivera o cidadão Inocêncio de Paula Eduardo como integrante, o qual, na ocasião, nada protestou a respeito. A questão foi encerrada com nova vitória de Prudente de Moraes que continuou como presidente da Edilidade e prócer político de nossa terra.

(Publicado em 04 de setembro de 1977)

A LUZ ELÉTRICA

6 de setembro de 1893

LÉO GUERRA

Um acontecimento de real importância para Piracicaba, nos primeiros anos da República, se concretizou no dia 6 de setembro de 1893. É que, nesse dia, se dava oficialmente a inauguração da iluminação elétrica nas ruas centrais da já Noiva. Nossa terra foi uma das primeiras cidades do Brasil a receber esse melhoramento, índice de progresso.

É um bocado difícil dizer-se de como os conterrâneos da época receberam tal novidade, seja pelo terreno oficial, seja através do povo, porquanto as fontes de informações são escassas. Pouco há para falar. As atas da Municipalidade são omissas. A “Gazeta de Piracicaba”, então o único jornal do município, não circulou nesse dia.

Ao que tudo indica, a inauguração se deu simplesmente, sem discurso, banda de música ou rojões. A fantasia do escriba está a ensinar que à noitinha, a chave-mestra foi ligada e pronto! Estava inaugurada a luz elétrica na ex- Vila Nova da Constituição! Todavia, como é natural, as experiências vinham sendo feitas nas noites anteriores.

Na noite de 2 de setembro, por efeito das tentativas, foram iluminadas as ruas Prudente de Moraes, São José, Alferes José Caetano, Direita (Moraes Barros), do Comércio (Governador Pedro de Toledo), da Glória, (Benjamin Constant), 13 de Maio e Santo Antonio - o bloco central das vias públicas da terra, circundando o Jardim Público.

A 4 de setembro, segundo um cronista local, já estava funcionando regularmente a inovação, obra prodigiosa devida ao pioneirismo de Luiz de Queiroz. A inauguração foi, por conseguinte, a constituição do melhoramento. A 7 do mesmo mês, a “Gazeta de Piracicaba” deu uma boa nota a respeito do assunto:

“A cidade de Piracicaba conta hoje com mais um melhoramento de apreciável valor”. E logo a seguir: “O serviço é incompleto, pois o

material empregado não foi suficiente para que todo o perímetro da cidade pudesse ser iluminado”. Eis que estavam funcionando somente 120 lâmpadas de 32 velas, das 235 constantes do contrato.

Continua o velho órgão: “A luz permanece intensa e firme, não se notando oscilação alguma, consequência da poderosa força hidráulica e da excelente qualidade dos materiais empregados. Além do grande motor hidráulico de que pode dispor, o sr. Luiz de Queiroz não regateou dinheiro para obter os melhores materiais até hoje conhecidos”.

“Assim é que o maquinismo empregado em sua empresa, as lâmpadas de incandescência e todos os demais utensílios foram comprados à melhor companhia até hoje conhecida – a Thompson Houston, hoje associada à não menos poderosa e autorizada Edison, ficando, segundo nos informam, constituído com o avultadíssimo capital de cinquenta milhões de dólares.

“E para completar a sua grande obra, o sr. Luiz de Queiroz projeta instalar fogões elétricos em casas de famílias, o que constitui uma verdadeira maravilha. Agora que sofremos a grande falta de criados e cosinheiros” e “somos mal servidos”, “imagine-se um fogão elétrico na própria sala de jantar, a um lado, com todo o asseio, com admirável prontidão, pratinhos mais apetitosos poderão ser feitos”.

Na noite de 7 de setembro, registrou-se enorme manifestação popular a Luiz de Queiroz, “por motivo da inauguração da luz elétrica, de cuja empresa foi o inovador. Falaram diversos oradores, tendo o homenagem respondido agradecendo”.

A concentração se verificou em frente do Hotel Central, de cujas janelas falaram os oradores e o homenageado.

(Publicado em 11 de setembro de 1977)

O ANSEIO DOS LOCAIS

17 de setembro de 1816

LÉO GUERRA

No dia 17 de setembro de 1816, o desembargador e ouvidor da Comarca de Itu, Miguel António de Azevedo Veiga, por ofício protocolar, informou ao Conde de Palma, governador e capitão-general da Capitania, sobre as pretensões dos moradores de Piracicaba, os quais pretendiam fosse a freguesia elevada à condição de vila, livre das jurisdições de Itu e Porto Feliz.

A petição dos locais, para que pudesse chegar à Corte de Lisboa, seguindo os trâmites legais, deveria conter as peças de rigor, inclusive aquela da ouvidoria, autoridade máxima na questão, pois que a jurisdição de Itu respondia mais pelo setor político-administrativo-social, enquanto Porto Feliz respondia pelo setor judiciário-repressivo.

Começou o desembargador-ouvidor por informar que as duas Câmaras mandatárias e interessadas, Itu e Porto Feliz, estavam de acordo com o pedido dos conterrâneos, já que os peticionários se propunham a erigir, a sua custa, a casa da Câmara e o respectivo pelourinho, emblema da justiça, assinando o termo respectivo e indispensável.

“Das respostas das duas Câmaras, a cujos termos pertence o território desta freguesia, verifica-se que elas são conformes em que aquela povoação seja erecta em Vila.” A freguesia caminhava bem na senda do progresso e a sua autonomia era lúdimo anseio, pois não se justificavam duas vozes de comando a ditar normas, ao mesmo tempo.

A edificação do prédio da Câmara era preceito real, taxativo, porquanto todas as vilas da Capitania deveriam ter sua sede oficial, em que funcionassem regularmente os poderes legislativo e executivo, num só órgão. A constância do pelourinho era outra exigência fundamental, representando a força judiciária, ao lado do senado local.

“O pequeno número de indivíduos, suficientes para ocuparem os

cargos da Governança e Ordenança da pretendida Vila, seria por ora o único obstáculo à sua erecção; tudo o mais favorece”. Esse pequeno número se referia às assinaturas constantes do documento, montante regularmente pequeno, que não representava o total da população de nossa terra.

Também o elenco impositivo não era lá tão abundante: seis vereadores, um capitão-mor e os juizes de praxe. Talvez os mais numerosos fossem os eleitores paroquianos, acionando uma máquina eleitoral um tanto ou quanto complicada. Mas, como concluiu a autoridade informante, “tudo o mais favorece”, fazendo com que as esperanças brotassem em torno da elevação.

Um trecho capitoso da exposição: “Demais é um fato que os terrenos daquela freguesia são em grande parte muito próprios para a plantação da cana açucareira e que a pequena distância se acham os campos de criar denominados de Araraquara, circunstancias que, unidos ao bom preço do açúcar nos anos precendentes, vão atraindo para alí a povoação das Vilas vizinhas e, por consequencia, talvez em breve tempo se desvaneça o obstáculo da falta de indivíduos para os empregos necessário”.

Pode se acrescentar que a papelada toda, contando com a boa vontade do Conde de Palma, seguiu para Lisboa, mas não deu os frutos desejados, ou por falta de sorte dos signatários, ou por artes do demo.

Só em 1822 é que a coisa deu certo, não com o nome de Joanina, proposto pelos suplicantes, porém com a denominação de Vila Nova da Constituição. Ainda a exigência da casa da Câmara e pelourinho. Esta marca da justiça foi erguida imediatamente; a sede da edilidade, entretanto, levou um século, pouco mais, pouco menos, para se tornar realidade.

(Publicado em 19 de setembro de 1977)

BRIGA SEM EFEITO

20 de setembro de 1798

LÉO GUERRA

Podia ser briga séria, capitosa, briga para valer. Eram dois grandes no cenário um tanto acanhado de Santo Antônio de Piracicaba. De um lado estava o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, um dos homens-maus da freguesia e, de outro, estava o padre José Francisco de Paulo, novo ainda na terra, com apenas cinco meses de exercício.

É sabido que o sargento-mor não era lá boa bisca. Arrogante, desenxabido, prepotente, celebrou-se nos anais citadinos pelos seus amores ilícitos com a viúva Maria Flor, uma dama possivelmente provocante, que arrancava sorrisos e olhares por onde passasse. O prelado, naturalmente, zelava pelo decoro moral de seus paroquianos.

Estopim. Então o pároco cuidava de seu rebanho, apontando-lhe o caminho sem arestas. O outro desmanchava tudo com seu exemplo. Rico, dominador, comandando a zona, não era bolinho de se fritar ao sol. Ademais, gozava de certa graça da Capitania, mercê de seu tato político. Sabia bajular convenientemente, mal surgissem as oportunidades.

Carlos Bartolomeu de Arruda guardava respeito reverente a Antônio Manuel de Melo Castro e Mendoça, capitão-general da Capitania. Era autoridade máxima e, fora de suas graças, podiam periclitar seus brios de comandante regional. Periodicamente dava conta de seus atos ao chefe, antecipando as prováveis insinuações, já existentes naqueles tempos.

Outro com quem o sargento-mor andava na boa paz era o secretário da Capitania, Luiz Antônio Neves de Carvalho, com quem se carteara: "...Comandar a gente desse distrito com toda a prudencia e retidão, olhando somente para o bem geral dos moradores e esquecendo-se de tudo que forme razões com etiquetas particulares".

LEANDRO GUERRINI

“Para que V.S., (escrevia ao secretário), conheça o que eu estou sofrendo deste padreco remeto com esta a sua carta e o bilhete, sem que eu me entendesse com este e, depois que cheguei dessa, meti-me no meu engenho e não apareço na freguesia e nem a assim me posso ver livre...”, “...e penso como me posso ter conversa com semelhante tratante; tem patacas para dar a quem se vá queixar de mim a S. Excia, (o capitão-general), e não tem para os guisamentos, (alfaias de culto, vinho e hóstias para a missa), e se não podem sem meu favor, não procure encomodar-me; só procura andar com le-lez (com semelhantes), e por isso só procura desordens; se lhe parece justas, mostre a S. Excia. as cartas e a resposta...”

Este trecho de carta dá motivos a estudo e costumes, na evidência de uma sociedade distanciada a quase dois séculos. Vigência de boatos, de diz-que-diz-que, intrigas, especialmente por parte do sargento-mor, que tinha lá suas razões. Era também autoridade, autoridade local e não admitia interferências, nem mesmo de um tonsurado.

O caldeirão não parava de ferver. Um dia, a capinação do mato em redor da igreja foi o estopim maior. — O padre José Francisco de Paulo, que também não tinha sangue de barata, armado de chicote e faca, foi à casa do sargento-mor, para um rigoroso ajuste de contas. Bateu à porta com arrogância. Foi atendido. Entrou, não com a disposição de uma visita cordial.

O que valeu é que Bartolomeu de Arruda se agarrou prudentemente ao bom senso e contornou a situação. Bom senso ou receio de escândalo político, porque, no setor do escândalo amoroso, cantavam outros galos. Afirmam as suposições que a viúva Maria Flor valia qualquer sacrifício, mesmo aquele de usar da prudência sorrateira...

(Publicado em 25 de setembro de 1977)

OS PROVIMENTOS

2 de outubro de 1826

LÉO GUERRA

Neste dia, mês e ano, houve, na então Vila Nova da Constituição, Audiência de Provimentos – um ato público em que altas autoridades da Comarca de Itu atendiam, de certa forma, aos interesses da população, quando dependiam de resolução superior. Presidiu-a o dr. Antônio de Almeida e Silva Freire da Fonseca, ministro ouvidor geral e corregedor.

A Audiência de Provimentos correspondia, de modo geral, à prática da correição, pois a cúpula administrativa da Vila tinha também quesitos a responder. Tal encontro deveria ser realizado na Casa de Aposentadoria do ministro, ou seja, aposentos ou salas para atendimentos. A Vila não possuía esse prédio e a reunião se deu, possivelmente, onde funcionasse a Camara.

As perguntas iniciais e devidas respostas foram: “A quem pertencem esta Vila” “Ao Senhor D. Pedro de Alcântara”; “Esta Vila possui as ordenações do Reino?”, (o corpo das leis e seu aparelhamento de execução). “Não, por falta de verba”. “Esta Vila tem demandas, (locais) ou demandas com Conselhos visinhos?, (vilas). Foi respondido que não; outra pergunta: se os proventos anteriores estavam sendo observados? Que sim, foi a informação.

Esta foi a primeira parte da audiência, a qual se referiu mais diretamente à correição protocolar. A parte seguinte foi dedicada aos atendimentos. João Pedro Correa discordou da informação, porquanto o córrego Itapeva, com cercas aqui e ali, não estava sendo de servidão pública. Proveu o ministro fosse observada a Imperial Provisão de 1805.

Manuel de Barros Ferraz pediu licença para matar animais daninhos que encontrasse em suas terras. Indeferido, pois das trinta e uma pessoas presentes, apenas cinco foram favoráveis à solicitação. Nas au-

diências de Provimentos, observava-se um princípio democrático, qual seja a deliberação pelo voto.

“Proveo que se tirassem todos os formigueiros dos cercados, casas e quintais, a custa dos proprietários, procedendo primeiramente Editais com praso de tempo suficiente, cominando-lhes a pena de seis tostoens de condenação pela primeira vez que fossem notificados pelo escrivão da Camara, cuja pena se multiplicando ao ponto que houvesse reincidência”.

As Audiências de Provimento eram convocadas por editais afixados nos lugares do costume; no geral, eram pregados à porta de igrejas. Esses editais convocavam a Câmara e a nobreza da Vila. Nobres, propriamente, Constituição não possuía, mas possuía certa elite de pessoas alfabetizadas que representavam, no caso, os titulados que o edital mencionava.

Verifica-se que, no ano supra, a Vila já possuía autonomia político-administrativa, com sua Câmara funcionando regularmente, a qual tinha prerrogativas de legislar e executar, tal como nos casos apontados do riacho Itapeva, dos animais invasores ou no problema das formigas. Essa prática, todavia, vinda dos tempos coloniais, era uma reminiscência dos juízes ouvidores.

Valia, igualmente, a faceta da correição, nos domínios administrativos, políticos ou judiciários, tal como até hoje prevalece. Quando falta grave se registrasse, então haveria devassas, com interferência direta das autoridades da Comarca, Cabeça do Termo. Entretanto, na Audiência do dia 2 de outubro nada houve de anormal. Foi breve, sem novidade.

Aliás, salvo melhor juízo, foi a última que o escrivão Francisco José Machado adjudicou o Auto competente, assinado por todos quantos tomaram parte na assembléia. Algumas das assinaturas são ilegíveis, conforme se vê no livro “Fundação da cidade de Piracicaba”, existente nos arquivos da Câmara Municipal.

(Publicado em 02 de outubro de 1977)

HOSPITAL DOS LÁZAROS

5 de outubro de 1865

LÉO GUERRA

A Câmara Municipal de Piracicaba, perdão!, de Constituição, resolveu encarar o problema dos inditosos morféticos que esmolavam pelas ruas da cidade. No geral, acampavam-se nos arredores da urbe, em terrenos baldios, que formavam verdadeiras colônias. Durante o dia, a cavalo, recorriam à caridade pública e aceitavam toda e qualquer oferta.

Era espetáculo confrangedor e verdadeiro impacto para os proprietários de terrenos, nos quais se aboletavam os enfermos e dificilmente deixavam suas míseras barracas. Vozes se faziam ouvir e pequenas iniciativas particulares se verificavam no sentido de solucionar-se a questão. Versões maldosas corriam contra à sanha dos doentes – verdadeira ameaça à população.

Na sessão camarária de 2 de outubro de 1865, o edil e mestre José Romão Leite Prestes entrou com uma indicação: “Proponho que esta Câmara solicite do Exmo. Governo da Província a autorização para estabelecer um lazareto nesta cidade, onde se abriguem e sejam tratados os infelizes atacados da morféia que transitam e percorrem as ruas desta cidade”.

Informa um cronista: “A proposta do vereador – professor, em proveito do lazareto foi além: todos os vereadores, presentes ou ausentes, a favor ou contra, uma vez o projeto aprovado pela maioria, entrariam com 50.000 para trabalhos iniciais do Lazareto, onde os enfermos teriam sua casa. E José Romão falou tão bem dos pobres leprosos que comoveu a todos e o projeto passou”.

A 5 de outubro, pois, a Corporação Municipal, composta dos seguintes membros: Prudente José de Moraes Barros, Ricardo Pinto de Almeida, João Batista de Campos Pinto, Fernando Ferraz de Arruda, José Romão Leite Prestes, António Narciso Coelho, Joaquim Silveira

Melo e João Francisco de Oliveira, se dirigiu, por ofício à presidência da Província, então ocupada pelo dr. João da Silva Carrão.

“Compenetrados da urgente necessidade de estabelecer um abrigo onde possam ser amparados” “os infelizes morféticos que, em grande número percorrem este município e vagam pelas ruas da cidade” “e vivem em estreito contacto com o resto da população, resolvemos emprender a criação de um Hospital de Lázarus”.

“Reconhecemos que a tarefa é árdua e difícil”, “mas estimulados pela necessidade e pelos sinceros desejos de fazer algum bem”, “resolvemos” “emprender aquela obra, que tanto tem de útil por segregar” “esses infelizes que vivem mendigando de porta em porta o óbolo da caridade”.

“Para realizar esse justo intento, além dos exíguos recursos de que dispomos”, está resolvido que “cada vereador contribua de seu bolso com uma quantia”, “contamos com o auxílio de nossos generos municipais”, “com auxílios, embora pequenos do cofre municipal e do da Província, que tem fornecido subvenções para criação e custeio de estabelecimentos iguais”.

“Levamos ao conhecimento de V. Excia. a nossa resolução e os nossos desejos ardentes, temos em vista pedir aprovação e a coadjuvação de V. Excia. para a construção de um fim, cuja importancia por si mesma se manifesta e por isso esperamos que o nosso proceder seja aprovado por V. Excia., que dispensará o auxilio de que dispor em favor de obra tão meritória”.

Era praxe protocolar, naqueles tempos recuados, ao encerrar-se a exposição escrita, uma invocação sincera, que, como no presente caso, condensava uma reverência palaciana ou esperança sincera. Talvez um agradecimento antecipado:

“Deus guarde a V. Excia. por muitos anos”.

(Publicado em 09 de outubro de 1977)

O CONDE DE PALMA

10 de outubro de 1816

LÉO GUERRA

O conde de Palma, d. Francisco de Assis Mascarenhas, governador-geral da Capitania de São Paulo, é elemento dos meus, porque não se situa na caterva dos “homens-maus” dos anais de Piracicaba. Pelo contrário, minha gente. É figura de respeito e reverência, porque soube fazer justiça à cidade que se chamaria a “Sempre-noiva”.

A turma local estava cansada se ser freguesia, sujeita às jurisdições de Itu e Porto Feliz, com dupla curvatura. Queria ter autonomia, voar livremente, voar nas prerrogativas de vila. Aprestos de papelada, com pareces favoráveis dos municípios acima, com parecer favorável da cúpula da própria Capitania. Faltava autorização da Corte Portuguesa.

Foi, então, que o Conde de Palma entrou com sua palavra judiciosa, uma representação protocolar endereçada à Corte de Lisboa, já que o Brasil ainda era colônia. Falou bonito.

“Senhor – os moradores da freguesia de Piracicaba, uma das comarcas da Vila de Itu, desta Capitania, me fizeram o requerimento incluso, pedindo a ereção daquela freguesia em Vila; não só por estar pertencendo o seu distrito às duas vilas de Itu e Porto Feliz, mas também por ter acima de dois mil habitantes, contando mais de dezoito engenhos com vinte e duas fazendas de criar, além de muitos engenhos que se estão principiando.

“Sobre esta pretensão mandei informar o dr. Miguel de Azevedo Veiga, ouvidor daquela Comarca, magistrado que me merece particular atenção, ouvindo as câmaras das ditas duas vilas, que examinassem se os suplicantes estavam prontos a eregir à sua custa Casa de Comarca, Cadeia e Pelourinho.

“Ponho na Augusta Presença de V. Magestade a informação que me deu o dito Ouvidor e as respostas das Câmaras. Todos convêm que

se crie a mencionada Vila Nova e, em terceiro lugar, vai por cópia o termo que assinaram os moradores de Piracicaba para fazerem à sua custa os edifícios necessários.

“Ainda que muitas vezes tenha eu sido contrário à criação de novas vilas, porisso que os povos que as pretendem erigir em lugares destituídos das circunstâncias necessárias e de pessoas suficientes para exercerem os cargos públicos, contudo me parece que esta se deve erigir, porque o principal ramo de comércio desta Capitania é o açúcar. Nas terras adequadas às canas é onde se formam melhores povoações. As terras da Freguesia de Piracicaba são as melhores de toda a Capitania. Em consequencia é grande a affluencia de gente que vai povoar aqueles sertões que por isso dão esperanza de que a vila que ali se criar irá sempre em aumento.

“São estas as razões que me obrigam a concordar com a justa representação dos povos e mesmo suplicar a V. Magestade a mercê da dita criação, designando-se em tal caso de lhe fazer mercê de uma légua de terra em quadra para ser aforada em pequenas glebas e servir de Patrimônio à Camara, (terras para o rossio)”.

A papelada, muito bem amparada e oficialmente, seguiu para a Corte de Lisboa e com ela seguiram as esperanças dos conterrâneos. Entretanto, nada feito. Meses se passaram, anos se foram. Ainda está para ser descoberta a causa do engavetamento do processo relativo. O certo é que gorou a Vila Joanina, como queriam os petiçãoários, numa centelha de política bajulatória. Só em 1822 é que houve acerto e a Vila Nova da Constituição poudé ser criada, provocando a birra dos “homens-maus”.

(Publicado em 16 de outubro de 1977)

CEMITÉRIOS

22 de outubro de 1831

LÉO GUERRA

Crescia a cidade e avultavam os problemas locais. A Câmara Municipal da então Vila Nova da Constituição, com apenas nove anos de vigência, legislava e executava ao mesmo tempo, segundo as usanças da época, bem como enfrentava as questões do momento, de acordo com as possibilidades. Um dos assuntos em pauta era o cemitério.

Praticamente, cemitério público, última morada dos que partiam para o Além, não existia. Não existia no sentido amplo com que hoje compreendemos o Campo Santo. Claro que, naquelas quadras, como nas quadras mais recuadas ainda, ninguém ficava sem sua cova, quando soltasse seu derradeiro suspiro. A piedade circunstancial sempre houve nesses instantes.

Onde, pois, eram sepultados os cadáveres se não havia necrópole? Dependia da condição social dos indivíduos. Os escravos mortos eram inumados nos campos das fazendas dos amos. Mendigos e párias, ao longo das estradas. Assim também as crianças, às quais faltou tempo para o batismo. Duas telhas, à feição de urna, amparavam o corpo infantil.

Os mais afortunados tinham sua cova no interior das igrejas. O sargento mor, Carlos Bartolomeu de Arruda, foi sepultado no recinto da igreja matriz, em 1815. Os menos afortunados eram entregues à terra, na rua, ao lado de fora dos templos. Eram estes um processo normal, aceito sem discrepância por todos, já que o hábito é lei social.

Nos últimos anos do século passado, quando se procederam às escavações para o assentamento dos canos de água, foram achadas ossadas humanas ao lado do principal templo de nossa terra, a evidência dos costumes de então. Estranho costume, que recebia aquiescência unânime, já que se desconheciam melhor forma para resolver a questão.

O problema não era só da Câmara do interior como o era também da cúpula diretiva da Província. No dia primeiro de julho de 1831, o governo provincial endereçava às Edilidades uma circular, ordenando cuidarem dos enterramentos fora das paredes das igrejas, já que o velho hábito começava a ser olhado com mais respeito e seriedade.

“Em observância à Circular de V. Excia., de 1.º de julho próximo, em que determina que as Camaras cuidem no estabelecimento de Cemitérios fora do recinto dos Templos, esta Camara há muito tem dado os passos que estavam ao seu alcance, tratando a este respeito com a primeira Autoridade Ecclesiastica e nada tem conseguido por não saber-se à custa de quem se deve fazer as despesas para este fim, por isso que o Artigo 66, § 2.º da Lei do Regulamento da Câmaras Municipais só determina sobre o estabelecimento dos Cemiterios fora do recinto dos Templos e não especifica à custa de quem; portanto esta Camara espera que V. Excia. a esclareça a este respeito para assim ela poder cumprir seu dever”.

O ofício tem data de 22 de outubro de 1831 e conta com a assinatura dos respeitáveis vereadores: José Caetano Rosa, Antonio Fiuza de Almeida, José Alvares de Castro, Luciano Ribeiro Passos, Vicente do Amaral Gurgel e Joaquim Antonio da Silva. Era praxe, na ocasião, que a correspondência oficial contasse com todos os componentes da corporação municipal.

Importa também afirmar que a Edilidade conterrânea estava com os cofres exauridos (expressão da época). Município novo, sem um sistema orgânico definido, no tocante a impostos, cintas e estanques, a Câmara de Constituição era pobríssima. Vale, entretanto, assinalar o fato como viagem retrospectiva ou estudo dos costumes que se foram.

(Publicado em 23 de outubro de 1977)

A FREGUESIA DE PIRACICABA

29 de outubro de 1808

LÉO GUERRA

Diante dos fatos, o escriba espeta o bestunto no ar e fica matutando um bocado, com vontade saliente de devassar o passado. Que seria da cidade de Piracicaba no ano de 1808, nas circunstâncias de povoação, de conglomerado humano? Um simples arraial, sem nenhuma linha de civilização, no que tange à sua posição social?

Possivelmente. A documentação nos traz diante dos olhos uma imagem imprecisa, sem qualquer assomo que alegre. Seria necessária uma fotografia que nos descortinasse as vivências de outrora. A fotografia, porém, não existe, nem existem os testemunhos que falem a linguagem do pretérito. Uma ou outra linha encontrada aqui e ali.

Nas pastas de papéis antigos, deparamos com uma carta ou ofício que a Câmara Municipal de Porto Feliz endereçou à presidência da Capitania, com referência à freguesia de Piracicaba, sobre a qual a ex-Araritaguaba tinha voz de comando. Por essa correspondência, compreende-se que aquela corporação obedecia a ordens superiores.

Vamos à carta, que traz a data de 19 de outubro: “Ilmo e Exmo. Sr. participamos a V. Excia. que, em cumprimento de uma ordem expedida pelos Exmos. e Ilmos. Senhores Governadores interinos, fomos à Freguesia de Piracicaba e nela, no dia quatorze de Outubro fizemos o alinhamento do terreno delineado para a Povoação para a qual houve uma repartição economica e prudente pelos moradores, conforme determinaram os mesmos Senhores do Governo. O plano consta de cinco ruas com seus nomes e outras tantas travessas com seus nomes, ficando a Igreja com um páteo de cinquenta braças de comprido e quarenta de largo e também uma praça destinada para a Cadeia, o que tudo consta do Auto de demarcação e repartição que neste cartório fica.

“E porque temos satisfeito esta Comissão, que nos foi encarregada

demos parte a V. Excia. para que determine o que foi devido sobre este particular. Deus guarde V. Excia. por muitos anos. Porto Feliz em Câmara de 29 de outubro de 1808". Seguem-se as assinaturas.

Agora é que entra em cena a indagação do plumitivo. Cinco ruas e outras tantas travessas, a Igreja como ponto central de reforço? E essas cinco ruas e travessas já existiam, num arruamento primitivo e natural, ou foram realmente demarcadas pelos ilustres representantes de Porto Feliz? A resposta é parágrafo crucial, impossível.

Mais um favor que se deve à edibilidade da terra das Monções Ou uma singela exposição protocolar? Sempre e de muito valor histórico a presença desse delineamento original, a primeira carta geográfica que se pode apresentar de Piracicaba, antes mesmo daquela de 1822, de inegável comportamento comprovante. Sem nenhuma sombra de dúvida.

Tomemos a Catedral de nossos dias e a atual rua de Santo Antonio como partida inicial. A cadeia houve positivamente, no largo fronteiro. Duas ruas à direita, mais duas ruas à esquerda. As travessas, quiçá, partiriam da atual rua XV de Novembro e morreriam na rua 13 de Maio. E os nomes? Tudo fica, realmente, na estaca zero.

Tudo é suposição e nada tem a consistência da realidade. Só se sabe que a Câmara Municipal de Porto Feliz esteve cá na terra, cumprindo ordens da cúpula. Delineou ou viu delinadas as ruas e travessas de que o documento fala. Não importa. Importa esse pequeno retrato, esfumaçado e opaco, focalizando uma aldeia de cinco ruas e cinco outras travessas.

(Publicado em 30 de outubro de 1977)

REPIQUES DE SINOS

3 de novembro de 1850

LÉO GUERRA

Folheando os meus guardados, um deles, que traz a data acima, me levou à lírica popular: “Sino, coração da aldeia, coração, sino da gente; um a sentir quando bate, outro a bater quando sente.” Foi o caso que os repiques de sinos, na então Vila da Constiruição, estavam dando pano para mangas, preocupando os manda-chuvas da localidade.

Na época, os repiques de sinos eram uma exigência social, pois faziam parte íntima da engrenagem comum. Mormente nos casos de falecimento. Cidade pequena, apresentava índice diminuto de mortandade. Um passamento, no bojo do conglomerado, era capítulo de sensação. Corria de boca em boca, fomentava rodinhas, derramava o falatório doméstico.

O repique de sinos, transmitindo sonoramento a nova fúnebre, chocalhava o burgo. “Morreu alguém!” “Virgem Santa!” “Quem será?” O badalar dos sinos obedecia a uma cadência rítmica conhecida. Era a gazeta em ondas pelo ar, levando a novidade tarjada de luto. Que seria a cidade, há cento e vinte e sete anos atrás? Que seria?

Havia abusos. O repique dos sinos, em ocasiões tais, era gratuito, umas tantas badaladas e só. Os escravos não tinham esse direito — um direito que cada civil queria fosse espichado, de acordo com sua importância. Nesse panorama, sucediam-se os atritos, à vista dos quais as autoridades competentes tiveram que agir.

A Câmara Municipal tomou a deliberação, para liquidar o assunto, de criar uns artigos de postura — uma espécie de código de obediência disciplinar, imposto à população, uma vez aprovado pela presidência da Província. Era assim que se procedia em ocasiões dessa natureza. A Fábrica da Igreja, nesse particular, era órgão executivo.

O artigo de postura, ainda em projeto, pois não fora legalizado

oficialmente, dizia assim? “Todas as vezes que falecer qualquer indivíduo haverá um dobre ou repique de sinos gratuito, podendo contudo haver mais dobres ou repiques, porém por estes pagarão os mandatários oitocentos réis por cada um, deduzindo cento e sessenta réis para o sacristão, ficando os seiscentos e quarenta réis para a Fábrica da Matriz.

“Esta quantia será arrecada pelo Fabriqueiro no ato de dar bilhete da Fábrica para sepultura.” E’ bom que se diga que a Fábrica da Igreja correspondia a um departamento administrativo, ou seja, mordomia, provedoria ou tesouraria. Fabriqueiro, está claro, era o diretor, ou o encarregado de tal departamento, separando o dinheiro das outras funções da Igreja.

Também é lícito que se note o costume burocrático da época, no tocante aos sepultamentos. O processo todo está afeito à Igreja, que comandava, igualmente, a papelada dos nascimentos e casamentos. Natural. Natural que houvesse taxa a pagar, já que a repartição em apreço não vivia de brisas. Vivia, sem dúvida, dos cobres que entrassem.

Esse processo perdurou, praticamente, até o advento da República, ou depois de 1889. Depois, porque a implantação do novo regime obedeceu a ensaios e tentativas, até que fosse assegurada definitivamente. Começou então a funcionar o Registro Civil, que chamou para si a documentação toda referente a óbitos, casórios e nascimentos.

Vale, todavia, rememorar neste canto de coluna a usança do século passado, quando a futura Piracicaba possuía população reduzida, com o elemento escravo a descontar. Se fosse hoje, com os duzentos mil fregueses do município, sem o peso específico dos escravos, seria um deus nos acuda de repiques de sinos, avisando que alguém se esqueceu de respirar...

(Publicado em 06 de novembro de 1977)

UMA CADEIA

8 de novembro de 1829

LÉO GUERRA

A Freguesia de Araraquara, então sujeita à Cabeça do Termo da Vila Nova da Constituição, reclamava e reclamava com acerto. Através de seu Juiz de Paz, reclamava à presidência da Província a falta que a povoação sentia, pois lá não existia “uma casa de prisão.” A localidade já era de certa expressão e, naturalmente, a enxovia se impunha com razão.

A representação araraquarense seguiu seu caminho legal e veio parar às mãos da Câmara Municipal de nossa terra para o pronunciamento. A edilidade local se alvoroçou um bocado, como não podia deixar de ser. Sempre uma informação dessa natureza preocupava os vereadores contrerrâneos e foi justamente o que aconteceu, naturalmente.

A peticionária invocava a lei de 1.º de outubro de 1828, a qual legislava sobre o carinho que as vilas-sede deveriam exercer para com as freguesias de obediência. Um ano depois da vigência da lei e nada do prédio regular que servisse de prisão. Então o requerimento do Juiz de Paz de Araraquara estava rigorosamente amparado por lei.

A Câmara Municipal foi clara na resposta. Nada havia ainda providenciado a respeito por exclusiva falta de verba. Sabem os leitores que, no ano de 1822, quando Piracicaba passou de freguesia à vila, comprometeu-se solenemente a três princípios básicos: a possuir, dentro de breve tempo, a casa de câmara, a cadeia e o pelourinho.

O pelourinho foi erguido um dia antes da festa. Era fácil: um poste vertical e seus apetrechos-símbolos. A fantasia do rabiscador afirma que não custou um vintém, tal o entusiasmo dos noivo-colinenses. Mas os prédios prometidos deixaram lacunas que passaram para a história. Câmara paupérrima, com pouca ou nenhuma fonte de renda, um miserê danado.

Mil e um problemas pela frente. As terras patrimoniais, o Partido

dos Quarenta Coligados, o capítulo dos homens-maus, as devassas e assuadas, um fim-de-mundo, com os “cofres exauridos”. Havia o recurso das subscrições públicas, de resultado nulo, provavelmente em virtude da divisão da opinião popular. Não havia dinheiro nem para os funcionários.

Os primeiros dez anos de vida autônoma da ex-Piracicaba foram penosos. Não seria demais dizer que os nossos sentiam saudade da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba, mesmo sujeita às jurisdições de Itu e Porto Feliz. Pelo menos no burgo reinava a paz e os problemas eram de além fronteiras. Em novembro de 1829, a angústia andava em meio.

“Recebendo esta Camara um ofício do Exmo Senhor Vice-Presidente, datado de 3 de outubro próximo passado, acompanhando uma representação do Juiz de Paz da Freguesia de Araraquara, na qual se queixa desta Camara por não concorrer para a fatura de uma casa de prisão naquela freguesia, exigindo uma informação, que o obstáculo que se encontra para não cumprir com o artigo 57 da Lei de 1º de outubro de 1828, tem a levar ao conhecimento de V. Excia. que nesta vila ainda não há casa de Camara, nem cadeia suficiente por falta de dinheiro e o rendimento deste Conselho ser limitado.

“Agora, querendo-se começar esta obra necessária por meio de uma subscrição voluntária, não se tem conseguido, de que se passa a representar ao Exmo. Conselho Geral.

“À vista do exposto, Exmo. Senhor, não é possível atenderem-se os rogos daquele Juiz de Paz. É o que tem esta Camara a responder, e V. Excia. tomando uma consideração, o mandará o que for servido”.

Este documento, de muita expressão histórica, tem a data supra e foi assinado pelo presidente da edilidade, o alferes José Caetano Rosa, nome de acatamento nos anais da terra.

(Publicado em 13 de novembro de 1977)

A PRIMEIRA SESMARIA

15 de novembro de 1693

LÉO GUERRA

Faz quase três séculos que, na região de Piracicaba, foi concedida a primeira sesmaria. Recebeu-a Pedro de Moraes Cavalcante, através de documento assinado pelo capitão-mor Manuel Peixoto da Mota, mandatário da Capitania, de acordo com os decretos emanados da corte portuguesa.

Diz Aurélio Buarque de Holanda: “Sesmaria – terreno inculto ou abandonado, maninho, que os reis de Portugal concediam, a sesmeiros para que o cultivassem”. Tais sesmarias seriam desbravadas pelos povoadores. Pedro de Moraes Calvacanti prometia que iria povoar o terreno, com toda a sua família, de uma a outra banda do rio Piracicaba, ficando o Salto no meio. Com a referência da cachoeira, fácil será localizar a sesmaria.

Diz também um escriba local: “Não foi possível encontrar o documento relativo a esta doação. No Departamento de Arquivo do Estado, obtivemos a informação de que o “Livro 11 das Sesmarias, que continha o assentamento correspondente, foi completamente destruído pelo tempo. No arquivo Histórico, de Lisboa, onde nos levou vaga esperança, também nada encontramos”.

Todavia – como igualmente afirma Mário Neme, na sua “História da fundação de Piracicaba” – não pomos dúvida no verbete de Eufrágio Manuel de Azevedo Marques, nos seus “Apontamentos Históricos e Geográficos”, com relação ao assunto, porquanto, no seu tempo, o historiador teria consultado o livro em apreço, antes da obra impiedosa do tempo”.

Mário Neme assim se expressa: “Essa, diz Avezedo Marques, foi a primeira sesmaria concedida em Piracicaba, pelo capitão-mor Manuel Peixoto da Mota, a 15 de novembro de 1693 e se acha registrada no

livro 11 de sesmarias antigas do Cartório da tesouraria da fazenda de São Paulo.

“Não pudemos certificar-nos desse fato, mas de sua veracidade não duvidamos, uma vez que autor dos “Apontamentos Históricos e Geográficos cita a fonte de que proveio a informação. Entretanto, a carta de data concedida em 1726 a Felipe Cardoso se refere, como já vimos, a uma sesmaria que abrangia uma légua de testada, meia para baixo e meia para cima, ficando o porto em meio. Estando o porto de Piracicaba muito próximo do Salto de seu rio, parece que, num e nou- tro caso, se trata das mesmas terras.

“É bem possível que o beneficiário da primeira sesmaria concedi- da não tivesse tomado posse dela, nem feito as melhorias exigidas pela lei da corte lusa, de modo que, em 1726, estivessem novamente devo- lutas aquelas terras. É a explicação capaz.

“Tivesse ou não Pedro de Moraes Cavalcante, levado sua família para as terras que teria obtido, o que se conclui é que Piracicaba, já em 1693, se não habitada, pelo menos era conhecida como o lugar onde poderia alguém viver com sua família”.

E com razão. O saudoso historiador conterrâneo argumentou com bom fundamento. Há quase três séculos, portanto, a paragem de Pira- cicaba, com seu lendário rio, na enquadratura do seu famoso Salto, ou seu porto acolhedor, já era excelente referência geográfica. Também não resta dúvida de que, suas terras, recobertas de florestas densas e servi- das de abundantes águas, exercia fascinação entre os desbravadores de outrora.

Também não pomos objeção ao pormenor que traz sombras à per- manência de Pedro Moraes Cavalcante nos domínios da futura “Sempre Noiva”. O que vale é a certeza de ser o primeiro nome contido na primi- tiva página da história local. Real ou não, prevalece a citação histórica, ao lado do rio dominador, que Francisco Lagreca cantou.

(Publicado em 20 de novembro de 1977)

AS DUAS JURISDIÇÕES

24 de novembro de 1811

LÉO GUERRA

Quando, em 1797, a freguesia de Araraitaguaba foi elevada à condição de Vila os limites do território de Itu eram vastíssimos, na importância de Cabeça de Termo, ou seja, de Comarca, como diríamos hoje. Assim, no ato da demarcação dos contornos geográficos da Terra das Monções, a região de Piracicaba ficou na situação de uma cunha entre duas vilas.

A solução foi dividir-se a cunha, isto é, a freguesia de sobejo, que ficou com uma parte pertencendo ao comando de Itu e a outra parte sob a tutela de Porto Feliz. Uma valo, que partia das proximidades do Salto e atingia a Avenida Independência da atualidade, assinalava a posse da ex-freguesia das Candelárias e da antiga Araraitaguaba.

Esta ficou com as rédeas da justiça e da política; aquela piloteava as rédeas administrativas e práticas eclesiásticas. Isso equivale a dizer que vira-mexe, uma entrava no reinado da outra, armando complicação. Na repressão policial, a cargo de Porto Feliz, a coisa era grave e solene, assim como grave e solene era na faixa da religião.

A banda que mais “achava ruim” no fato era aquela que manipulava a justiça, porquanto o capitão-mor de Porto Feliz era obrigado a constantes viagens, a fim de resolver os problemas que lhe estavam afeitos. Tal não se dava com Itu, pois eram os interessados que encetavam a “travessia”, segundo a importância de seus casos.

Por diversas vezes, Porto Feliz tentou, pelas formas palacianas e plausíveis, contornar a situação, em pura perda. Itu mostrava-se um tanto ou quanto indiferente, já que nada tinha que perder. A solução, não resta dúvida, dependia de um acordo comum, a fim de que a pendência fosse submetida à apreciação da sede central.

Veja-se, por exemplo, a carta que a Câmara de Porto Feliz ende-

reçou à sua congreira de Itu, focalizando o assunto. Não se estranhe a palavra "Senado" introduzida no corpo da carta. Esse termo, então, era de uso corrente – uma espécie de título distintivo da Edilidade, na expressão de um conjunto de homens para resoluções oficiais.

"Ilmos. Srs. Juiz, Presidente e oficiais da Camara – Refletindo-nos nas frequentes e repetidas dúvidas que atualmente se estão suscitando entre os moradores da Freguesia de Piracicaba por causa da inconsiderada demarcação feita na criação desta Vila que suposta ficou com a Jurisdição para a Justiça e Política, contudo achando-se alguns moradores além do termo divisório, querem alienar-se da obediência que por ter a este Senado, sendo que pela situação daquela Freguesia ela pertence a este Termo, pois que se acha dentro dos limites; portanto por ser nos justo e de razão que haja reforma da decisão, a fim de que toda aquela Freguesia fique sujeita a este Senado, pois que boa disposição se poderá conhecer na expedição de Reis Ordens para a Justiça e Política em uma Freguesia dividida entre duas Jurisdições, ainda quando é inegável que pela distância fica muito mais perto deste Senado para Expediente das mesmas Ordens e providências nas ocasiões mais urgentes no recurso daquele povo.

"Nesta vista esperamos que VV. Excias. hajam de anuir a nossa representação com a brevidade possível que assim exige esta matéria".

Nada feito nem desfeito. Só em 1822, onze anos mais tarde, com a implantação da Vila Nova da Constituição, ex e futura Piracicaba, é que o caso foi resolvido, desaparecendo automaticamente as duas jurisdições, surgindo autonomia absoluta da terra do capitão-povoador Antonio Correa Barbosa.

(Publicado em 27 de novembro de 1977)

PROPAGANDA REPUBLICANA

3 de dezembro de 1870

LÉO GUERRA

As primeiras manifestações da propaganda republicana, em nossa terra, de maneira concreta e positiva, se deram com a publicação do celebrado “Manifesto de 3 de dezembro”, com o qual os republicanos da Corte assinalavam tomada de posição, em face dos acontecimentos políticos, que anteviam a queda do regime monárquico do país.

No Rio de Janeiro já se editava o jornal “A República”, com propaganda difusa, autêntica, às barbas do Trono. Não foi rápida a chegada do “Manifesto” a nossa cidade, em consequência dos meios de transporte e comunicação serem incipientes. Chegaram, todavia, bem como partiram as adesões ao novel Clube Republicano da Corte.

Em Constituição soou também o brado de cooperação, pois os republicanos locais, com Prudente de Moraes e Manuel de Moraes Barros à frente, inseriram no “A República”, de 28 de março de 1871, no número 51, o manifesto de adesão dos contrerrôneos, engrossando fileiras junto do Partido Republicano, então com sede no Rio de Janeiro.

Duas idéias em marcha pelos quatro cantos do território pátrio: a libertação dos escravos e a nova forma de governo. Uma crescendo dia a dia, a outra menos ousada e ambas caminhando resolutamente, enfrentando obstáculos. Assim também na cidade do Salto do Piracicaba as alas monarquista e republicana terçavam armas.

Nem é preciso dizer que uma das alas comportava fazendeiros e escravistas, com regabofes anuais em Paris. A outra ala circunscrevia os moços idealistas, que ansiavam por novos moldes de vida política e social, sem cativos, nem posições vitalícias. A escravatura aviltava e o Império periclitava na sua organização, nos seus alicerces.

A Convenção Republicana de Itu, em 73, foi de estarrecer, tal o brilho de sua realização e o eco de seu entusiasmo. Manuel de Moraes

Barros, Claudino de Almeida César, Balduino do Amaral Melo, José da Rocha Camargo Melo e Prudente de Moraes foram os convencionais da terra. Nasceu nesse conclave o famoso Partido Republicano Paulista.

Um fato pitoresco, retrato da época: em 1886, a comitiva Imperial do Brasil esteve em Constituição, hóspedes dos Barões de Rezende. Nítido sentido político. Doze dias depois, a 14 de novembro, no salão da Sociedade Recreio, deu-se um banquete de 200 talheres, de legítimos contornos republicanos, em contraposição de quem não teme o perigo.

Sucediam-se os congressos: congresso republicano na Capital, outro congresso regional no Rio Claro. Os congressistas nossos foram os drs. João Tobias de Aguiar, Manuel de Moraes Barros e Prudente de Moraes. Na arena política da urbe, os Moraes Barros e os partidários do Barão de Rezende não se viam com bons olhos. Uns e outros se revezavam na Edilidade.

Prudente de Moraes era jurista e inteligente. Bastas vezes, mesmo alijado da vereança, foi chamado a prestar seu concurso técnico, nos destinos administrativos do município. Não escondia a sua convicção e pugnava para a implantação de um Clube Republicano cidadão. O 13 de maio de 88 foi golpe rude para os monarquistas e senhores de escravos.

A 12 de novembro de 1889, o Partido Republicano marcou para o dia 17 do mesmo mês uma reunião, quando se indicariam os candidatos para as próximas eleições senatoriais, que se efetivariam em dezembro. Entretanto, os acontecimentos da data de 15 de novembro, impediram, com grandes festas, que uma e outra se efetuassem.

(Publicado em 4 de dezembro de 1977)

COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA

9 de dezembro de 1829

LÉO GUERRA

“Em cumprimento ao officio de V. Excia., de 14 de Julho passado, que ordena a esta Câmara que informe sobre o melhor método de colonização estrangeira, número de colonos que se pode receber e a descrição dos terrenos devolutos, passamos a expor nossa opinião.

“Se os colonos que tem de vir são pessoas acostumadas ao trabalho e a viverem de jornal, nem uma dificuldade se oferece depois de apresentados nesta Vila, onde parece que facilmente poderão acomodar-se 100 famílias e sucessivamente aumentar-se este número à proporção que praticamente se fosse conhecido a vantagem e as próprias famílias se fossem estabelecendo sobre si, como é de esperar.

“O método de lhes distribuir terras e dar-lhes meios de cultivá-las deve ser tão dispendioso que não faça conta e encontre mesmo dificuldades consideráveis; porque colonos saídos de um país muito povoado e cultivado não são próprios para romper sertões e vencer suas asperezas e privações. Não havendo terras a distribuir se não no sertão.

“As terras devolutas no Termo desta Vila são de grande extensão, podendo considerar-se entre o rio Tietê e o rio Grande ou Paraná e a julgar do que é desconhecido pelo que estão descobertos devem encontrar-se terras fertilíssimas e alguns campos naturais, onde pode tentar-se uma população de muitas dezenas de milhares”.

Com estes dizeres, os vereadores da Vila Nova da Constituição formulavam as informações solicitadas pelo governo da Província, que desejava incrementar a colonização estrangeira.

Primeiramente, chamavam-se “povoadores”. Eram criaturas que aportavam à região “oficialmente”, como é o caso de António Correia Barbosa, sua família e comitiva; ou para cá vinham voluntariamente, atraídos talvez pela cobiça do ouro ou fugindo à própria miséria social;

ou então para cá eram enviados à força, pela justiça – vadios, dispersos, criminosos, deportados políticos, homens marcados pelo dedo da transgressão.

Os pretos escravos eram entes a parte, mais considerados animais do trabalho do que seres integrantes da comunidade. Pertenciam a seus senhores, sem nenhuma função social. Os cativos não eram tomados como povoadores, já pela submissão passiva, já porque não podiam possuir títulos de terras.

Os colonizadores ganhavam um grau a mais na escala civil. Seriam assalariados, recebiam terras para cultivá-las e alguma assistência governamental. Voltava o antigo processo das sesmarias, segunda edição melhorada. O elemento estrangeiro era o visado, porque, indiscutivelmente, traria nas levas um sentido melhor de civilização, superior a dos negros, fidalgotes, vadios, caboclos e dispersos.

Seria que a libertação dos escravos já se prenunciava, fazendo com que o governo da Província tomasse as providências iniciais? Não. Na época, nem se cogitava de um fato de tamanha monta. Em 1829, não havia ainda a menor sombra de tamanho passo, tão impossível isso parecesse. A escravatura, então, seguindo o exemplo da tradição, era processo normal, isento de vislumbres humanos ou cristãos.

Uma oportunidade de progresso, de aproveitamento das terras, mais intenso o calor da fraternidade, mais riqueza à vista.

A edilidade local, sob a presidência de José Caetano Rosa e mais os componentes Joaquim António de Sá, Vicente do Amaral Gurgel, Carlos José Boltelho e António de Arruda Leme, respondeu como que aplaudindo a idéia – a idéia da colonização estrangeira.

(Publicado em 11 de dezembro de 1977)

PRIMEIRAS NOTÍCIAS

12 de dezembro de 1732

LÉO GUERRA

A carta de Manuel Correia Arzão, saída da região de Piracicaba no ano de 1733, é positiva a fala eloquentemente, na qualidade do primeiro documento escrito da terra. As sesmarias, concedidas a Pedro de Moraes Cavalcante, a Felipe Cardoso e a Manuel Lopes Castello Branco, 1693, 1726, 1728, falam também sobre o assunto, mas deixam dúvidas.

Deixam dúvidas porque não esclarecem nada a respeito da permanência de seus donatários, mormente sobre o objeto de alguma coisa que fizessem em benefício do lugar. As notícias são apenas relativas à concessão, um processo oficial, que os anais registram. Eis, por conseguinte que uma sombra interrogativa se estabelece, querendo sondar o passado.

Todavia, encontramos, entre os papéis do nosso arquivo, uma mis-siva que traz a data acima, assinada por um tal Joan de Mello Rego, que era piloto da Capitania, encarregado dos negócios da cúpula junto às vilas e freguesias do interior. Tal carta, anterior alguns meses à de Correia Arzão, também tem seu valor histórico.

As linhas são dirigidas ao Conde de Serzedas, capitão-general da Capitania de São Paulo e são testemunhas de uma época, de seus costumes sociais e vicissitudes políticas. Ressaltam o meio de transporte de então, quando as canoas, recurso das vias fluviais, predominavam, ligadas que eram, incisivamente, ao sistema único das comunicações.

“Meo S.r – Recebo de v. ex.ça de 9 do corr.te com a noticia de se lhe dizer tenham chegado novas Canoas do Cuyava, de cuja a não tenho aqui, eu vim do Ararituava em 8 do Corr.te e estive no dicto bayro 2 dias, não tive noticias nenhua q. chegasen tais canoas.

“Nem a tive q. podese vir p.lo Rio de Piraçicava, porq. logo se

avia saber, e como a Carta de V. ex.ça hé de 9 do dicto eu vim nos 8; e v. ex.ça já com esta notícia, havia tempo p.a ser aqui Curreta, sem embargo q. eu a dois dias esteja fora da V.a, precurarey de o Saber, e farey tudo o q. V. Ex.ça me ordena na Sua e levarey escrivão mais capas do q. o q. tive no Rez.to inda q. seja a forssa p. q. se fassa com bom aserto, tudo o q. V. ça me ordena, e dezejo saber se este ouro, e papeis hade levar o Conductor, ou eide mandar por pessoa fiel, e capas, nas mesmas suas arcas.

“Fico de mandar logo orde p.a Ararituava, p.a algumas Rossas, q. se escapar de hua não seja de outra, p.a q. ao mesmo tempo se me mande avizo, e também eide fazer p.a o Rio Piraçicava donde se achar moradores”.

Com a carta de Manuel Correia Arzão, mais a carta que tentamos resumir, fácil será afirmar-se que, nos primeiros decênios do século correspondente a 1700, nossa terra, acrescida da miragem do ouro das minas de Cuiabá, já era uma afirmação geográfica. O finzinho da carta “o Rio de Piraçicava donde se achar moradores” é expressivo.

Dos primeiros povoadores, os concessionários das sesmarias, pouca coisa há para se positivar. Nem mesmo se sabe, com comprovação, se chegaram a tomar posse dos legados régios. E’ possível que sim, inquestionavelmente. O que se pode afirmar, sem sombra de contestação, é que Piracicaba já era aldeia povoada, antes da sua fundação oficial.

A navegabilidade do rio Piracicaba, com o constante vai-e-vem das canoas, comandava a movimentação, na sua qualidade de paje líquido. A concessão de sesmarias abriu as cortinas, proporcionando aos aventureiros uma paragem segura, rica de caça e pesca, rica de sonho e vida. No Salto, a névoa das águas profetizava o poema da “Sempre Noiva”.

(Publicado em 18 de dezembro de 1977)

REBANHO SEM PASTOR

20 de dezembro de 1797

LÉO GUERRA

O “Destricto de Piracicaba”, nos primórdios de sua colonização ou povoamento, não foi lá muito feliz com os seus párocos – aqueles a quem era confiado o pastoreiro do rebanho, no campo religioso. Não que as ovelhas fossem hostis, agressivas. É que imperava a prepotência dos mandatários da época e a violência não se coaduna com os princípios cristãos.

Num curto espaço de tempo, diversos prelados se sucederam, todos se queixando do rigor extremado com que os chefes da freguesia impunham aos subordinados. Na data acima, o capitão-general, António Manuel de Melo Castro e Mendonça, escrevia ao bispo D. Mateus de Abreu Pereira uma carta, que bem retrata a situação delicada.

“Os Moradores do Destricto de Piracicaba q. segundo as Listas do Anno passado excedem o numero de 550 pessoas, achão-se presentem. te sem hum sacerdote q. lhes diga Missa, e lhes administre os Sacramentos necessarios. A pobreza daquelles habitantes lhes não permite no seu estado actual, fazer maior porção q. oitenta mil reis annuos, livres p.a que alli for administrar-lhes o Passo espiritual, mas como a riqueza e fertilidade do seu terreno está promettendo concideraveis vantagens aos Povos, que nella se forem estabelecer, hé n.to natural q. com brevidade lhe acrescentem a referida porção.

“Queira V. Ex.a por serviço de Deos, e de Sua Mag.e nomear hun Capellão Zellozo, Charitativo para aquelle Rebanho, afim de não morrerem mais alguns delles sem confissão, como attesta o Parocho de Ytu haver sucedido, e tambem porque sem se providenciar huma falta desta natureza não pode aq.la Povoação ter o augmento de que hé susceptivel”.

Esse documento, posto destacar a condição aflitiva dos povoado-

res, tem pontos curiosos, dignos de reparo. Para os ofícios religiosos, o meio era recorrer a Itu ou a Porto-Feliz, ambos distantes, com caminhos agrestes, um no lombo de burro, outro no bojo de canoas. Alguns dias de viagem, acrescida de pernoite e refeições.

Para batizados e casamentos, o problema não tinha lá muitas agruras. Dava-se um jeito, pela espera e paciência. O pior era com os sepultamentos, quando não havia tempo de vacilação ou demora. Para os moradores locais, essencialmente devotos, a questão tinha contornos de calamidade. Compreenda-se, por conseguinte, a angústia da época.

Não cremos que a cômputa de oitenta mil réis anuais – a porção que se dava ao pároco – fosse motivo que emperrasse o problema. A questão era a fama arbitrária de Antônio Correia Barbosa. Todavia, no ano acima, o capitão-povoador já havia comprado terras em Mogi-Mirim e para lá estava de mudança feita, de gamela e cuia.

O X era que a fama fica, embora os homens se mandem. O sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda, outro manda-chuva da freguesia, também vivia às turras com o prelado de seu tempo. Quem sofria com isso era a população que já tomava a margem esquerda do rio Piracicaba. Eis que são justos os conceitos do capitão-general quando, com carta supra, pede ao bispo da Capitania um sacerdote para a nossa aldeia.

O arraial, todavia, contava com o belo montante de 550 moradores, um recenseamento que merece a atenção dos estudiosos. Há quase dois séculos, a cidade contava com essa insignificância de cifra. Insignificância. Não. Tudo é relativo. Eram 550 almas que nem podem morrer om gosto, pois lhes faltava um confessor para os minutos extremos.

(Publicado em 25 de dezembro de 1977)

A NOIVA DA COLINA

1.º de janeiro de 1886

LÉO GUERRA

Faz, hoje, justamente, noventa e dois anos que a “Gazeta de Piracicaba”, velho órgão da imprensa citadina já desaparecido depois de bom trabalho à terra, publicava, na sua primeira página, em coluna aberta, a bela poesia “Piracicaba”, de autoria do dr. Brazilio Machado, que foi, enamorado de nossa cidade, promotor público da comarca.

Bom poeta, cultor do vernáculo, colaborador da imprensa local, excelente orador, deixou um livro de versos “As madressilvas”, raríssimo nos dias que correm, impossível de manuseio. Continha o volume a formosa poesia “Piracicaba”, cujo primeiro verso, com ênfase, assim declamava: “Sacode os ombros nús, ó Noiva da Colina...”

O tomo foi publicado em 1876, ano em que a ex- Constituição foi batizada por “Noiva da Colina”, gracioso epíteto que nasceu espontaneamente e que perdura até agora, constituindo-se um patrimônio específico do município que o ituano Antônio Correia Barbosa povoou. Esse cognome encerra a mais preciosa referência, e gentil, de nossa cidade.

Publicando os versos, o venerando órgão piracicabano estampou as seguintes linhas, à guisa de apresentação:

“Há dez anos, em 1876, vimos à luz da publicidade um livro de belíssimas poesias, devidas à inspiração feliz de um moço que, nesse tempo, era um dos ornamentos do foro desta cidade e hoje é lente da nossa Faculdade de Direito.

“As madressilvas, o dr. Brazilio Machado, que então dignamente ocupava o lugar de promotor desta Comarca, eram o assunto da ocasião e todos queriam conhece-las, ainda mais por terem saído da pena daquele moço, que tantas amizades e simpatias conquistou entre os piracicabanos.

“O dr. Brazilio Machado não se limitava ao elevado cargo de representante da sociedade e, sem faltar um momento sequer aos deveres de seu honroso posto, escrevia para a imprensa e cultivava a poesia, dando-nos versos sublimes, como esses que lhe inspiraram nossa terra e o famoso rio Piracicaba com sua esplêndida cascata.

“Folheando o precioso livro do poeta, encontramos os versos aludidos e não pudemos nos furtar ao desejo de renovar a sua publicação, mimoseando com eles aos nossos leitores, no dia de hoje, em que entramos para uma nova época de vida.

“Os leitores, que não conhecem tão belos versos, hão de encontrar a explicação de chamarem a nossa terra de “Noiva da Colina”. Verdade é que as alusões que vimos nem sempre primam pela oportunidade, sendo, às vezes, até inaplicável ao assunto tratado na ocasião, como esse bonito qualificativo do poeta.

“Reproduzimos, pois, a poesia do dr. Brazilio Machado, prestamos homenagem ao seu talento poético, ao mesmo tempo que adquire a coleção de nossa folha mais uma página preciosa”.

Nesse tempo, a “Gazeta de Piracicaba” – um dos principais periódicos do interior da Província – era redatoriada pelo professor Joaquim Borges da Cunha, que foi nome de destaque, não só como jornalista, como educador ou como representante da intelectualidade citadina.

Agora, para terminar, uma pergunta indecisa ao ignoto: onde será que exista um exemplar de “As madressilvas”. Como se sabe, foi o primeiro relicário que recebeu a gema caríssima, cujo primeiro alexandrino, com vero piracicabanismo, salmodia: “Sacode os ombros nús, ó Noiva da Colina!”

(Publicado em 01 de janeiro de 1978)

A GUERRA DO PARAGUAI

3 de janeiro de 1867

LÉO GUERRA

Plena vigência dela. Em nossa comunidade, como soía acontecer, as notícias eram poucas, nulas as fontes de informações em que se possa apoiar. Escassos os meios de comunicação. A ferrovia, o telégrafo, a imprensa engatinhavam. As estradas e a navegação não passava de tentativas. Os documentos são precários, sem força positiva.

Na ausência circunstancial, duas cartas ou dois officios, encontrados na correspondência oficial da Câmara, existem. Um do partido conservador, nitidamente monarquista, outro do partido governamental, com fumaças republicanas. Nem é preciso esclarecer que essas duas alas políticas se degladiavam, ou subterraneamente ou abertamente.

“Nas atuais circunstâncias do País e em vista do que vai se dando nesta Província, na requisição de pessoal para aumento de nosso exército nas margens do Paraguai e do Paraná, os abaixo-assinados, membros do partido conservador desta cidade, não só com o fim de auxiliar o Governo naquela tarefa, como de aliviar a população dos vexames que sofre...”

Num rasgo de generosidade política, os conservadores ofereciam prêmios de 400\$000 “a cada um dos primeiros vinte voluntários” que partissem para o campo de luta e outros prêmios melhores a oficiais que comandavam os soldados do município. O espírito da iniciativa encomiástica estava presente, já que a Edilidade não dera um passo nesse sentido.

Era uma forma para que a futura “Noiva” fizesse algo, em proveito do movimento armado que assolava o território nacional. Até então as fontes oficiais, consoante as escassas informações, pouco ou nada positivaram, no sentido da cooperação ou incentivo, do entusiasmo ou vibração. É certo que os opositores souberam inteligentemente aprovei-

tar a deixa.

De conformidade com a crônica oral, os “voluntários” eram lançados entre os vadios e dispersos, entre escravos e presos da cadeia. Excelente oportunidade para os conservadores, que tinham perdido as rédeas do município, que contavam com a chefia do barão Estevão Ribeiro de Rezende. Entretanto, os vereadores não gostaram da manobra.

A resposta, com a data supra, foi aristocrática, com laivos de ironia e cuidado político. Perfeitamente. Quando a Nação periclitava, até os adversários mereciam respeito. Os inimigos eram internos, não eram da Província, nem tão pouco do Império. Urgia ter tato, elegância, a fim de não melindrar pruridos nacionalistas de quem quer que fosse.

“Mera representante do Município, esta Câmara sente profundamente não ter competência para, em nome do País, agradecer e louvar tão valiosa oferta, que VV. Excias. lhe fazem, movidos unicamente por um acrisolado e puro patriotismo e, por isso, vai transmiti-la ao Governo Geral, por intermédio de seu representante na Província.

“Esta Câmara reconhece com VV. Excias. a conveniência de unirem-se os esforços de todos para aumentar o pessoal do Exército. Mas sente dizer que tão bem reconhece atualmente na população uma repugnância tal de marcharem para a guerra, que não julga a soma de três prêmios suficientes para fazer aparecerem os voluntários...”

Sem pertencer ao Legislativo, Prudente de Moraes era o mentor intelectual dos situacionistas. E’ possível que o dedo do notável ituano esteja nas entrelinhas. Quanto ao resultado da questão, ninguém sabe, nem saberá. As atas têm silêncio tumular, embora a Guerra do Paraguai, para encontrar seu termo, tivesse ainda alguns anos pela frente.

(Publicado em 08 de janeiro de 1978)

O MATADOURO

12 de janeiro de 1830

LÉO GUERRA

Em 1822, quando a povoação deixou de ser freguesia, a Câmara da então Vila Nova da Constituição prometia solenemente à Corte Portuguesa a construção de suas “casinhas” – qualquer coisa semelhante, que servisse de açougue e mercado, dois departamentos indispensáveis para a época, exigidos pelas leis lá do outro lado do oceano.

Cerca de oito anos depois, na data supra, a corporação municipal, em reunião ordinária, deliberou “de se marcar hum lugar para o corte de carne verde, afim de evitar algum prejuizo que causa ao publico não saber de onde se mata res”. Era a necessidade do matadouro, ou seja a promessa feita anteriormente, às “casinhas” do compromisso.

E’ bom que se diga que, na quadra, a matança de animais para o consumo público era livre. Nos quintais, nos terrenos baldios, nos pátios, nos sítios distantes, bois, porcos e cabritos eram imolados sumariamente. A carne era vendida, sem qualquer formalidade, pela vizinhança, pelas ruas, em postas envoltas em toalhas tintas de sangue.

Assim se compreende o final do trecho acima, do que se presume que a municipalidade já se apoquentava com o assunto. Ou alguma vigilância. Tanto assim que, no ano de 1833, a Câmara do município resolveu alugar uma casa que servisse de açougue. Açougue de sentido amplo: matança e venda, com algum princípio de higiene, à vista dos fiscais.

Dessa maneira se caminhou até 1852, com outra arrancada pelos vereadores. Havia uma pessoa (atas), que queria se encarregar de fazer o matadouro público por 300\$000. Cadê o dinheiro? “Foi deliberado que se officiasse ao Presidente da Província”, pedindo o numerário. A quantia, sem tirar nem por, era bastante elevada para aqueles dias.

Mais tarde, 1853, outra notícia alvissareira: o edil Francisco Ferraz

de Carvalho indicou, sendo aprovado, se pedisse à Assembléia Provincial as “rendas da carne-verde”, que seriam aplicadas em obras públicas. Daí se infere que já existia uma legislação regular, no que se refere ao processo da matança e venda de carne para o consumo público.

O que é certo é que já se contava com um rancho para o abate, rancho esse que caía aos pedaços e cheirava mal. Escolheu-se novo terreno para o matadouro: no início da rua do Rosário, lugar conhecido por “Pedreira”, pois era ali que se extraíam pedras para as sarjetas. Ficava a poucos passos do riacho Itapeva e apresentava inconveniências.

Não era amplo. Havia queixas dos carnicheiros. Todavia, apareceu um generoso doador, Francisco Franco de Lima, que cedeu, gratuitamente à Municipalidade, uma boa faixa de terra, o que favorecia o livre acesso ao Itapeva. A pouco e pouco, a constância do matadouro se patenteava na cidade, cumprindo a velha promessa, a promessa de 1822.

Em 1891, mais uma novidade de monta: Luiz Ant3nio de Oliveira, mediante contrato com a Municipalidade, tomou a si o trabalho de matança de reses e competente distribuiç3o de carne aos açougues. A nova forma funcionou bem durante bons anos, mas acabou por voltar ao encargo da Intendência Municipal, por motivos que desconhecemos.

O rancho da rua do Rosário passou por diversas reformas e, no começo do s3culo, já com água encanada, tinha as aparências de bom departamento municipal, cumprindo sua finalidade. Permaneceu nesse local por alguns decênios, até 1911, mais ou menos, quando se transportou para sua nova sede, onde se encontra bem instalado até as horas presente.

(Publicado em 15 de janeiro de 1978)

MARCA ZERO

21 de janeiro de 1826

LÉO GUERRA

Com quatro anos de autonomia política, liberta das peias de Iru e Porto Feliz, a Vila Nova da Constituição progredia vagarosamente. Na data acima, regularmente vencida a batalha das “Terras patrimoniais”, a ex-Piracicaba, a bem dizer, começava a tomar pé, enfrentando os vários problemas que surgiam pela frente, na qualidade de núcleo novato.

Os “homens-maus” ainda estavam por aí, fazendo caretas, mais um tanto ou quanto acomodados. Foram dias amargos, incertos, periclitantes. Os grandes latifundiários não se conformavam com a demarcação do rossio. Todavia, a tormenta se fora, depois de tonitroar bastante, deixando, entretanto, os resquícios de sua passagem agressiva e molesta.

A Câmara Municipal catalogava as questões a resolver. Município novo, com um bandão de coisas para equacionar, a Edilidade pensava em qual atacar de pronto. Atacar de pronto sem dinheiro, pois os cofres municipais viviam na agonia, uma vez que a tesouraria não contava com fonte de renda definida, suficiente para aguentar os obstáculos.

Um desses problemas surgiu de imediato: a instrução, ou seja, uma escola pública para meninos. Boa novidade. Não dependia de dinheiro, nem de sacrificio por parte dos vereadores. Bastava oficiar ao Presidente da Província, fazendo o pedido. Fácil, já que a Província se interessava pelo assunto. Dito e feito. Representação escrita, assinada e enviada.

“Ilmo. e Exmo. Senhor Presidente.

“Levamos à presença de V. Excia. a necessidade que experimentam os Povos desta Vila, qual é mestre régio de primeiras letras e não podem serem socorridos sem a proteção de V. Excia., a quem imploramos para prover os meios, afim deste miserável Povo poderem educar seus Filhinhos esperançados que as Vilas circunvizinhas gozão deste bem tão útil

animados e representar a V. Excia. que como Pai dos Povos moverá os meios para o fim desejado.

“Deus guarde V. Excia. por muitos anos.

“Vila da Constituição, em Camara de 21 de janeiro de mil e oito centos e vinte e seis.

“De V. Excia. reverentes súbditos – Joaquim Leite de Cerqueira Cezar, juiz presidente; João da Fé Amaral, Joaquim António da Silva e João Carlos da Cunha Abreu, vereadores; João Damasceno Pacheco, procurador”.

Na época, nosso burgo possuía um delineamento promissor: umas dez ruas, no sentido da atual rua de Santo António e umas quinze travessas, no sentido da rua Morais Barros de hoje. O pátio da Igreja abrangia três quadras ou seja, da rua XV de Novembro à rua Prudente de Morais, da época corrente. Imagine-se, pois, a vida dos meninos de então, crescendo ao léo, com o Piracicaba, o Itapeva e um pátio formidável para brincar.

A solicitação acima é, positivamente, o marco zero da história da instrução pública em nossa cidade. Quem quiser um dia relatar a série de fatos e datas que se sucederam, na reconstrução do passado, deverá começar, sem dúvida alguma, pelo documento que transcrevemos. Um ponto de partida, caminhado pelos meandros dos anais, até nossos dias.

Naturalmente o confronto expressivo virá. A Vila Nova da Constituição, como designação oficial, já não existe. Positivo. A Piracicaba genuína, esplendendo progresso, contagiante e moderna, continua na sua marcha evolutiva, exibindo um aparelhamento educacional magnífico, sem qualquer sombra de dúvida. Mas tudo começou no dia 21 de janeiro de 1826.

(Publicado em 22 de janeiro de 1978)

MARIA FLOR

26 de janeiro de 1807

LÉO GUERRA

Diante do primeiro romance pecaminoso que a pacata freguesia de Santo Antônio de Piracicaba conheceu, a fantasia do plumitivo faz um esforço danado para recompor a figura da viúva Maria Flor de Moraes. Como seria essa dama que provocou a paixão do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda? Como seria a primeira figura feminina, dentro dos anais da cidade?

Bonita? Bonitinha? Bonitona? Linda de morrer ou mulher vulgar apenas? Não se sabe. Infelizmente a polícia da época não se preocupava com fichário, com a série de filiação, idade, residência, dactiloscopia, retrato 3x4. Infelizmente. Jamais será possível saber-se de como era o palminho de rosto da Domitila que entrou pelas páginas da história cidadina.

Sabe-se somente que o sargento-mor era casado, bem casado com dona Maria de Meira Siqueira, pai de boa escadinha de filhos, alguns já taludos. Viram-se e se amaram. Quando? Como? Onde? Oh! barreira do pretérito que esconde tudo, qual madrasta severa! O militar seria galá bem apessoado, guapo, capaz de prender o coração romântico da madona destas plagas?

Incógnita. Carlos Bartolomeu viera de Itu a fim de ter a seu cargo a parte repressiva da freguesia. Deveria, pois, dar o exemplo de bons costumes, já que era homem rico, senhor de terras e engenhos, um conceito sólido. Cupido, como menino irriquieto, também esteve presente na aldeia, vivendo entre vadios e dispersos, entre a dama e o sargento.

Naquela época, bastante recuada, Piracicaba era um recanto edênico, virginal. Prédios, ruas, travessas, o pátio da Matriz, nenhuma casa suspeita, graças a Deus. Nenhum lugar escuro, já que a iluminação local era privilégio da lua, quando havia o competente luar. Tudo inocente,

tão cãndido, alma aberta, que não dava pé, de jeito algum.

Entretanto, o lugarejo – uma pintura! – era rodeado de matas e capoeiras, descendo até o rio caudaloso e passando além do riacho Itapeva. Um silêncio augusto, cheio de cantigas aladas e esvoaçar das borboletas. Na capoeira??! Não! Vocês não tinham medo de aranhas e escorpiões, de lagartos e cobras? Que cenário prosáico para as cenas de amor proibido!

Escândalo grosso para uma aldeola pulcra, escândalo cujos ecos chegaram até a cúpula da Capitania de São Paulo, vencendo a distância de quilômetros e quilômetros à sede do governo e o palco, onde os dois, quais amantes de Verona, esqueciam de tudo, entre beijos e quejandos. Isso acontecia porque a novela tinha contornos de alta frequência.

Tanto assim que, na data de 26 de janeiro de 1807, escrevia Antônio José da Franca e Horta, capitão-general da Capitania de São Paulo, a seguinte carta a Francisco Franco da Rocha, capitão-comandante da freguesia de Santo Antônio de Piracicaba:

“Tenho consideração a quanto V. Mecê me espõe na sua carta de 20 do presente mês, relativa ao comportamento de Maria Flor de Moraes. Ordeno a V. Mecê, em recebendo esta, lhe mande intimar da minha parte que, como ela continua no seu antigo e escandaloso concubinato, não obstante o Despacho que lhe dei para não voltar para essa Freguesia, haja de sair dela no termo de três dias, o que V. Mercê assim faça executar.

“Deus guarde a V. Mercê”.

Um dia, possivelmente, um dos nossos estudiosos resolva escrever, com todos os ff e rr, a história amorosa, escandalosa, deliciosa da viúva Maria Flor, com o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda – ela toda provocante na sua viuvez recolhida, ele, um Romeu autêntico, que afrontou a sociedade circunstancial, que jamais pensou em parodiar o Abelardo...

(Publicado em 29 de janeiro de 1978)

O REPUXO

2 de fevereiro de 1893

LÉO GUERRA

Meu compadre à esquerda, que tem o cacoete de escrever sobre suas desenxabidas aventuras de moleque, se referiu, não faz muito tempo, ao Jardim Público, que existiu onde hoje está a praça José Bonifácio. Um parque umbroso, convidativo, aconchegante. A poetisa professora Melita L. Brasileira lhe dedicou um soneto encantador:

“Adeus, velho jardim de minha terra, lindas e velhas árvores – adeus!

“De um grande amor, todos os sonhos meus, a tua lembrança viva ainda encerra.

“Já não ergues a ramaria aos céus e, hoje, onde exististe, apenas erra a saudade que ao coração se aferra, quando volto a pisar caminhos teus!

“E parece-me ouvir, entre as risadas da mocidade de hoje, indiferente, um murmúrio de vozes, soluçadas, que se erguem, como música plangente, a reviver venturas já passadas, no triste coração de tanta gente...”

Nesse jardim, havia um formoso lago, circundado de grama, bem como de caprichados arabescos de ferro. Tanque evocativo. Pelas aléias do jardim, árvores enormes projetavam sombra refrescante. Uma como que varanda vegetal, onde, nas tardes de estilo, a sociedade piracicabana repousava, num festival de modas e jóias, de fofocas e namoriscos.

Nesse recanto patriarcal, no dia 2 de fevereiro de 1893, foi solene e festivamente inaugurado um nobre e artístico repuxo, de mármore branco, verdadeiro lavor de burilamento. Contava aproximadamente quatro metros de altura e seus desenhos em relevo ofereciam impressão agradável pela composição de suas peças, inteligente e harmoniosa.

O formoso conjunto marmóreo foi oferecido a Piracicaba pelo

conterrâneo Júlio Conceição, prestante cidadão radicado em Santos. Amante da terra de seu bêrço, como que quis eternizar seu penhor e saudade nesse bloco artístico – uma novidade, grata que embandeirou profundamente o burgo, na expressão do Belo que representava, de maneira festiva.

A água, conduzida por um tubo central, jorrava de grande altura e caía sobre três bacias, cujo tamanho crescia de cima para baixo, acompanhando a estética. Tais bacias, na parte externa, apresentavam rendilhados desenhos que encantavam. Foi, por muito tempo, pretexto de admiração por parte dos noivo-colinenses e hóspedes da cidade.

Para a inauguração, a Câmara Municipal, com os respectivos intendentes, saiu do Clube Piracicabano, conduzindo uma Bandeira Nacional, valioso trabalho das filhas do Barão de Rezende. Falaram, na ocasião, o dr. Manoel de Moraes Barros, presidente da Edilidade, e o professor e jornalista Augusto Castanho. Muito povo, banda de música e rojões pelos ares.

No pedestal do repuxo, foi assentada uma pequena lápide de mármore, na qual foram gravados os seguintes dizeres: “Oferecido a Piracicaba por Júlio da Conceição – 1893”. Mais tarde, houve um foco elétrico colorido, de iniciativa da Empresa Elétrica e isso constituiu os primórdios do que a fonte luminosa que, segundo os entendidos, lá se implanta.

O repuxo foi desmontado quando da reforma do Jardim Público e o local tomou o nome atual. Por onde andarão os restos mortais desse legítimo patrimônio artístico de Piracicaba? Francamente, tal conjunto era bem mais bonito do que a fonte luminosa de nossos dias. Era, sem dúvida alguma, uma atração turística, um símbolo de gratidão incontestante.

Seja lá como for, o objetivo destas linhas é noticiar o acontecimento da inauguração, fato que alvoroçou o burgo. Justamente há oitenta e cinco anos. O importante é demonstrar que a cidade já possuiu um repuxo, bela obra de arte que ainda vive na memória de muitos.

(Publicado em 05 de fevereiro de 1978)

RETRATOS ANTIGOS

11 de fevereiro de 1849

LÉO GUERRA

“Digníssimos senhores

“A Camara Ma. desta Va. usando de importantes atribuições que lhe confere a Lei de seu Regimento tem a honra de levar a Vossa consideração que a humanidade desvalida reclama promptas providencias pa. p. qto. antes se faça hun Simitério, do qual se acha o Povo privado a mtos. annos, pa. poder prohibir-se as sepulturas no recinto da Matriz, tão nocivo a saude publica, e desaparecer o interro da classe pobre no campo, e serem arrancados os infelizes das sepulturas pelos cáens, como infelizmente tem acontecido; e por que sesse desde ja tão revoltante desumanidade, a Camara confiando no Vosso acrisolado patriotismo e princípios religiosos q. vos servem de bussula nos vossos importantes trabalhos, não vassilace em pedir-vos a quantia de rs. 500\$ pa. apressar esta tão importante obra, e contando com a vossa proteção desde ja se congratula com vosco pelo lenitivo q. das nos males q. affligem a humanidade desvalida do seo Município.

“Ds. vos ge. por ms. ans. como é mister.

“Paço da Camara Ma. da Va. da Constm. em sessão extraordinaria de 11 de fevereiro de 1849.

“Illmo. e Dignissimo Snr. Presidente e Membros da Assembleia Provincial desta Prova. de S. Paulo.

“Domingos José Lopes Roiz, Francisco Ferraz de Carvalho, Joaquim Roiz Cezar, Salvador de Ramos Correa, João Morato de Carvalho e Caetano da Silva Barros”.

Um justo e expressivo retrato de Piracicaba de outros tempos, retrato cru, sem retoques, se encontra no officio acima, endereçado à cupula administrativa da Província pela Edilidade conterrânea. Um retrato solene e acabrunhante. Desde seus vagidos atribuição da justiça.

De cemitério nada, como se os falecimentos não fossem uma condição social.

Os cadáveres eram sepultados ao longo das estradas, nos sítios despovoados, atirados ao rio, quando indigentes. Os “anjinhos” iam entre duas telhas portuguesas, enquanto outros mais eram embrulhados entre folhas de bananeira. Os mais afortunados tinham o adro da igreja para seu repouso eterno, já que os nobres ganhavam o interior do templo.

Aquele trecho do ofício, que fala da violação das sepultura pelos cães, é angustiante. Junto dos cães, não faltariam os corvos, num espetáculo degradante. Estava-se em 1849 e já fazia vinte e sete anos que a terra do povoador Antonio Correia Barbosa se constituira num município autônomo. Ressaltava a falta da necrópole ao lado das imposições legais.

O problema, entretanto, mais que a casa de aposentadoria, as casinhas, a cadeira, o pelourinho, calava na pele dos edís de Constituição e impunha uma tomada de posição. Cidade já regularmente definida, com renda diminuta ou nula, a esperança estava na Assembléia Provincial. As considerações camararias são válidas. Mais válido ainda é o retrato de Piracicaba antiga que se procurou esteriotipar nos capítulos desta crônica. Iniciais de 1732, já contava com um século e pico de vibração e referência geográfica e não possuía ainda um cemitério regular. Era usança da época.

A própria Corte Lusa, quando da elevação das freguesias à vila, não exigia a imposição de um campo santo. Exigia, isso sim, a casa da aposentadoria (aposentos para o juiz de fora), a casa da câmara, a cadeira e casinhas (mercado ou feira). Exigi, igualmente, quase em primeiro lugar, o indefectível Pelourinho, como sinal importante da dis

(Publicado em 12 de fevereiro de 1978)

Nota: A cópia, aqui transcrita, é fiel à matéria publicada no “Jornal de Piracicaba”, que aparece truncada no seu final.

ILUMINAÇÃO A QUEROSENE

14 de fevereiro de 1874

LÉO GUERRA

Há um livro raríssimo e precioso no acervo literário, a bem dizer de nossa terra. Trata-se do “Almanaque de Piracicaba para 1900”, empreendimento de fôlego compilado por Manoel de Camargo, de saudosa memória. Um livro para coleções, aquelas coleções guardadas a sete chaves, tal a importância que encerra, falando sobre a cidade.

O “Almanaque de Piracicaba para 1900” tem uma virtude majestática para o compadre que pretendeu escrever a “História de Piracicaba em quadrinhos”, no que range às efemérides locais. Precursor. No dia 14 de fevereiro de 1874, informa a custosa obra, foi inaugurada a iluminação pública da nossa urbe, a querosene.

Há cento e quatro anos, portanto, o burgo recebeu com festividade o notável acontecimento. Ruas iluminadas aclareando o caminho, o caminho dos notívagos, que tiveram necessidade de bater pernas à noite fora de casa. No que consistiram tais festividades, que assinalaram marcante progresso para a terra? Não se sabe, nem a pau.

As atas da Câmara Municipal são falhas. Nada, nada de nada dizem a respeito do assunto. Concorridas? Muita gente? Fita simbólica? Discurso, rojões, banda de música, Sei lá! Pelo jeito a coisa foi sumária: o funcionário municipal acendeu a mecha, possivelmente acompanhado do presidente da edilidade, também chefe executivo. Fim.

Uma das inúmeras barreiras que enfrenta o plumitivo, quando pretende reconstruir um fato do passado, é a ausência de documentos comprobatórios em que se baseie. A fonte de informação é segurança, é alicerce, é gancho. Como ligação de circunstâncias, pode funcionar a fantasia do datilógrafo, que só pode ter voos razoáveis. Certo.

Mas Manuel de Camargo falou que a inauguração pública a querosene das ruas da cidade foi a 14 de fevereiro de 1874, tá falado. E

com festividade. De algum lugar o autor do “Almanaque” terá extraído a nota, indiscutivelmente. Aceitamos com acatamento o testemunho do publicista – gema de alto quilate para nós todos.

No dia 9 de julho do mesmo ano, o registro dos trabalhos camarários traz uma dica de ouro: “Oficiou-se a Manuel Ernesto da Conceição, acusando o recebimento das contas com a iluminação e agradecendo-lhe os serviços”. E assim, sucessivamente, outras notícias desse mesmo estofo, há nas atas, atestando a inovação. Positivo.

Porém, a 23 de fevereiro de 1873, um ano antes, as páginas da edilidade falam alto com esta propositura do dr. Eulálio da Costa Carvalho, vereador: “Indico que se solicite do Governo Provincial a cessão gratuita de cinquenta lampeões dos que serviram na iluminação da Capital, incumbindo-se esta Câmara do transporte. E’ que São Paulo-capital deixara o querosene pelo gás.

Os postes de iluminação se localizavam nas esquinas. Ao cair da noite, um empregado municipal percorria os postes, um a um, colocando medida exata de combustível nos recipientes, medida essa que duraria até as dez horas da noite, mais ou menos. Aceso o pavio, o encarregado, por conseguinte, não precisava de voltar para apagá-lo.

Como se sabe, de cor e salteado, Constituição, naquelas quadras, à noite, era apenas iluminada pela lua, isto quando a lua dava o ar de sua graça. As vendas e tabernas e algumas casas residenciais mantinham lanternas acesas, dependuradas à porta ou à janela. Mas a iluminação pública a querosene chegou. Foi um bom passo para o sítio do Salto.

(Publicado em 19 de fevereiro de 1978)

A ITUANA EM PIRACICABA

20 de fevereiro de 1877

LÉO GUERRA

Faz cento e um anos, 20 de fevereiro de 1877, que foi inaugurado o ramal da Companhia Ituana a nossa terra. Grandes festejos populares, de iniciativa da Câmara Municipal, foram realizados na urbe, a fim de comemorar o evento, ou seja, a realização de um sonho esplendoroso. Compreende-se o júbilo incontido dos conterrâneos da época.

O município tinha anseios de progresso, de expansão econômica, de vida além das fronteiras, mormente no terreno da agricultura. Estradas precaríssimas, que as chuvas periodicamente se encarregavam de torná-las intransitáveis. Eram picadas, carreiros, atalhos, cortados de riachos e pantanais, com a ausência das pontes. Vivos problemas.

O rio também não oferecia meio de transporte apreciável, com sua direção única. O recurso era o lombo de burros, a carroça, o carroção — o cavalo para as viagens individuais. As peripécias se sucediam constantemente: atolamento, perda de roteiro, mercadorias avariadas, não obstante a presença do mestre piloto, com sua arte e experiência.

Mas o dia da quimera raiou, aquele dia em que o trem rumorejante da Ituana, hoje Sorocabana, vindo de Capivari-Rio das Pedras, qual um herói medieval, coberto de louros. São pouquíssimas as fontes de informação que nos dizem do retumbo da alegria. O apito da locomotiva, enchendo os céus piracicabanos foi como uma sinfonia de abertura.

A programação oficial determinava a iluminação das fachadas dos prédios públicos e particulares, nas noites de 20 e 21. Que beleza feérica! Para uma localidade, com cinco ou mais quarteirões iluminados a pavio de querosene, imaginem-se as dezenas de lampiões, lanternas e velas pondo brilho inusitado nas noites quietas de Constituição!

Nas esquinas ou nos pátios, armavam-se fogueiras enormes. A lenha era canja: basta um pulo na capoeira próxima e o combustível vinha

de montão. E foguetes, e rojões. A imaginação do cronista trabalha: muita gente pelas ruas, banda de música, convulsionando sonoramente. A atração expoencial era a chegada da máquina, bufando, entrando pela estação.

Discursos. Que dúvida! Ao romper do primeiro comboio, na Câmara Municipal, na sede dos partidos políticos, na residência dos chefes do município. Possivelmente o dr. Prudente de Moraes ou dr. Estêvão de Rezende deitaram falação entusiástica. Outros oradores menores? E porque não? Ontem como hoje, fácil a improvisação de discursadores.

Não deve ser esquecido o vulto majestático do comendador Francisco José da Conceição. Foi um dos grandes nos trabalhos preparatórios de 1872, quando se tratou de erguer a fabulosa quantia de 600:000\$000, exigida como garantia pela diretoria daquela estrada. Uma soma bojuda para aqueles tempos, felizmente conseguida entre os piracicabanos de boa vontade.

A primitiva estação da Ituana se localizava no largo onde hoje se ergue o Grupo Escolar "Alfredo Cardoso". Prédio baixo, pequenino, padronizado, como ainda se vê por aí a fora. Mais tarde, com o prolongamento do ramal até São Pedro, a sede se transferiu para o local onde se encontra até nossos dias, trazendo a marca de algumas reformas.

Agora, para terminar, um olhar melancólico sobre o sistema de transporte ferroviário que serve atualmente a cidade. Evolução? Processo superado? Preferência pública? E as estradas e pontes? E os veículos motorizados que impulsionam energias? Coisas da vida. Há um século passado, para nossa terra, a Companhia Ituana foi uma bênção gratíssima.

(Publicado em 26 de fevereiro de 1978)

TEATRO

28 de fevereiro de 1853

LÉO GUERRA

Pela primeira vez, as atas da municipalidade, depois da reunião realizada a 28 de fevereiro de 1853, falam em teatro. É o caso que um prestante cavalheiro, o capitão Ricardo Leão Sabino pediu “a proteção da Camara, para lhe conceder um terreno, no largo da Forca, para levantar um teatro”. Seria o primeiro teatro de nossa terra.

O chamado Largo da Forca se localizava na travessa que hoje liga a rua Morais Barros à rua XV de Novembro, margeando a linha férrea da Sorocabana. Ao que se supõe, o terreno pretendido foi logo posto de lado, talvez pelo desenrolar dos acontecimentos, ou possivelmente por outra circunstância, como mais adiante se verá.

Na data de 20 de julho de 1853, o vereador Francisco Ferraz de Carvalho sugeriu a edificação de um teatro, embora houvesse a proibição de espetáculos públicos. Para tal, a edilidade deveria solicitar da presidência da Província a supressão de artigos de postura, que legislavam sobre o assunto, ficando a proibição apenas para estrangeiros.

Já no dia seguinte, foi apresentado à Câmara um “requerimento da Sociedade fundadora de hum Theatro, pedindo hum terreno que faz frente à rua dos Pescadores, (Prudente de Morais), atraz da Cadeia desta Villa”, (praça 7 de setembro). A cadeia fazia frente para a rua de São José, onde hoje se ergue a fonte luminosa.

“...para alli fazer huma casa para Theatro. Posto em discussão, a Camara deliberou que informe o Suplicante ou marque o terreno que precisa para edificar essa obra.” A Sociedade Fundadora do Theatro era constituída de elementos representativos da localidade, os quais contavam com o dinamismo invulgar de Miguel Arcanjo Benício Dutra.

A 23 de julho de 1853, tudo estava resolvido, mas cessaram as informações. Em 1858, cinco anos depois, uma dica concreta: a Câmara

resolveu aproveitar a parede lateral do teatro para reforço da construção de “casinhas”, necessárias para o mercado ou feira. Isso na lateral que hoje se localizaria na frente da estação de rádio da atualidade.

Outros tantos anos se passaram. A 12 de janeiro de 1865, a Corporação Municipal oficiava a Miguel Arcanjo Benício Dutra, pedindo-lhe mandasse demolir o teatro, que ameaçava ruir. Nesse mesmo ano, em novembro, veio abaixo um parede, matando um cavalo que inocentemente por ali pastava. E' esta uma notícia do Almanaque de Piracicaba para 1.900.

Mais um pulo: na data de 23 de janeiro de 1871, foi, no mesmo local, lançada a pedra fundamental de novo teatro, cujas obras se deve ao esforço dos Barões de Rezende, então elementos de proa na cidade. A denominação de “Santo Estêvão” se deveu a um falecimento na família – um jovem cedo roubado ao convívio dos seus.

A obra ficou interrompida por muito tempo, merecendo, pelo seu aspecto tristonho, o epíteto de “Olaria Santo Estêvão”. Era também depósito de tranqueiras da Edilidade. Afirmava a crônica oral que o prédio não tinha mobiliário: nos dias de função, quem fosse ao teatro, tinha que levar sua cadeira. Pitoresca esta circunstância.

O teatro em apreço teve seu remate e sua fase de movimentação. Passou por reformas várias. Na passagem do século, a transformação foi radical, preciosa, artística. Tivemos um teatro não grande, mas elegante, funcional, piracicabano. Resistiu até 1954 quando foi sumariamente demolido, depois de brilhante concurso à cultura de nossa terra.

(Publicado em 05 de março de 1978)

“PIRACICABA”

11 de março de 1877

LÉO GUERRA

O adjetivo “histórico” está um bocado usado e gasto, tal o seu consumo, o seu emprego, a sua vivência. Vira-mexe, vem ele bonitinho, com fumaças imperativas, atestando um fato que, pela sua importância, entrou pelas páginas a dentro dos anais. Que se há de fazer diante de seu valor absoluto, justo, insubstituível? Nada.

Veja-se, por exemplo, se a formosura da reunião da Câmara Municipal, dia 11 de março de 1877, não merece o epíteto de “histórica”. O porteiro da Edilidade local, todo empertigado, bateu compasso, apregoando ia se reunir a corporação cidadina. Cartolas no cabide, casacas pretas, camisas de peito duro, gravatas solenes. Bacana!

“Histórica”, com todos os ff e rr. No momento aprazado, o vereador Prudente José de Moraes Barros apresentou a seguinte proposição: “Indico que esta Camara represente à Assembléia Legislativa Provincial sobre a conveniência de ser restituído por lei a esta cidade o nome antigo e popular de Piracicaba, pelo qual é muito mais conhecida, do que pelo nome oficial de Constituição”.

Aprovação unânime. Na mesma tarde, seguia para São Paulo o officio competente, do qual damos um resumo:

“Ilmos. e Exmos. Senhores

“A Camara Municipal da Cidade da Constituição, em sessão extraordinária de hoje, deliberou representar a VV. Excias. sobre a conveniência de ser restituído oficialmente a esta povoação o seu antigo nome de “Piracicaba”. Esta povoação foi erigida em freguesia com a denominação de Freguesia de Piracicaba, por estar situada à margem esquerda do rio daquele nome; em 1822, foi elevada à Vila com o nome de Constituição, que foi conservado quando elevada à Cidade, mas, não obstante o longo período de 55 anos decorridos desde aquela épo-

ca, ainda agora esta cidade é muito mais conhecida pelo nome ante e popular de “Piracicaba”, do que pelo nome oficial de Constituição, prova essa que esse nome não pegou e nem foi aceito pelo povo, quer do domicílio, quer de fora, o que constitui razão suficiente para que se lhe restitua o nome primitivo e tão conhecido.

“A duplicata de nomes, um popular e outro oficial, além de outros inconvenientes, tem dado lugar ao equívoco de supor-se que aqueles nomes referem-se a duas cidades diversas e isso até em peças oficiais.

“Em vista dessas razões esta Câmara deliberou solicitar de VV. Ex-cias. que restituam por lei a esta Cidade o seu nome antigo e popular de Piracicaba”.

Assinaram tão importante documento os vereadores: José Emídio da Silva Novais, António de Barros Ferraz, Prudente José de Moraes Barros, Carlos de Arruda Botelho, Albano Augusto Leitão e José Fernando de Almeida Barros Junior.

A Assembléia Legislativa Provincial não se fez de rogada e sancionou a lei n. 21, de 13 de abril do mesmo ano, atendendo à solicitação dos conterrâneos.

Como teria a recente Piracicaba recebido o novo batismo? Com rojões, festas, discurso, banda de música? Não se sabe. Os anais da Edilidade calaram a esse respeito. A imprensa engatinhava e não possuíamos exemplares da época. Uma coisa é certa: houve alegria serena, sem foguetes, mas houve. A cidade como se encontrou a si mesma, depois de tantos anos de paciente expectativa.

(Publicado em 12 de março de 1978)

FLAGRANTES

14 de março de 1852

LÉO GUERRA

A 5 do presente mês de março de 1852, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império endereçou à Câmara Municipal da Vila Constituição uma circular, com que solicitava informações acerca do estado sanitário do município. As respostas, para nós, criaturas da atualidade, são flagrantes sugestivos, que valem relatar.

Naqueles tempos afastados, qualquer documento saído da secretaria da Municipalidade levava a assinatura de todo o elenco camarário, ao contrário de hoje, em que prevalece o jamegão do secretário, às vezes com a companhia do presidente. As respostas surgiram na data acima e centralizam problemas positivamente cruciais.

“A beira do Rio Piracicaba é insalubre e, em certos meses do ano se torna pestífera, sendo os moradores de um e de outro lado do rio, e mesmo os passageiros, acometidos de febres acoimadas de maleiteiras”. Estas linhas são significativas e estampam uma série de lagoas, formadas pelas chuvas, focos indefectíveis de pernolongos.

Dessa circunstância adveio, possivelmente a fama de que nossa terra era terra de maleitas e de outras enfermidades similares. A rua do Porto não gozava de boa reputação quanto à sua salubridade, mormente logo após a temporada das águas. Reparem um bocado no “até passageiros”, um tanto ou quanto desprevenidos, apanhavam a tremedeira.

“Outrossim, tem a Camara de informar que os depósitos existentes nesta vila não fornecem satisfatoriamente água ao publico por falta de meios necessários para a preparação de chafarizes. No tempo da seca, desaparecem as pequenas aguadas inteiramente e o Povo, com bastante sacrifício, serve-se do Rio Piracicaba, que dista da povoação quase um quarto”.

Este flagrante é grave, com arestas martirizantes. O amigo já pen-

sou no drama da dona de casa, naquelas épocas distantes, com a carência de água? O Itapeva era recurso mais à mão, mas o Itapeva, o sol dardejando, não era de ferro. O rio grande era uma lonjura e o moleque escravo, com garrafões e latas, era quem gemia na saudade.

Entretanto, nem todos possuíam escravos e o aguadeiro, que custava moedas, vinha quando vinha. A Edilidade, por seu turno, não possuía verba para a construção de chafarizes. E de onde vinha o líquido para os chafarizes? A escapatória eram os poços, pois, no geral, cada quintal possuía seu poço, como solução de última hora.

Nos dias que correm, com nossas torneiras camaradas, jorrando água à vontade, água cristalina, tratada, água para o vai-e-vem da casa, água para o jardim, para lavar o carro...Oba! Como seria que o piracicabano daqueles tempos tomava banho. No rio ou no Itapeva? E as mulheres e crianças? Profusas as lavadeiras de roupas, nas margens do rio.

“Finalmente tem a Camara a informar que, no Rio Tietê, há um salto denominado Guanhandava que impede o frequente comércio do Cuiabá com esta povoação e, segundo observação feita, é provavel abrir-se um canal que, além de facilitar muito as monções daquela Província, que todos os anos vêm a esta vila, teríamos ainda o peixe em abundância...”

A inteligência do escriba não compreendeu muito bem a viabilidade do mencionado canal, projeto de gigante. Todavia, a inteligência do legislativo e executivo municipais estaria com os olhos no futuro, antevendo uma obra de fôlego, realmente notável. Tudo ficou em branca nuvem, menos o retrato visionário de uma época, em que os fatos eram outros.

(Publicado em 19 de março de 1978)

UM FILME ANTIGO

21 de março de 1869

LÉO GUERRA

O leitor amigo quer assistir a um filme antigo, um filme que focaliza Piracicaba dos tempos que já se foram? Então venha comigo. Prepare a máquina das projeções mentais, fazendo um passeio pelas eras do passado. Como seria nossa terra há um século e pico? Uma cidade pequenina, adorável sobretudo, de ambiência provinciana?

Tudo pronto? A película se prende num officio que a Câmara Municipal enviou à Presidência da Província, atendendo a uma solicitação oficial. A cúpula administrativa de São Paulo desejava saber das condições dinâmicas das vilas do interior. Eis, por conseguinte, que a cinta se desenrola diante dos nossos olhos desta forma, em branco e preto: “Esta cidade contém 28 ruas e seus nomes são os seguintes: rua da Boa Vista, rua Alegre, rua de São Pedro, rua da Misericórdia, rua da Glória, rua do Comércio, rua da Boa Morte, rua da Constituição, rua do Rosário, rua da Palma, rua do Vergueiro, rua do Sabão, rua do Porto, rua do Jardim, rua do Riachuelo, rua do Ipiranga, rua Municipal, rua da Esperança, rua dos Ourives, rua da Quitanda, rua Direita, rua de São José, rua dos Pescadores, rua das Flores e rua Piracicaba e outras ainda sem nome.

“Além destas ruas contém a cidade os pátios — da Matriz, de São Benedito, da Boa Morte e de Santa Cruz.

“Os Templos deste Município são nesta Cidade — a Matriz, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, a Igreja do Rosário e a de Santa Cruz. Na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, a Matriz do mesmo nome e a Matriz de São Pedro na Freguesia dessa denominação, todos neste Município.

“Os edificios públicos deste Município são, além das Igrejas já mencionadas, a Casa da Camara Municipal, que serve também de Cadeia, e uma Casa de Misericórdia, ainda não concluída, ambas nesta

Cidade. Conventos não existem neste Município. Fábrica só existe uma de chapéus nesta Cidade. Indústria nenhuma que mereça menção.

“Sistema de Viação é como o geral da Província – estradas que são transitadas, ou por elas se faz a condução por animais, ou carros puxados por bois. Minas não existem descobertas. Produção: além de café, cana e algodão, produz toda sorte de mantimentos, gado, carneiros, porcos e, em pequena escala, gado muar e cavalar.

“Montes e Serranias – Existem neste Município as serras denominadas Serra de Araraquara e Brotas, as quais dividem este daqueles Municípios; Rios grandes e pequenos: temos o Piracicaba navegável, o Corumbataí navegável em alguns pontos, o rio Tietê, também navegável e mais os rios sem importância denominados Piracicamirim, Itapeva, Ribeirão do Bernardo, Congonhal, Rio das Pedras, Dois Córregos e um número imenso de pequenos arroios que não merecem especial menção.

“São estas as informações que esta Camara, em resposta à Circular citada, tem a honra de submeter à consideração de V. Excia. a quem Deus guarde”.

E agora, amigo, gostou do filme retrospectivo? Réúna as informações de uma Piracicaba distante para um confronto amistoso com a Piracicaba de nossos dias. A Casa da Câmara Municipal, em que também funcionava a Cadeia e uma escola pública, ficava na rua São José, no lugar mais ou menos onde se acha a ex-fonte luminosa. O prédio inacabado da Santa Casa de Misericórdia se localizava na rua José Pinto de Almeida, esquina da rua Morais Barros, ambas com as denominações de nossos dias.

(Publicado em 26 de março de 1978)

VISITA IMPERIAL

30 de MARÇO DE 1846

LÉO GUERRA

Por ocasião da visita de D. Pedro II e sua comitiva a São Paulo, a cúpula presidencial da Província determinou às Câmaras Municipais do interior promovessem festas em homenagem à tão augusta presença. A Edilidade da Constituição não deixou de corresponder a essa solicitação-ordem, realizando festejos de cunho popular, de muito esplendor.

A 30 de março de 1846, a corporação municipal da terra endereçou longo ofício ao comando supremo da Província, relatando as comemorações realizadas no burgo. Para a época, foram de vulto, mormente em se tratando de localidade pouco habituada a tais atos. A vida rotineira como que sofreu um abalo emocional, que deixou recordações.

De início, houve a indefectível subscrição pública para fazer face às despesas, supervisionada pelo reverendo pároco. Era praxe, já que a Câmara não podia arcar com gastos extraordinários. No dia 8 de março, houve solene “Te Deum Laudamus”, com um vibrante sermão de que se encarregou o padre Francisco Salles de Azevedo Freire.

O ofício fala do brilhantismo dessa solenidade religiosa, excepcionalmente concorrido, como fala igualmente de “pessoas descrentes facções de satélites da extincta oligarquia”. A “iluminação” das vias públicas começou na noite anterior e se prolongou pelas noites seguintes, como ponto alto das régias homenagens.

Tal iluminação constava de lampiões, lanternas ou velas e tochas colocadas nas janelas e portas das casa e ângulo de esquinas, em ganchos e suportes adrede preparados. Pelas ruas ou pátios armavam-se fogueiras enormes, que ardiam a noite toda. Rojões e fogos de artifício, bombas e busca-pés alertavam a população.

Bandas de música percorreram as artérias, entoando marchas alegres, entre as quais se ouviam os acordes do Hino Nacional. Os sinos

das igrejas, no bojo do regosijo, repenicavam gostosamente, enquanto os passeantes davam vivo colorido ao ambiente. Entre os mais entusiasmados, os "vivas!" eram destacados de quando em quando.

No pátio da Matriz, foi erguido um majestoso arco triunfal, "em cima do qual se levantava um formoso trono, ornado com a possível descência, onde se colocou a efigie do Augusto Monarca Brasileiro". Houve "um primoroso cruzeiro em cujo centro e extremidades se viam gravados, em tipo de ouro as cinco letras do nome do idolatrado Príncipe e que, pela ordem numerada se lia PODER. Nos quatro raios que partiam do centro da mesma cruz um verso simbólico, explicando o emblema desta anagrama.

"Em frente do dito arco, começaram os hinos e os vivas", e ao romper da cortina que circundava o sólio, apareceu uma menina, decentemente ornada e vestida de branco, representando a Província de São Paulo".

"Foram estes, Exmo Sr. os pequenos festejos que preciosamente poderão ter lugar nesta Va. onde alem de escassos meios pecuniarios ocorrera a circumstancia de se negarem à contribuição os sonambulantes da arte e de tentarem mesmo por meios astutos e capciosos embarçar a festividade desse mesmo pouco q. se apresentara à expectação publica".

E' bom que se diga que a augusta caravana não chegou a nossa terra. Os meios de transporte eram deficientes e as viagens se faziam sem conforto, no lombo dos cavalos. Ainda nem se possuía uma estrada regular. Mas as festas foram bonitas, não obstante os desmancha-prazeres de que se dá notícia. Até estes tiveram um cunho pitoresco.

(Publicado em 02 de abril de 1978)

HOSPITAL OU ISOLAMENTO

5 de abril de 1862

LÉO GUERRA

Sessão da Câmara Municipal da cidade, dentro da esquemática rígida do costume. Entre as resoluções do dia, constou aquela que determinava officiar-se à Presidência da Província, pedindo recursos financeiros “para aqui formar-se hum Lazareto, no caso de apparecer bexigas, visto já terem existido dois casos e hum individuo foi vitima por falta de recurso”.

Naqueles tempos, a ameaça das “pestes era frequente, uma vez que as epidemias periódicas rondavam ameaçadoras a população que não contava, como se sabe, com a proteção profilática da ciência official. O recurso do “Isolamento” era a prática preconizada pelos doutos, no sentido de contornar-se a propagação das moléstias infecciosas.

Havia outro perigo, que era continuado, não endêmico: a lepra. Os infelizes atacados da morfêia como que pertencia à comunidade, pois, a esmolar, percorriam as ruas da localidade, a cavallo ou pé. O espetáculo era deprimente. Também para esta ocorrência, o isolamento se constituia numa esperança de um preservativo social.

Ou lazareto ou isolamento vinha a ser um centro de assistência médica e hospitalar, de sentido caritativo, fora do perímetro urbano. Nele seriam recolhidos os enfermos de moléstias contagiosas, notadamente os morféticos ou bexigosos. Dessa forma, o isolamento consubstanciava um aceno, a promessa melhor que, socialmente, abrandaria o perigo.

Três anos depois, o vereador José Romão Leite Prestes voltou à carga, propondo à Edilidade novas providências a respeito do leprosário, entre as quais constava uma subscrição popular e a contribuição de rs. 50\$000 de cada um dos edis, bem como a viabilidade de se fundar uma associação que se encarregasse dos misteres da instituição.

Mais de dois anos se foram e agora foi a vez de Prudente de Moraes, que acionou a idéia, propondo “um asilo ou lazareto para o abrigo dos morféticos”, “sem o que muito concorre para o aumento do mal”. Entusiasmo. Uma comissão nomeada para tal: dr. Eulálio da Costa Carvalho, capitão Emídio Justino de Almeida Lara e o professor José Romão Leite Prestes.

1870. “Impossível por ora a criação do hospital para os lazarus”, segundo afirmação do dr. Eulálio, comandante dos vereadores cidadãos, os quais resolveram recolher aos cofres municipais a quantia coletada por meio da subscrição pública, deixando tudo como dantes, mesmo com a oferta de um terreno para tal, por parte do cidadão Manoel Alves Lobo.

Mas, um mês depois, outra deliberação camarária: o encantado hospital ia agora ser edificado, o qual se localizaria “no quarteirão entre a rua dos Pescadores e o das Flores, fazendo frente para a estrada da rua Direita”. Como nenhum concorrente se apresentou para o trabalho, a Câmara mesmo resolveu por mãos à obra. Até um poço seria aberto junto da construção.

Mais sete anos se passaram e, no dia 26 de março de 1877 foi inaugurado o Asilo de São Lázaro, erguido “com a maior parcimônia pelo seu fundador Manuel Ferraz de Arruda Campos”. Este cidadão foi um bravo no sentido de proporcionar aos míseros morféticos, que perambulavam pelas ruas, o conforto de um telhado, de um lar.

Não pararam aí, todavia, as lutas da instituição, que enfrentou inúmeras barreiras, tendo sempre à frente seu heróico idealizador. Localizava-se na rua que hoje tem seu nome, em direção da Escola Agrícola e lá permaneceu até 1936, mais ou menos, quando os enfermos todos foram transferidos para Asilo Colônia Pirapitingui.

(Publicado em 09 de abril de 1978)

BONS TEMPOS

10 de abril de 1884

LÉO GUERRA

Uma notícia da “Gazeta de Piracicaba”, na data acima, me dá assunto para a crônica presente. Todos aqueles que têm a mania de escrever para a imprensa, por dilettantismo ou profissão, poderão me compreender, com referência ao capítulo “assunto”. Um tirano, um amigo do peito – aquele tema providencial para se desenvolver na coluna.

Folhando os guardados, à procura do assunto, (que deve vir no jeito, expressando interesse), topei com o quadrinho abaixo, que me pareceu palpitante para a tela desta sessão:

“Noticiava a “Gazeta de Piracicaba” que, como novidade da Semana Santa, foram inaugurados na Igreja Matriz bons bancos, o que livrava o belo sexo do considerável incômodo de sentar-se no soalho.

“A madeira para tais bancos foi oferecida por distinta anônima e aquele órgão se mostrava satisfeito, pois, “verdade é que melhoram bem as condições das toilets, agora emancipadas do chão.”

Com notícias desse jaez, nos dias assanhados que correm, cai na enseada dos assombros. Como?! Sentava-se no chão durante a realização dos officios divinos? Era hábito, era recurso do momento. Naquelas boas quadras, há quase um século, o costume não saía disso. As funções sagradas exigiam um bocado de sacrifício, sem pestanejar. Ou se ficava em pé ou se sentava nas táboas largas do assoalho.

Quando menino, tive ensejo de ouvir dos mais velhos referências desairosas contra o fato de os crentes tomarem assento, comodamente, esquecendo-se de que a missa é um ato de sacrificio. Mas a usança pegou e, nas horas que correm, ninguém mais concebe a idéia de ficar-se em pé, nas igrejas, enquanto se processam as solenidades.

Nos tempos que se foram, era prática, igualmente, o levarem-se

cadeiras aos templos, para comodidade das damas e senhores, trabalho de que se encarregavam os escravos. Com antecedência, os ladinos carregavam cadeiras, bancos, os tripés, a fim de que os amos se refestelassem placidamente, na prerrogativa dos tronos.

Havia igualmente as tribunas laterais, uma espécie de “cadeiras cativas”, que eram pagas normalmente. As famílias representativas da cidade, que pudessem dispor dos cobres, tomavam de assinatura tais tribunas núas, isto é, sem cadeiras, acionando os cativos. Tudo legal, sem razões contraditórias consoante a usança.

Ricas toalhas ou colchas, de variegadas cores, bordadas a caprichos, enfeitavam o parapeito dessas localidades, dando ao templo um pretexto colorido e rendilhado. A turba, o pessoal chamado miúdo, se acotovelava na nave da igreja, mormente no fundo. Muitos de pé, outros ajoelhados e ainda outros bem acomodados no chão.

Porém, como tudo evolui, nestes momentos de 1978, os fiéis não têm problema algum, mas suas obrigações devocionais. Os templos da atualidade estão bem aparelhados para proporcionar regalias satisfatórias aos profitentes. Todavia, a evocação da “Gazeta de Piracicaba”, de há quase um século, é sugestiva e pitoresca, no paralelo, na contradição dos bons e dos maus tempos que a evocação possa nos oferecer.

Os leitores já terão sentido que a “semana” foi um bocado paupérrima de fatos que merecessem comentários. É assim mesmo. Há ocasiões em que em que os assuntos abundam, na profusão dos acontecimentos. Outras vezes há que o articulista fica um tanto ou quanto desarmado pela falta deles. Entretanto, desta vez, me salvou o suelto do velho órgão...

(Publicado em 16 de abril de 1978)

O CANAL DO ITAPEVA

16 de abril de 1857

LÉO GUERRA

A Corporação Municipal estava reunida. O vereador Floriano Leite apresentou a seus pares a seguinte proposição: “Sr. Presidente, parece justo que esta Camara faça alguma coisa digna que os vindouros digam – a Camara de 1857 hé que fez. Esta cidade vai sendo escassa de madeira e Lenha e que por isso já esta bem cara, tendo abundancia para o Rio assima, e avendo o Rio que pode facilitar o transito de tudo, temos de ir contra o Salto que impede, podendo-se levar um Canal a cahir no Itapeva e ali se fazer um tanque, que já a natureza destinou o lugar; a extenção não mete medo para fazer hum Canal com proporções de transitar canoas, trazendo quanto hé necessario a povoação”.

Há um século e pico, já se acentuava em Constituição a falta de madeiras, mormente para cercas e construções, bem como para a manutenção dos fogões. Rio acima, havia a prodigalidade delas, tanto na margem esquerda como na margem direita. O diabo era o transporte fluvial, pois o Salto se constituia séria barreira.

Não nos esqueçamos de que o comércio fluvial tinha seu ponto alto, seu ponto primordial, nas barrancas do rio, com a rua da praia (Morais Barros), fazendo ligação com o centro da povoação. Para cima do Salto não havia vida econômica, se não a natureza primitiva, ou, praticamente, o início dos sertões de Araraquara.

Pelo que se presume, a parte para baixo da cascata já estava bastante explorada, contando também com a adversidade das águas, que ajudavam a descer, não a subir. O transporte a tração animal era pouco acionado, já que as estradas eram precárias, precaríssimas. O rio, a canoa ao sabor das vagas, eram a esperança melhor para o problema.

Então, muito provavelmente, entrou em cena a propositura do vereador Floriano Leite. À primeira vista, a gente, nos dias que correm,

não chega a compreender de pronto a viabilidade do canal, que cairia no Itapeva, formando um lago propício para a navegabilidade de embarcações. Um projeto de proporções irrealizáveis?

Talvez não. Ao que se pensa, tal canal partiria pouco para cá de Monte Alegre e, aproveitando o declive, terminaria na parte inferior do hoje Clube de Campo, onde o local é relativamente plano, próprio para o lago de que fala o projeto. Desse lago – tudo é suposição – mais fácil se tornaria o transporte das toras ou lenha. No dia seguinte, 17, era enviado à Presidência da Província o seguinte ofício, expressando o sentir da Edilidade:

“A Camara Mal. desta cidade de Constituição estando no conhecimento da escasses das madeiras e lenhas e outros generos da primeira necessidade, avendo abundancia, e tendo o Rio que pode facilitar o tranzito de tudo, menos de encontro o Salto, que impede, podendo-se tirar um canal a cair no Itapeva, e ali fazer um tanque, que já a natureza destinou o lugar, a extensão hé pequena , fazendo-se um canal com proporções de tranzitar canoas, portanto esta Camara implora a V. Exa. sua proteção, afim de que a Assembleia Provincial decrete uma quota para o mesmo fim de que proverá não pequeno beneficio”.

As suposições de como seria tal canal são do rabiscador, que fantasiou um bocado, já que informações melhores não existem. Nem a resposta da Presidência da Província foi encontrada, sendo certo dizer que o projeto não passou do papel em que foi registrado.

(Publicado em 23 de abril de 1978)

A RUA DE SÃO JOSÉ

26 de abril de 1824

LÉO GUERRA

As ruas da Freguesia de Piracicaba, antes da sua elevação a vila, em 1822, eram retas uniformes, com quarteirões regulares, como até hoje se comprova no centro da cidade. Isso se deveu, afirmam as crônicas, ao governo da Capitania e da Câmara da vila de Porto Feliz, a quem nossa terra prestava obediência, bem como a Câmara de Itu.

Não nos esqueçamos do Alferes José Caetano Rosa e do dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, no trabalho de arruamento e alinhamento das vias públicas e pátios da localidade. Então por que é que a rua de São José é um bocado torta, se faz parte do esquema central das ruas, a dois passos da igreja e do largo do pelourinho?

Vamos lançar mão dos escassos documentos que temos à frente. Em primeiro lugar uma olhadela pela lista da corporação de vereadores, relativa ao dia 26 de abril de 1824. Pelo relato camarário, também oficial, vem-se a saber que a rua de São José escapou do alinhamento, em virtude do interesse de terceiros, os herdeiros do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda.

“... juntarão os seus escravos com muitos outros Senhores de sua parcialidade, e abrirão a continuação da rua de São José para o Rio, tirando-se de sua direcção recta com que foi instituída, e arqueando-a conduzindo-se obliquamente a atravessar hum quarteirão, e elevando-a onde se deve passar a rua do Conselho que hé paralella, tudo com o sinistro fim de dar servidão a Ponte que se acaba de construir sobre o Rio por esta rua torta, e desviar a continuação da rua do Conselho, que será direcção recta vae pela Ponte”.

“E porque seria eterna des honra para esta Camara o consentir que a unica ou a primeira rua torta desta Villa, seja aberta potenciosamente no seu tempo, sendo alias hua rua tão impotante que ha de ser a entra-

da dos moradores, digo a entrada de todos os moradores e Povoadores d'alem do Rio. O intuito com que se praticou este escandalo foi desviar hua beirada do cercado que a Dita Dona Maria de Meira, (viuva do sargento-mor), tem usurpadamente dentro das terras, que já muito antes da erecção desta Villa que estão do dominio e posse da Povoação”.

Em segundo lugar entra a fantasia do rabiscador, tentando coordenar os fatos. Os documentos à mão são falhos, um tanto contraditórios. A rua do Conselho paralela à rua de São José? Seria a atual rua Prudente de Moraes ou a rua Moraes Barros de hoje? Ou Constituição de ontem? Não se ignora, entretanto, que havia cercas, impedindo a “servidão pública”, ou as águas do Itapeva. E a entrada dos moradores? Para as bandas de Itu ou lá pelos sertões do Araraquara?

Tudo são suposições. O que é inquestionável é que se trata da mesma rua de São José das horas presentes – desviada propositadamente do alinhamento por escravos e outros senhores da “sua parcialidade”. Os homens-maus de nossa terra eram tão poderosos que até podiam praticar barbaridades de cunho geográfico.

E' fora de dúvida que a primeira ponte havida sobre o rio Piracicaba fazia frente para a rua dos Pescadores (Prudente de Moraes). E' o que da entender a ata da reunião da Municipalidade, dia 26 de julho de 1823. Nosso intento, entretanto, é apenas focalizar o desvio da rua de São José, servindo-nos dos dizeres incisivos da ata relativa. Ainda, e naturalmente, estampar um pequeno retrato dos tempos idos.

(Publicado em 30 de abril de 1978)

O PEDREGULHO

3 de maio de 1886

LÉO GUERRA

Ainda no último quartel do século passado, as ruas de Piracicaba eram forradas de pó, pó velho vermelho, incomodativo, invasor por excelência. Não respeitava portas nem janelas, mesmo estivessem fechadas. O problema martirizava a sociedade, a população local, e preocupava seriamente o elenco dos bons vereadores municipais da época.

Na reunião camarária de 3 de maio de 1886, o integrante, dr. Canuto Saraiva apresentou a seus pares um projeto alvissareiro, um tanto esperançoso, qual seja o apedregulhamento das ruas da cidade, servindo-se dos depósitos naturais do pedregulho, existentes nas proximidades da urbe, mormente pelos arredores da estação do Paraíso.

A Companhia Ituana, depois Sorocabana, estava em vias de conclusão do ramal para São Pedro e a via férrea viria facilitar o transporte do cascalho. Com o pioneirismo do dr. Canuto Saraiva, começou o processo do apedregulhamento das ruas e praças da “Noiva”, no intuito de combater o pó avassalante – promotor do desespero dos conterrâneos de então.

Quase um ano se passou. Em janeiro de 87, a Câmara Municipal tomou a resolução de não ceder terreno, pelo sistema de aforamento, onde houvesse indício de pedregulho, “visto ser ele necessário aos consertos das ruas”. As preciosas pedrinhas estavam a merecer o adjetivo, tal era a esperança que se depositava nelas, e com razão.

Três meses depois, a Gazeta de Piracicaba, como veículo respeitável, informava que a Câmara Municipal ia mesmo dotar as ruas da cidade da melhoria suspirada, “para libertar-nos do horroroso pó, o portador de graves enfermidades em Piracicaba”. Tinha razão o venerando órgão, pois a tortura dos piracicabanos da época não era bolinho.

Encarando o problema como “matéria de tanta urgência e cuja

necessidade é reclamada por toda a população”, a Edilidade estava até inclinada a construir uma linha férrea própria com o auxílio da Companhia Ituana, pela casa dos rs. 3.000\$000, fora os vagonetes. Mais alguns meses se foram e as esperanças se tornavam cada vez mais quentes.

Resolução formal: nada de Ituana, nem de estrada de ferro, nem de esparramar dinheiro. O negócio seria mesmo na base das carroças e o pedregulho viria a ser extraído da “jazida” de Corumbataí, pagando ao proprietário, António Inácio de Oliveira, a quantia de rs. 1:000\$000, já que os trilhos para São Pedro ainda demoravam.

No dia 2 de maio de 1887, começaram finalmente os trabalhos, atinentes ao apedregulhamento das ruas e praças da localidade. A primeira artéria a receber o melhoramento foi a rua do Comércio, hoje Governador Pedro de Toledo, a mesma que, no ano de 1922, teve a primazia dos paralelepípedos. Foi sempre a rua mais central da paróquia.

Consoante afirmam as atas, tal serviço estava custando aos cofres municipais a bela soma (para a época), de rs. 400\$000 a 500\$000 por semana, além de dois administradores – um para a extração dos calhaus e outro para a aplicação, percebendo cada qual a bagatela de 80\$000 mensais. O espetáculo das carroças em fila era aparatoso.

Notificavam as crônicas que a “mina” mais à mão foi aquela encontrada no Pátio da Forca – travessa que nos dias que correm liga as ruas Morais Barros e XV de Novembro, pouco acima da linha férrea da Sorocabana. Assim, em rápidas pinceladas, se conta a história do apedregulhamento das ruas e largos da terra que se chamou Constituição.

(Publicado em 07 de maio de 1978)

O PELOURINHO

10 de maio de 1830

LÉO GUERRA

O pelourinho é peça histórica nos anais de nossa terra. Exigência formal da Corte Lusa. Todas as freguesias, que desejassem um pulo para ganhar as prerrogativas de vila autônoma, deveriam tê-lo, soberano e rétrico, armado em praça pública, como robusto, sinal de jurisdição. Um poste fincado no chão, com argolas de estilo, eis o pelourinho.

Piracicaba teve o seu, por imposição oficial, no ano de 1822, quando, para todos os efeitos, passou a chamar-se Vila Nova da Constituição. Plantado na hoje praça Sete de Setembro, nas proximidades do Marco da Bandeira. Servia para distribuir justiça, ou seja, para castigo público, exemplo para os demais.

Então cabe aqui uma pergunta: o pelourinho de Piracicaba, (perdão – Constituição), foi muitas vezes acionado, num espetáculo embriagante para a época, talvez bárbaro para os momentos que correm? Muitos vagabundos e pobres cativos teriam recebido a pena das chicotadas, no dorso nu, nessa vigota oitavada, vigota indiferente e soberana?

A documentação é falha. Pouco ou nada os arquivos registram a respeito. Um caso, entretanto. Certo Francisco foi tomado como suspeito. Morava na localidade fazia quase oito anos e vivia de seus trabalhos avulsos. Morava e vivia na condição de liberto, apesar de preto, até que um dia apareceu no rincão um alguém que o reclamou como escravo.

Denuncia ao Juiz de Paz, que exibiu sua autoridade. Juiz de Paz, naquelas quadras, era quem recebia queixas tais – um delegado de polícia, como dizemos nós do século XX. Francisco foi enjaulado, posto se defendesse com a prova de sua liberdade, na vila, há bons oito anos. Título de eleitor, documentos, caderneta de identidade? Cadê.

Francisco tinha, isso sim, a pigmentação da pele. Foi arrastado até a praça e amarrado às argolas do pelourinho. Nas costas desnudas, as

chibatadas cantavam, a fim de arrancar a confissão do infeliz. Escravo de verdade ou de verdade liberto? A cena, capitosa para a vila, atraiu muita gente curiosa. Francamente, é de se imaginar a novidade.

Ainda, no dia primeiro do mês corrente, na mesma praça onde estivera o pelourinho, talvez no mesmo lugar, realizava-se uma festa cívica de agradáveis contornos. O pensamento do escriba perfurou o passado, evocando o poste, as argolas, as costas negras, uma criatura levando chibatadas ritmicamente, enquanto o povinho gozava diante da função...

Mas o caso do Francisco não ficou só nisso. O homem voltou à justiça, alegando suas prerrogativas de liberto e liberto jamais poderia ser surrado em público, sem culpa formada. Movimentaram-se os canais competentes e a coisa foi parar na cúpula da Província, a qual, formalmente, exigiu esclarecimentos ou satisfação da Câmara Municipal.

Aconteceu um ofício bem circunstanciado da Edilidade, na resposta. O “seu” Francisco, ao em vez de apanhar calado, foi ao Juiz de Paz saber das razões da surra. Caiu no torniquete da Justiça, sem prova concludente. E como preto liberto era objeto raro, a estória se complicou – tal como a colenda Câmara Municipal relatou a seus superiores.

Como epílogo da novela, o nosso Francisco acabou por confessar – confessou que era realmente escravo, não da pessoa que o acusou, mas escravo de outro senhor, ao qual foi devolvido, com o aparato militar de praxe. Com as luzes da nossa maldade, estamos a afirmar que o coitado não voltou ao pelourinho, mas voltou ao tronco, sem choro nem vela.

(Publicado em 14 de maio de 1978)

A PONTE NOVA

15 de maio de 1875

LÉO GUERRA

O dia 15 de maio de 1875 foi dia de grandes e inusitadas festas para a cidade a que a “Noiva” lirial estava para presidir. E’ que nesse dia memorável foi inaugurada a ponte metálica sobre o rio Piracicaba – aquela que, na boca e na alma do povo, ficou conhecida pelo nome designativo de “Ponte Nova”, em contraposição às diversas pontes já havidas.

A história das pontes que existem, ligando as margens do nosso mitológico rio, é profusa, pitoresca, digna de estudos pacientes. No começo da civilização piracicabana, a travessia das águas se fazia por meio de canoas. Veio a primeira ponte – pranchões, toras, cipós e pregos – que as águas indisciplinadas não respeitaram. Outras vieram, o mesmo destino.

Acionada pelas forças vivas da localidade, a Presidência da Província resolveu agir, uma vez que o contato com a zona araraquarense, mais um resto de sonho com Cuiabá distante, representava interesse para a economia política-administrativa de São Paulo. Uma ponte de reais méritos se fazia sentir e, assim, surgiu a “Ponte Nova”, orgulho da época.

A escolha do local para a futura ponte deu pano para mangas. O vero comércio fluvial da cidade tinha embarque e desembarque na rua do Porto – um ancoradouro já habitual por excelência. O comércio local gritou, pedindo que a ponte prometida partisse da hoje rua Moraes Barros. Havia já, porém, obstáculo açucareiro, bem definido, na margem direita.

Falava-se que a ponte seria construída “sobre o Salto” ou, também, “acima do Salto”. O pobre escriba, ao deitar estas linhas, implicou um bocado com a expressão “sobre o Salto”, aceitando, logicamente, a segunda proposição. Era preciso aproveitar-se a estrada, regularmente

batida (avenida Rui Barbosa), que tomava a direção da zona araraquarense.

Entretanto, a preparação do terreno, na margem esquerda do rio, deu insano trabalho, pelo aterro gigante que ali se arrumou. A remoção de terra se processou por intermédio de carroças e burros – um espetáculo capitoso para os habitantes de Constituição, não acostumados com azáfama desse quilate. Na verdade, havia mais assistentes que trabalhadores.

A ponte foi assentada sobre treze pilares de pedra, de mui sólida construção, custando a soma de rs. 80:000\$000 contos, assombrosa para a época. O encarregado da superestrutura geral foi o mestre carpinteiro Antônio Garcia Ribeiro. Apresentava 180 metros de extensão e seis metros e pouco de largura. Um passeio, ou “calçada”, apenas para os passeantes.

Naquelas quadras, era um das maiores pontes da Província, talvez do País. Da preparação do local, o aterro de que falamos, se encarregou Antônio de Almeida Leite Ribeiro, custando muito trabalho. Daí surgiu então a rua Luiz de Queiroz, convenientemente abaulada. A cidade em peso acorreu ao local da inauguração, muito movimentada aliás.

A ponte em apreço foi realizada sob a assistência técnica do dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende, consoante notas que extraímos do “Almanaque de Piracicacaba para 1900”, obra rara nos nossos dias. As atas da Câmara Municipal pouco ou nada dizem dos festejos inaugurais. Sabe-se, entretanto, que o discurso de rigor esteve a cargo do dr. Vicente Maria Lacerda.

No meu tempo, a “Ponte Nova” era uma atração turística para a localidade, uma referência de orgulho para os conterrâneos de então. Pouco mais tarde, recebeu a parte adicional sobre que passavam os trens da Sorocabana, bem como sofreu diversas reformas, especialmente aquela que ampliou a largura, facilitando o trânsito de carros.

(Publicado em 21 de maio de 1978)

ÁGUA ENCANADA

26 de maio de 1887

LÉO GUERRA

Nossa terra sofreu um bocado com o problema da água, que a população consumia. Desde os primórdios da civilização local, a questão da água para os moradores foi martirizante. O “reservatório” primordial foi o riacho Itapeva, mais à mão, mais junto ao casario, já que o rio Piracicaba, um bocado distante, oferecia certas dificuldades e pesarosas.

Pelos arredores, havia nascentes, que as autoridades transformavam em bicas ou chafarizes, a fim de facilitar a luta dos conterrâneos, na coleta do precioso líquido para as necessidades domésticas. Os mais afortunados, que possuíam escravos ou animais, se serviam diretamente do rio. Não encontramos documentação que comprove a existência dos aguadeiros.

Para mais acrescer o martírio, os proprietários de terrenos, por onde passasse o Itapeva, tinham o mau vezo das cercas, a fim de impedir a “servidão pública”. Os anais da cidade proporcionam capítulos profusos no particular de tais cercas. Até nas vertentes, os “homens maus” não deixavam de meter o dedo, a fim de evitar a invasão dos mortais.

Mais tarde, generalizou-se o processo dos poços. Em quase todas as casas, em quase todos os quintais, havia um poço magnânimo que fornecia a linfa em abundância. Muitas vezes, servia a quatro ou cinco vizinhos, uma comunidade que se compreendia. A água servida era jogada na rua, favorecendo muares, cabras e galinhas.

O dia 26 de maio de 1887 foi dia de gala genuína para a ex-Constituição. É que nesse dia, “com grandes e concorridíssimas festas”, inaugurou-se o abastecimento de água encanada à população. Um regosijo plenamente justificado. Desde antes de Antonio Correia Barbosa até a data supra, não se descreve a agonia destes pagos, nesse peculiar.

O melhoramento se deveu à benemérita Empresa Hidráulica, de

que eram concessionários dois cavalheiros intemeratos: Carlos Zanotta e o engenheiro João Frick. O relato, que culminou com a inauguração, é especialmente sugestivo e o ato final foi imponente, apoteótico, próprio das epopéias que, no seu todo, beneficiam a humanidade.

No dia 16 de fevereiro do mesmo ano, um acontecimento feérico, mirabolante, de estarrecer: no jardim do largo da matriz, coroando as experiências, a água jorrou numa altura de doze metros! Um como que milagre a água do Piracicaba “subir” até o centro da cidade! Sem tirar, nem pôr, parecia arte do demo, indubitavelmente!

A inauguração se deu às 5 horas da tarde, ou modernamente às 17 horas, no Jardim Público, que se localiza na praça José Bonifácio de nossos dias. Foi um evento que repercutiu pela Província, um tento que Piracicaba marcou. Às 8 horas da manhã, foi dada a bênção das obras, no edifício das máquinas, construído na margem esquerda do Salto.

Segundo a “Gazeta de Piracicaba”, a inauguração “teve lugar à tarde, no repuxo do jardim, onde falaram, com referência ao assunto, os senhores, dr. Manuel de Moraes Barros, João Frick, Vitaliano Ferraz do Amaral, dr. Joviniano Alvim e o Barão de Rezende. Várias bandas de música se fizeram ouvir”. Rojões espoucaram no ar, saudando o melhoramento.

“A esforços dos senhores G. Scolari e F. Sarcke – continua o velho órgão – o largo da matriz transformou-se, à noite, em um verdadeiro jardim de fadas, onde, por entre luzes de todas as cores, bandeiras e galhardetes, se levantaram duas pirâmides, em que se achavam inscritas saudações à Câmara Municipal, à empresa Frick & Zanotta e ao povo piracicabano, sendo grande a concorrência do povo”.

(Publicado em 28 de maio de 1978)

AS ESTRADAS MUNICIPAIS

30 de maio de 1892

LÉO GUERRA

As estradas municipais sempre foram um capítulo amargurante, nos anais de nossa terra. Sempre precaríssimas, sempre necessitando de reparos, sempre provocando reclamações dos usuários. O município de então, como o de hoje, se bipartia em muitas estradas, picadas ou atalhos. Naqueles tempos afastados, as vias de comunicação pesavam no erário público.

As chuvas, por azar, atrapalhavam tudo. O conserto de um dia era problema para o dia seguinte. Interessante é saber-se que a conservação das estradas, atalhos ou picadas, ficava a cargo de fazendeiros e sitiantes, com seus homens e animais, com suas carroças e ferramentas. Nem se fale dos recalcitrantes ou dos reparos de última hora.

Tal sistema não produzia resultados satisfatórios, como é fácil de prever-se. Se havia “senhores de engenho” que não fugiam de seus deveres, conservando em ordem suas testadas, havia outros que tudo faziam para se furtar de seus compromissos. Não nos esqueçamos de que o grosso do trânsito compreendia carroças e carroções, de rodas de aro fino.

É verdade que, legalmente, existiam multas para os impenitentes e multas pesadas. Um trabalhão para a Intendência Municipal, que acionava fiscais e escriturários. Havia, entretanto, a politicalha, que sempre intervinha, a dano dos cofres municipais, para gáudio dos faltosos. Era uma situação de difícil aplainamento, sem solução à vista.

30 de maio de 1892. Na reunião dos responsáveis, o intendente, dr. João Guilherme León de Bodê foi positivo. (O regime republicano revolucionou as denominações). Apresentou a seus pares uma proposição um tanto ou quanto arrojada, segundo a qual o reparo e conservação das estradas ficava a cargo da intendência, livrando fazendeiros e

sitiantes da prebenda.

Os funcionários braçais da Intendência fariam concertos e reparos onde fossem necessários, tudo sob a responsabilidade oficial e à orientação de um feitor. Para o caso da compensação, foi criado o “imposto da testada”, a ser pago pelos fazendeiros e sitiantes, à boca do cofre, de acordo com a extensão das terras beneficiadas pelas estradas.

Houve grita e reclamações, notadamente contra a metragem realizada e o custo total do imposto tributado. Coisa natural. Ainda está para ser instituído um imposto municipal que não provoque celeuma e celeuma efervescente. Mas, tal como confirmam os documentos à mão, o imposto de testada entrou em execução, resolvendo, em grande parte, um problema crucial.

No dia 7 de março de 1893, quase um ano depois, a indicação foi convertida em lei, resolvidos os embaraços de rigor. Convertida em lei, com modificações que não constam no original primitivo. Isso prova a trabalhadeira que deu aos legisladores da época, cada qual procurando atender a seus interesses pessoais. O conteúdo da lei expressava mais ou menos isto:

Determinava que a “fatura dos caminhos” municipais fosse feita por conta da Intendência na sua primeira légua, a partir da cidade, e por conta de sitiantes e fazendeiros, ou seja, “por mão comum”, nas léguas seguintes. Entendia-se por “mão comum” a expressão “facultativa”, que foi a fórmula encontrada para, de uma só cajadada, contentar gregos e troianos.

Importa ressaltar que o dr. João Guilherme León de Bodê foi inovador de respeito. Quem se der ao trabalho de compulsar a papelada toda, relativa ao arcabouço histórico de Piracicaba, verá como foi palpitante o problema das estradas do município – a abertura, a conservação, as chuvas, fazendeiros e sitiantes, uns compreensivos e progressistas, outros cavorteiros e bestinhas.

(Publicado em 04 de junho de 1978)

MUDANÇA HISTÓRICA

6 de junho de 1784

LÉO GUERRA

É sabido que o capitão-povoador António Correia Barbosa não andava contente com o fato de a povoação ser fincada na margem direita do Salto. Um cronista local escreveu, certa vez, que o ituano namorava a margem oposta, quando via a colina, a mata verdejante, a fonte de atrativos que a banda esquerda oferecia, como um regalo gentil.

A faixa oficial estava sempre sujeita a inundações, a moléstias várias, a contratemplos continuados. Se de um lado Barbosa descortinava os sertões de Araraquara, de outro lado o rio como que vedava a possibilidade de comunicação fácil com Itu, Sorocaba e a vila de São Carlos (Campinas). O Piracicaba proporcionava uma senhora barreira.

Então reuniu os primitivos moradores do vilarejo e foi redigida uma representação ao capitão-mor de Itu, solicitando a transferência. Foi o início das “demarches”, os primeiros passos para uma mudança que se tornou homérica, talvez a primeira que se positivou no Brasil. Séculos, mais tarde, secundou o pioneirismo piracicabano.

De posse da petição, Vicente da Costa Taques Góis e Aranha, a máxima autoridade de Itu, despachou-a para o capitão-general de São Paulo. Há umas linhas que elucidam claramente:

“O Cap. m. e povoadores de Piracicaba p. p. a melhor commo-
didade e augmento daquela Freg. a dezejão mudaria p. a p. te daquem
do Rio a cuja margem da p. te dalem se acha prezentm. te situada e me
figurão ser a paragem q. intentão m. to excelente e comoda p. a a mais
extensa povoação; a terra hé de boa ligadura p.a edificios com a mesma
utilidade do Rio e sem o perigo de o passar e animados com a prez.a do
seo Pastor q. anciozam. te anhelavão, movem a este e q. anciozam. te
anelavão, movem a este e q. me dirija a carta q. inclusa nesta pono na
respeitavel prez. de V. Ex.a.

“Eu estou prompto p.a partir a qualquer hora p.a condescender em tudo com os desejos delles e esforçarme q.to me for possível p.a o estabelecimento da dita Freg. porem como nada devo obrar sem determinação de V. Ex.a e o principal ponto de m.a vista hé seguir em tudo a sua vontade, porq.e neste encontro todo o acerto, procuro as ordens de V. Ex.a q. D.s g. e muito felizm.te p.r dilatados annos, como hé mister”.

Nosso escopo presente não é falar da mudança da povoação de uma margem para outra. É tão somente registrar o início dos trabalhos, que culminaram com os acontecimentos alvissareiros do dia 30 de julho de 1784. A mudança da aldeia, com seus grandes e pequenos detalhes, é por demais conhecida.

Infelizmente, não pudemos encontrar o documento inicial que Antonio Correia Barbosa, conjuntamente com o tonsurado frei Tomé de Jesus e moradores do lugarejo enviaram ao capitão-mor de Itu. No Departamento do Arquivo do Estado, onde se encontram os documentos relativos a Itu, Piracicaba e Porto Feliz, nada achamos. Seria, indiscutivelmente, um papel preciosíssimo, marcando um acontecimento notável, na vida local.

Encontramos, isso sim, a carta de Vicente da Costa Tanques Góis e Aranha, parcialmente transcrita acima, confirmando a existência do documento do começo de tudo. Mesmo assim, a data de 6 de junho de 1784 é expressiva, no calendário dos acontecimentos marcantes de nossa terra.

Dois importantes acontecimentos se deram, por conseguinte, no burgo do Salto, quando do transcorrer do século XVIII. O primeiro foi da fundação oficial do município, em agosto de 1767 e o segundo se positivou com a transferência da aldeola de uma para outra margem do rio. À frente de ambos, como bom timoneiro, esteve o ituano Antonio Correia Barbosa.

(Publicado em 11 de junho de 1978)

O PASTO DE SANTO ANTÔNIO

14 de junho de 1828

LÉO GUERRA

Reunião dos componentes da Corporação Municipal, quando “despacharam um requerimento do reverendo padre José Maria de Oliveira, em que pedia cem braças de terra em quadra, dentro do Rocio da Vila, para pasto dos bois que carregavam terra para a nova Matriz. Trata-se do celebrizado “pasto de Santo Antônio”, na pitoresca designação do povo.

É que, na época, a igreja Matriz estava sendo edificada, alguns anos depois da autonomia de 1822. As paredes do templo seriam, muito provavelmente, de barrote, isto é, de terra socada, havendo, por conseguinte, como é fácil de entender-se, de grande quantidade de terra solta, retirada de algum canto e transportada em carros de bois. Trabalho típico.

Os animais por dedução, teriam a urgência de um local para o repouso noturno e boa grama para alimentação. Ao que parece, o terreno localizava-se na atual Praça Tibiricá, que já foi cemitério e cadeia e hoje abriga uma unidade escolar. Descia até a rua Benjamim Constant de nossos dias.

A 12 de julho de 1828, há mais um trecho da reunião camarária: “...e na mesma ocasião cederam ao reverendo José Maria de Oliveira cem braças de terra em quadra, na estrada que vai para o Monte Alegre, imediato ao quarteirão de Joaquim Preto, cujo terreno poderá cercar, gramar e servir-se dele durante as obras da Igreja Matriz desta Vila, que cederá a título de pastagem dos bois que trabalham na dita igreja”.

Imagine-se a serviçama de então, que seria um espetáculo palpitante de se ver. De um lado, o templo que vinha sendo erguido, com os operários e o mestre de obras, na lufa lufa das tarefas. De outro lado, os carros de bois, indo e vindo, pelas ruas da vila, cantando o chiar

de suas rodas enormes. Provavelmente o reverendo vigário dirigindo a movimentação.

No dia 14 do mês assinalado, o padre José Maria, cura da Capela de Santa Cruz, também professor da escola de meninos da localidade, pároco interino da Matriz de Santo António, “obteve da Camara a concessão de cem braças em quadra, dentro do rocio para pasto dos bois que carregavam terra para a construção da mencionada matriz”.

A Capela de Santa Cruz, se não houver um lapso tremendo de informação, foi a segunda igreja de Piracicaba. Localizava-se no largo do mesmo nome, onde se realizavam as famosíssimas festas de Santa Cruz, de não agradável memória. A Capela foi demolida faz tempo e, no seu lugar, como recordação, ergueu-se um Cruzeiro de granito.

Em 1842, muitos bons anos depois, o vigário local, padre José Maria de Oliveira, oficiou à Edilidade, perguntando aos vereadores como deveria proceder para a venda do terreno cedido à Igreja. Os edis do passado cederam ou doaram o imóvel à comunidade religiosa, cujo templo fora terminado? Desaparecera, portanto, o sentido do pasto?

Um ano mais tarde, outubro de 1843, o vereador, senhor Lopes, “indicou que hera publico e notório que o pasto denominado de Santo Antonio está em total abandono a mais de um anno, razão pelo que pertence o terreno a esta Camara”, pois a Igreja “perdeu o direito com o abandonoem que está”. Como se percebe, a questão estava assumindo um aspecto sério.

Complicava-se, na verdade, porquanto as partes, cada qual por seu lado, apresentava suas razões de posse. À vista disso, a congregação municipal resolveu consultar o Governo da Província. Não temos documentação no que tange ao resultado final. Entretanto, ao que tudo indica, a Câmara levou a melhor, no processo do Pasto de Santo António.

(Publicado em 18 de junho de 1978)

A FORÇA

19 de junho de 1843

LÉO GUERRA

Corria o ano de 1843, dia 19 de junho. Reunida a Câmara Municipal, na disposição de suas posturas. Houve um ofício do Juiz Municipal, cuja leitura provocou a troca de olhares interrogativos. E' que a autoridade em apreço pedia a construção de uma força para a execução de um preto escravo, condenado à pena máxima. Faltava, pois, o ato final.

Esta é a primeira notícia que se encontra nos anais citadinos com referência à força – um processo de justiça em voga no país, já em fase de esmorecimento. Constituição possuía anteriormente o pelourinho, outro instrumento penal, “como sinal de jurisdição, alçada e respeito à justiça”. Foi exigência legal, no ano de 1822, emanada da corte lusa.

Na marca de 23, do mês e ano acima, o corpo de vereadores se movimentou com afinco, para que fosse levantada a força; o local já fora designado “logo adiante da ponte do Itapeva, à direita da ponte, um terreno do Conselho” (Prefeitura), “ficando no alto para o lado da rua da Santa Cruz”. Um tanto ou quanto retirado do centro da cidade.

O fiscal, que era braço executivo do elenco de legisladores, teve ordens determinantes de “limpar todo o terreno, desde o Ribeirão, e tudo o mais necessário para a fatura da dita força”, “com toda a brevidade para toda solenidade”. Assim informa a ata dos trabalhos camarários, de onde copiamos as notas que servem para esta crônica.

Mais adiante, o vereador Manuel Duarte Novais propôs fosse gramado o pátio da força, “com grama larga”, indicando se guardassem as tábuas da escada do patíbulo da Cadeia para que não apodrecessem”. Tal pátio se localizava na travessa que hoje liga as ruas Morais Barros e XV de Novembro, acima da linha férrea da Sorocabana.

13 de agosto de 1843. Esta data assinala o enforcamento do preto João, escravo do comendador José Manuel da Silva. Não conseguimos

saber do crime do infeliz cativo, crime tal que mereceu o castigo capital. E' de se presumir da importância do espetáculo para a vila, que se viu sacudida pela execução. Muitos assistentes à cena? Sem dúvida alguma.

O ato deu a despesa de um mil réis para os cofres municipais, pago a Inácio Leite do Canto, que se encarregou do enterramento do corpo do justicado. Certo. O funcionamento do macabro instrumento requer braços, mormente para confiar à terra os despojos do enforcado, como correspondência de piedade cristã. Valeu o exemplo público.

A segunda execução de que se tem notícia, a última também, foi na data de 9 de julho de 1851. Subiu ao tablado funebre outro preto, o escravo Miguel. Ignoramos do seu delito, como ignoramos a que senhor pertencesse. Deve ter respondido a um processo tenebroso. Nem conseguimos saber da reação do povo de Piracicaba, isto é, de Constituição.

Conseguimos saber das despesas: recomendação, 1\$280; sacristão, \$230, oito velas para ornamento do altar, 3\$840. Tudo somou 5\$350, mais 3\$100 da corda que serviu para o suplício, corda de linho seguro, 50 palmos. Como se percebe, o segundo enforcamento das terras do Salto ficou um bocado mais caro. E' que, agora, a vítima teve assistência espiritual.

A forca de nossos pagos foi demolida pelo sapateiro Daniel de Oliveira Franco, em 1853. Tem-se ainda notícia de que, em 1860, os pretos Francisco e Anselmo, cativos de José Antônio da Silva Gordo, foram condenados à pena da corda de linho. Todavia, não há informações de que tivessem merecido a execução, pois, nesse ano, a forca já não existia.

(Publicado em 25 de junho de 1978)

OS ENTERROS

30 de junho de 1896

LÉO GUERRA

A crônica de hoje começa com um edital da Intendência Municipal, publicado pela “Gazeta de Piracicaba”. Segundo esse edital (Intendência foi a inovação republicana dada às prefeituras), estavam proibidos os sepultamentos de cadáveres com caixão aberto, acompanhados de música. Seria aplicada a multa de 10\$000 para os desobedientes.

O rabiscador emburricou um bocado com a expressão “caixão aberto”. Ao que parece, tratava-se de um costume bastante primitivo, um tanto piedoso e rebarbativo, qual seja o de expor-se o finado à curiosidade pública, talvez uma espécie de “velório ambulante” dentro de uma comunidade fraterna, constituída de parentes ou de conhecidos amplos.

Entre documentos venerandos ou pessoas antigas, não encontramos outra versão mais razoável, aceitável até. Para nós, criaturas dos dias que correm, seria uma usança esdrúxula, não possivelmente para a Intendência Municipal daquelas eras, que deveria conhecer o povo, deveria conhecer seus hábitos, tradicionais por excelência.

Outra explicação, que ouvimos de gente respeitável, afirma que o caso tinha princípios de higiene, porquanto nenhum indivíduo inerte seria sepultado se não decorressem as vinte e quatro horas sacramentais de vigília. Ora, nem todos os corpos sem vida suportariam a prova e o efeito da decomposição inundaria o ambiente, até o das igrejas, na encomendação.

A música acompanhando enterros, também objeto do edital em apreço, não nos parece prática difusa. É verdade que temos comprovação de alguns enterros, enterros de gente importante, nos quais a música – as bandas de música – tiveram presença marcante. Como costume generalizado, não temos testemunho de que a música, conjunto

ou solo, acompanhasse enterros.

Era de hábito, isso sim, a constância de sacerdote e seus acólitos, sustentando uma reza, uma ladainha fúnebre, de que participavam os circunstantes em coro, logo atrás do caixão, conduzido à mão. Não se pode dizer que essa participação religiosa fosse música. Seria talvez um responsório devocional e improvisado, longe de ser musical.

As “carpideiras” profissionais muitas e muitas vezes entravam em função. Oito ou dez mulheres, a soldo, rigorosamente de luto, véu preto à cabeça, “choravam” copiosamente durante o velório, e seguiam a urna mortuária pelas ruas, até a necrópole. Ainda há lembrança das “carpideiras”, herança da Europa. Hoje, felizmente, desapareceram do mapa.

O edital do dia 30 de junho de 1896 proibia, com multa, o uso da rede para os enterramentos. A rede, ou banguê, substituiu o caixão e era transportada nos ombros de integrantes do cortejo, por meio de suportes de bambus. Chegado ao cemitério, o corpo era envolto na própria rede, na forma de mortalha derradeira e confiado à vala.

O conjunto das redes era mais ou menos comum, no começo do século, mormente com os séquitos vindos dos sítios distantes, vencendo longas caminhadas a pé, com qualquer tempo. Um espetáculo típico, mas penoso, particuladamente pela pouca resistência que os tecidos mortos oferecessem.

Para terminar, uma nota da “Gazeta”, de 28 de outubro de 1896: “Apesar da lei proibindo a passagem de cadáveres em rede pelas ruas centrais da cidade, ainda no domingo passava uma destas redes pela rua do Comércio, (Governador Pedro de Toledo), desta cidade. Chamamos a atenção do sr. fiscal do sul”. Isso comprova o que acima ficou dito.

(Publicado em 02 de julho de 1978)

O PRIMEIRO PREFEITO

6 de julho de 1835

LÉO GUERRA

A Província crescia de maneira palpável. Novas vilas surgiam. Onde era simples capela do Termo ou freguesias dependentes, aparecia uma vila autônoma, sempre com ânsia de progresso. O fato preocupava um bocado a cúpula provincial, que vislumbra, no nascimento das vilas, uma possível ameaça à integridade governamental, já que o trabalho direto redobrava.

Brotou, nessa enquadatura, a Lei Provincial, número 18, de 11 de abril de 1835, criando o cargo de prefeito municipal – a possibilidade de um representante do governo junto às Câmaras Municipais, sem função específica, já que as Edilidades eram legislativas e executivas ao mesmo tempo. Vigilante apenas, argúcia em cena, capaz de controlar ações.

A escolha racaiu sobre Francisco José Machado, um homem de intensa movimentação social e profissional, conhecedor de leis, ligado aos cartórios e bem enfronhado no aranhol da política local. Condição primordial: sabia ler e escrever, com argumentos para as circunstâncias. Uma escolha inteligente, que contentou a todos, sem discrepância.

A 26 de maio do ano mencionado, a corporação dos vereadores recebeu ofício da presidência da Província, informando-a da nomeação. Os edis, com prudência, resolveram, deitava leis e, ao mesmo tempo, impulsionava dente não viera anexa e ninguém sabia das atribuições da nova autoridade, já que a Câmara, legislativa e executiva, era autônoma.

A 6 de julho de 1835, tudo regularmente esclarecido e legalizado, perante a Câmara Municipal reunida, Francisco José Machado tomou posse do “emprego”, com solenidade discreta, a mão direita sobre os Evangelhos, balbuciando as palavras sacramentais. Foi, por conseguinte, o primeiro prefeito municipal da nossa sempre amada terrinha.

A denominação daquele ano é a mesma de nossos dias. As funções, já que a Câmara saltados em mira. Ontem, como hoje, as atriço braço executor na pessoa dos fiscais – os homens que saíam às ruas para todos as providências emanadas de cima – é que não são as mesmas. Um simples cargo decorativo, uma figura de respeito, sem respeito impositivo.

Houve um termo de posse assim redigido:

“Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e trinta e cinco aos seis dias do mez de Julho do dito anno, nesta Villa da Constituição e Caza da Camara em acto que ella se achava reunida e estando prezente Francisco José Machado a elle lhe derão posse e juramento de Prefeito pelas palavras da Lei que para constar mandou a Camara faser este Termo em que assigna com o dito Prefeito, eu Francisco Florencio do Amaral secretario que assignei”.

No mesmo dia da investidura, o recém-prefeito oficiou à presidência da Província – Rafael Tobias de Aguiar – dando conta da solenidade e também expressando as poucas esperanças da prebenda, mas asseverando a boa vontade de que se achava possuído para o desempenho da tarefa. Tal descrença se confirmou integralmente.

Por proposta no vereador Bento de Moraes, no dia seguinte, o “senado” deliberou tornar público o ato da posse, não só na vila como nas freguesias e capelas dos Termos. Assim foi feito.

Três anos depois, a pasta foi extinta por lei. A chefia da Província, por experiência própria, viu que a iniciativa não dava os resultados em mira. Ontem, como hoje, as atribuições da política administrativa interna não oferece muito tempo para se cuidar da política de fora. E a Câmara Municipal de Constituição voltou à sua rotina.

(Publicado em 09 de julho de 1978)

A VEZ DA IGREJA

12 de julho de 1836

LÉO GUERRA

Nem sempre a reprodução corresponde à realidade, pois “quem conta um conto acrescenta um ponto”. Ou subtrai um tento. A igreja matriz estava em situação de penúria. Descrever seu estado é que é dubitativo. Mais vale a transcrição de um tópico – um officio endereçado pela Edilidade à real presidência da Província de São Paulo, na data supra.

“Sendo um dos rigorosos deveres desta Câmara cuidar dos benefícios públicos e bem geral do seu Município, por tanto não pode deixar de levar à presença de V. Excia. o estado da nova (?) Matriz que se está construindo, cujas obras se fez necessária, cuidou-se com todo o desvelo e brevidade e atenta à falta de outro templo para socorro espiritual e tanto chegou a miséria que se fazem todos os officios paroquianos em uma pequena sala.

“Ora o povo não dorme, trabalha com suas débeis forças para estas obras, esgota todos os meios a seu alcance; porém, Exmo. Senhor, apesar destes esforços, a dita obra marcha mui lentamente por falta de dinheiro; apenas se acha coberta parte do corpo da igreja e agora é preciso cuidar-se da Capela Mor e com que mágua teme esta Câmara que parte esta tão indispensável obra por falta de meios pecuniários e por isso ela vai suplicar a V. Excia. certa na Paternal Administração de V. Excia, para que se digne, com suas sábias direções, determinar alguma quantia para levantamento e fatura da dita Capela Mor.

“Os proprietários deste municipio bem desejariam vê-la concluída, porém quase todos são empenhados e o produto de suas safras é para pagamento de seus deveres, contudo fazem o que podem e por este motivo ela vai demorar tanto que há quatro anos deu-se começo e por pouco quase nada tem avançado por falta de meios e esta Câmara

conhecendo que ela jamais poderá ter andamento que sirva sem socorro do Governo, é o motivo por que importuna V. Excia. que tomando em consideração mandará o que for servido." Deus guarde V. Excia."

Assinaram o officio os seguintes vereadores: Antonio Fiuza de Almeida, Bento Manuel de Moraes, Teotônio José de Melo, Miguel Antonio Gonçalves, Manuel de Toledo e Silva e Elias de Almeida Prado.

Pelo relato dessa representação camarária, estereotipa-se uma situação relativamente angustiosa da população da vila da Constituição, catorze anos depois da conquista de sua política administrativa. A região era, nessas quadras distantes, parte positiva da comunidade. Tinha, por conseguinte, urgência de um templo onde abrigar os fiéis.

Numa crônica anterior datada de 1828, quando se tratou do celebrado "Pasto de Santo Antonio", vimos que a construção da igreja central estava nos seus alicerces. Trabalhava-se regularmente no encaminhamento de edificio e, oito anos depois, ainda a sede da fé não havia chegado a seu bom termo, nem dava sinal da sua conclusão.

Quando foi da mudança da povoação, de uma margem para outra margem do rio, no local determinado pela demarcação do rossio. Tal prédio não resistiu à impiedade do tempo e outra construção foi iniciada, mais confortável, mais condizente com o progresso local.

Foi então que a corporação dos legisladores resolveu intervir no caso, porquanto era "um dos rigorosos deveres desta Câmara cuidar dos beneficios públicos e bem geral do seu Município". O governo da Província, como mão dadivosa, representava a esperança de melhores dias, à comunidade dos fiéis nos seus anseios piedosos.

(Publicado em 17 de julho de 1978)

AS PRELIMINARES

19 de julho de 1767

LÉO GUERRA

Todos quantos enveredem pelos meandros da história piracicabana não podem dispensar a fonte que os “documentos interessantes” oferecem. Compreendem eles uma séria de publicações do Arquivo Municipal de São Paulo, trazendo a público papéis venerados, uma documentação preciosa. Do volume 67 dessa série, página 180, há uma voz canora, que copiamos integralmente, apenas desrespeitando a ortografia.

E' uma carta que D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, general-chefe da Capitania de São Paulo, endereçou a Antonio Correia Barbosa, diretor-povoador da aldeola de Piracicaba, poucos dias antes da fundação oficial da terra que o Salto rumorejava. Ei-la:

“Faz-se-me preciso recomendar a Vm.cê que o sítio da nova povoação de Piracicaba deve ser escolhido perto da barra que faz o mesmo rio no Tietê, procurando com todo o cuidado que a povoação seja fundada em parte, muito acomodada à boa vivenda dos moradores, porém em sitio proporcionado e vizinho que possam aproveitar-se para vender os frutos aos navegantes do Cuiabá e estes acharem a facilidade de terem esta povoação no seu caminho para poderem refazer-se e comprar os refrescos necessários.

“Deve Vm. cê atender a este ponto em primeiro lugar que tudo, por ser aquele que com maior frequencia lhe recomendo.

“Também deve Vm. cê atender que o maior negócio que há de ter essa nova terra há de ser o fruto da salsaparrilha; deve Vm. cê procurar logo desde seu princípio que a dita salsa se corte somente pela rama, fazendo-lhe conservar as raizes para que todos os anos cresça e a possa haver por muitos anos.

“Não se persuada Vm. cê que a abundancia é muito grande e nunca se poderá extinguir, porquanto muito maior sem comparação era a abundancia da dita salsa no Maranhão e hoje se acha totalmente extinguida por falta de haver este mesmo cuidado e atenção e, se o negócio for por adiante, é certo que há de ser necessário tirar muita quantidade todos os anos e que não bastará qualquer coisa para se poder fazer negócio, por isso desde o princípio deve Vm.cê logo armar-se desta cautela, porque na boca do saco vai o governo.

“Deus guarde a Vm.cê. São Paulo, 19 de julho de 1767”.

Esta carta é testemunha expressiva. Antonio Correia Barbosa, já nomeado comandante da aldeola que deveria ser fundada, estava a caminho da terra que o imortalizaria para sempre. Então recebeu as recomendações oficiais, antes de realizar a memorável jornada do dia 1º de agosto.

Duas partes distintas há na missiva transcrita: a primeira parte há a preocupação governamental de cunho administrativo – uma exposição consciente de como deveria o povoador agir, a fim de que o sítio penetrasse na senda do progresso. Visão perfeita do futuro.

A referência comercial relativa aos itinerantes para o Cuiabá é válida. Muito tempo já se passara do esplendor das minas faiscantes, mas o roteiro funcionava e os rios Piracicaba e Tietê prosseguiam também na faixa de proporcionar o melhor caminho. A barra do Salto, a paisagem hospitaleira, o telheiro, palpitavam para sempre.

A segunda parte da epístola nos traz à mente os conhecimentos bem regulares que o capitão-general possuía sobre botânica e farmacologia. Suas palavras sobre a salsaparrilha, a preocupação no cultivo e conservação dessa planta dão o que pensar. Ou o Morgado de Mateus sofria de incômodos ou era caritativo por excelência...

(Publicado em 23 de julho de 1978)

OS ÍNDIOS

28 de julho de 1822

LÉO GUERRA

Uma pergunta de quem quer saber: qual a nação de índios que habitava, fins do século XVIII e início do século XIX, os chamados sertões do Araraquara, aos quais Piracicaba se ligava como sede burocrática? Pergunta um tanto difícil de responder, não possivelmente através de livros, de mapas, de pesquisas inteligentemente conduzidas.

Nosso intuito não é buscar os entendidos. Procuramos sempre encontrar nos arquivos à mão uma resposta documentada, uma resposta “nossa”. A papelada que guardamos não é grande, profusa, respeitável, mas satisfaz. Nada temos; nas cartas, documentos antigos e artigos não topamos uma exposição concludente. Bastaria, entretanto, uma consulta nas obras especializadas.

Isso, porém, não nos convidava, porque andamos à cata de um documento “piracicabano”, ou circunstancial, que dissesse algo no tocante à questão. Nos primórdios da civilização local, os domínios da Santo Antonio de Piracicaba abrangia os sítios de Araraquara até Botucatu, de São Carlos, Campinas, até as barrancas do nosso rio homérico.

Segundo Teodoro Sampaio, na obra “O Tupi na geografia nacional”, a etimologia da palavra “Piracicaba” não foge à regra geral e está dentro de um raciocínio lógico. Assim também os termos Araraitagua-ba, assim também Itu, Botucatu, Capivari, Araraquara e outros nomes de nascença indígena – umas dicas preciosas, de constatação indiscutível.

São testemunhos que falam alto. Todavia a caturrice do escriba não arreda o pé, atrás de umas linhas comprobatórias. Na Cúria Diocesana citadina, há um livro que vale ouro, que registra os óbitos, o primeiro da prateleira, percorrendo de 1804 a 1828. Garimpamos nesse livro a expressão “gentio”, quando se trata dos primitivos habitantes destes pa-

gos. Ou então a forma adjetiva “da Nação”. Nada mais. No roteiro das minas de Cuiabá vindo do século XVIII, constatamos amiúde os índios Paiaguá, bugres ferozes, verdadeiros guardiões das celebrizadas minerações. Mas o centro geográfico está um bocado distante de Piracicaba, muito embora se saiba que, onde houvesse um rio navegável, lá estariam os indígenas, na sua constância social.

Num sentido diverso, praticamente, às minas de Mato Grosso ficavam os morros de Araraquara, onde, no começo do século passado, já havia uma aldeia bem delineada, um princípio de civilização. O conglomerado de então, como é noto, não era bem visto pelos bugres, que procuravam, de qualquer forma, hostilizar os brancos invasores.

Eis que, por obra do acaso, surge um documento valioso, uma velha carta, datada de 28 de julho de 1822, encontrada no Departamento do Arquivo do Estado, carta essa do oficial comandante da Capela de Araraquara ao capitão-comandante da freguesia de Piracicaba — aquilo que a gente desejava. A carta, falando do passado, dizia assim:

Participo a VV. Ex.as que no dia 22 do cor. e mez deo o Genticio Chavante hum assalto em hua das fazendas desta Freg.a e mataráo com frexadas, e outras deshumanid. es a dous homens, e tem isto motivado grande susto e disgosto no povo; e p.r.q. se supoem delles alojados m.to perto desta Freg.a me resolvo a pedir socorro a Piracicaba p.a persegui-los, visto a maior p.te dos habitantes desta se acharem desanimados, p.te delles querendo deixar a Freg.a q. tanto augmento promette pellas boas terras lavradas e bons campos, e p.r.q. pertendiamos atacalos no proprio alojam.to este o motivo de participar a V.S. Ex,mas p.a determinarem o q. forem servidos. Deos g.e a VV. Exmas. p.r.m.a.”

Essa carta, falando dos Chavantes, ou Xavantes — a única que encontramos seguindo nossas pesquisas e andanças — traz a assinatura do capitão-comandante Manuel José do Amaral.

(Publicado em 30 de julho de 1978)

UM SONHO ADIADO

3 de agosto de 1816

LÉO GUERRA

A semana foi fértil de assuntos, de assuntos para esta coluna. Há semanas em que o tema central escasseia e o rabiscador (com a máquina de escrever ainda vale este termo?), fica sem saber que faça. Entretanto, a semana finda foi camarada e o assunto de preferência, entre os mais, foi aquele que acalentava os contornos de autonomia.

O sítio progredia a olhos claros. Os engenhos de açúcar vicejavam, as fazendas cresciam e crescia a sociedade doméstica. Tudo era vibração caminhativa e desenvolvimento rumorejante, seja na profusão dos habitantes, seja na multiplicação dos prédios. Muito promissor o início do século XIX, trazendo esperança de fartura e benesse.

Um entrave ameaçante: as duas jurisdições que pesavam sobre as costas de Santo Antônio de Piracicaba – a freguesia. De um lado, fincava-se a Vila de Itu, com as exigências de rigor e, de outra banda se erguia a Vila de Porto Feliz, com prerrogativas militares. Ambas as vilas distantes. Os meios de transporte, claro, traziam a marca do tempo.

E por que não a largueza de movimentos? O arraial já tinha certa maturidade para viver sem peias e já podia oferecer “gente de bem” para os cargos eletivos. Então apareceu a primeira tentativa, um bom ataque sem pólvora. Uma petição foi endereçada à cúpula da Capitania, que a enviou ao desembargador-Ouvidor, que a confiou à Câmara Municipal de Itu.

O vai-e-vem de correspondência foi rápido. A corporação de vereadores ituanos também não demorou:

“Recebemos o ofício de Vossa Senhoria em data de trinta e um de Julho próximo passado e com ele a cópia do requerimento que os moradores da Freguesia de Piracicaba fizeram ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde de Palma, Governador e Capitão General desta

Capitania, implorando a sua mediação para impetrarem de El Rei Nosso Senhor a Mercê de mandar erigir em Vila aquela Freguesia, sobre cujo contexto exige Vossa Senhora a nossa circunstanciada resposta.

“É o dito requerimento inteiramente verdadeiro e, por suas interessantes circunstâncias, mui digno da Real atenção de Sua Majestade Fidelíssima e da proteção o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde General. Esta é a nossa resposta sobre a intentada criação daquela nova Vila, que em breves tempos será uma das mais populosas e opulentas desta Capitania. Assim sentimos e certificamos a Vossa Senhoria que Deus guarde muitos anos. Iru, 3 de Agosto de 1816.”

Como se sabe, o Conde de Palma foi formidável. Prestou ao rei de Portugal uma informação laudatória com referência à terra que tem a orquestração do Salto. E a papelada, minha gente, seguiu para Lisboa.

Seguiu mas não produziu os frutos esperados, não obstante a barra engrossativa da respeitável “Vila Joanina”, proposta no processo. Não se sabe por que cargas de água, tal processo foi engavetado. A segunda tentativa, de êxito positivo, se deu em 1822, também com a faixa bajúlativa da Vila Nova da Constituição, um nome frio que nem gelo.

O documento de que damos notícia acima se encontra nos arquivos da Câmara Municipal, muito bem guardado. É um documento venerando, que fala nas entrelinhas do progresso da localidade, da sua gente de bem, da ânsia de liberdade, do peso das duas jurisdições, sem culpa, aliás das duas vilas mandatárias. Talvez, graças ao Onipotente. Já pensou, leitor amigo, no tal de “Joanina” pisoteando nossos ombros?

(Publicado em 05 de agosto de 1978)

A LEMBRANÇA DAS MINAS

11 de agosto de 1838

LÉO GUERRA

Fazia já um século e mais que as celebérrimas minas de Cuiabá, na missão ilusória do ouro, enriqueciam e empobreciam muita gente, muitos aventureiros e sonhadores. Entretanto, ficou sempre a miragem, a experiência, as desilusões. Ficou o encantado caminho que passava por estas bandas, também o rio que tomba no Tietê, a rota líquida para a faiscação.

Na Correspondência Oficial da municipalidade conterrânea, há a cópia de um ofício que fala desse estado de coisas, desse trajeto, da lembrança burocrática que ficou do passado. Agora não mais o rio, mas uma picada para atingir os campos do Araraquara, mirando a Província de Mato Grosso. Não mais a canoa, mas o lombo de burros.

Fala a Câmara Municipal de Constituição à presidência da Província:

“...solícita pelo bem estar e engrandecimento de seu Município e convencida de quanto V. Excia. se tem desvelado” “em promover a prosperidade do Povo, cujo governo lhe foi confiado, vem” “expor a necessidade que há de se aplicar alguma soma quantitativa do consignado na Lei do Orçamento para exploração e melhoramento da estrada de Mato Grosso que, segundo a Lei, deve dirigir a esta Vila, para se melhorar ao menos a picada já aberta, pela qual já se acham transitando os viajantes desta para a Vila de Araraquara e vice-versa, sendo porém indispensável, desde já, a construção de uma ponte no rio Corumbatai, que é o maior estorvo que encontram ao trânsito”, “até que mais quantia se possa aplicar para o completo aperfeiçoamento da referida estrada e quando V. Exia. se digne atender a requisição desta Câmara, aprovando estas despesas, ela mandará o orçamento da dita ponte e dos melhoramentos mais preciosos na picada aberta, afim de facilitar o

trânsito dos viajantes.

“Esta Câmara escusa declarar a V. Excia. a grande vantagem que à Província em geral e a este Município em particular resulta da dita estrada, pois não só faz concorrer com mais atividade a este ponto todo o comércio de Mato Grosso como faz esta Vila comunicar-se com a de Araraquara, cujo Município está unido ao Termo desta Vila com quatro léguas de menos de trânsito, sendo por isso que já os viandantes têm desprezado a estrada velha e estão passando pela picada aberta, apesar das dificuldades que ainda nela encontram-se e como preferem lutar pela maior brevidade da jornada.

“Deus guarde a V. Excia. muitos anos”.

Dois pontos ressaltam dessa representação, que o grupo de vereadores da ex e futura Piracicaba endereçou à mesa-chefe da Província de São Paulo: a primeira é aquela que torna evidente a ligação da região do Piracicaba com a região das velhas minas de Cuiabá. Basta esse ofício, se dúvidas ainda existissem em torno da picada primitiva, passando por estes sítios, tal como afirma Joaquim da Silveira Melo: “...em um baixio arenoso que dava perfeitamente vau durante o tempo invernos”.

O segundo ponto é aquele que traduz o resquício comercial que o vai-e-vem dos itinerantes proporcionavam à localidade. Também um impulso à cidadezinha, que já gurdava as prerrogativas de vila e pretendia subir ainda mais. A balança comercial não deixava de ser um convite ameno, mais concreto e menos perigoso que a mineração das pedras preciosas.

No conjunto panorâmico, eis um retrato que nos vem do pretérito. A Câmara Municipal de Constituição demonstrava visão, no que se referia ao progresso de seus domínios. O caminho pelas águas esmorecia, porque a pedraria de Cuiabá se tornara ávara. Restava o roteiro pelas brenhas, na conversão dos remos pelas tropas.

(Publicado em 13 de agosto de 1978)

A GUARDA NACIONAL

18 de agosto de 1831

LÉO GUERRA

Foi criada em todo o território nacional, por lei do Império da data acima, a famosíssima Guarda Nacional, extintos que foram os corpos de milícia guardas municipais e as velhas ordenanças. O espírito dessa iniciativa era o conjunto das potências de defesa pátria, de organização conjunta e regular, a exemplo do que se fazia nos países da Europa.

Tal Guarda Nacional, sujeita à disciplina militar e a todos os possíveis percalços que a profissão armada oferece, seria composta dos melhores elementos da localidade, os quais receberiam títulos e patentes, depois de divididos em companhias e armas. Não tinham soldo e arcavam com todas as despesas relativas ao competente fardamento.

“Todos os homens válidos, de 18 a 60 anos – rezava a lei – de acordo com os decretos coloniais portugueses, faziam parte automaticamente das armadas e nenhuma força local não poderia ser afastada do lugar de sua sede”. A defesa era unicamente de essência municipal, de conformidade com a unidade regional. Do global é que sairiam a defesa nacional.

A Câmara Municipal de Constituição, na sessão de 9 de novembro do ano acima, tomou as primeiras providências, criando a Guarda Nacional, uma corporação de elite, congregando somente os elementos abonados. Os “deserdados” seriam milicianos a soldo, engajados na Guarda Policial, com a tarefa profissionalizante de manter a ordem pública das ruas.

Entusiasmo, uma beleza! Distribuição profusa de divisas. Dava gosto vê-los pelas calçadas, fardados e imponentes, um tanto atrapalhados com a espada à cintura. De fato, não deixava de ser sugestivo, nas localidades provincianas, o grupo numeroso de oficiais, impertigados dentro da farda, uma promoção íntima, um orgulho para o nome.

Nem tudo, porém, é mar de rosas. A revolução de 1842, que convulsionou a ex-Piracicaba, mormente com a tomada da Câmara, com sanções e penas, esfriou um tanto o ardor, provando que o militarismo tem também seu lado crespado. A 6 de junho de 1848, houve completa remodelação da Guarda Nacional, esquecida que foi a refrega da sedição.

Não se sabe se por causa disto ou por causa daquilo, o fato é que, na vigência da Guerra do Paraguai, os camaristas (1865) resolveram designar uma comissão com o objetivo da reestruturação da força, “com o fim principal de guardar e manter a tranquilidade do município”, já que a polícia regular fora recolhida e recrutas eram arrebanhados aqui e ali.

Outra fase de efervescência, ali pelo ano de 1892, outra farta distribuição de divisas. Aquele que tivesse animal seria incorporado à Divisão de Cavalaria. Quem não tivesse cavalo ficaria na Infantaria. Outra água na fervura: a revolta Custódio de Melo, com a frente ameaçadora do Itararé. Houve, realmente, belas exceções, houve exemplos de heroísmo.

No final do século passado e começo do século presente, a Guarda Nacional teve sua fase de majestático esplendor. Um decreto estadual, datado de 28 de maio de 1894, deu nova estruturação à Guarda Nacional e Piracicaba contou então com um comando superior, mais o 105º batalhão de infantaria e o 2º regimento de cavalaria. Novamente o entusiasmo em cena.

Positivamente, dava gosto vê-los, garbosos e solenes, nas passeatas públicas, nas reuniões cívicas e nas procissões, atrás do pátio do Santíssimo, sobraçando o quepe, mão direita ao corpo de espada. Afirma-se que foi a Missão Militar Francesa, que esteve no Brasil, quem acabou com as patentes, com os oficiais, com a galanteria da famosa Guarda Nacional.

(Publicado em 20 de agosto de 1978)

CÓPIA FIEL

26 de agosto de 1784

LÉO GUERRA

Em fotografia, às vezes, o negativo é mais valioso do que a cópia fiel. É que o negativo, sem nenhum retoque, é mais autêntico, fala mais alto, tem expressão genuína. O retoque, a mor das vezes, apara as arestas, enfeita o original, dá-lhe nuances nobres, tirando muito da essência primitiva, essência agreste mas própria, virginal.

Foi o que fizemos com a carta presente – uma carta que o frei Tomé de Jesus, (lembrem-se dele?), escreveu ao capitão-mor de Itu, alguns dias depois que a povoação da prometida Noiva foi deslocada da margem direita para a margem esquerda do rio, que ainda mata a sede dos habitantes que têm o milagreiro Santo Antônio como padrinho.

Um retrato perfeito, sem nenhum arreganho de aformoseamento. Uma tomada de flagrantes, em cores naturais, não obstante o retrocesso de dois séculos e pico. Paisagem bucólica, personagens do tempo, costumes típicos, a própria ortografia nativa, com pinceladas focalizando o meio, a quadra de antanho. Um lindo retrato ao vivo, sem fumaças de embelezamento.

Após a transferência da aldeia para a encosta da frente, os officios religiosos continuaram na margem do nascedouro. O rio caudaloso era o entrave liquido, acionando canoas e mais canoas. Pitoresco! Pitoresco e perigoso, como afirmam o bom frei Tomé. “A igreja já caiu uma parede” ou “o lugar da igreja, (a nova) já está feito”.

Até o couro da anta é formidável. A manada desses animais abundava antes e depois do Salto. Bastava armar um mundéu para pegá-las vivas, a fim de que o couro não apresentasse defeitos. Por isso é grandiloquente: “Venha para se dar princípio ao menos a capela-mor para se dizer missa enquanto o tempo é conveniente”.

Mas vamos à carta:

“Ill.mo Sr. Capp.am Mor – M. istimamos a sua saude felis e q. D.s lha conserve no seu S.to serviço, hé o q. todos devemos desejar.

“S.r meo tambem a V.me esta faço p.a q. venha p.a despor, e por; o q. tanto hé necessario p.a o bem commum desta nova povoaçam e assim emporta m.to a sua presença, e q. pode fazer em hum ou dous dias. O Lugar da Igreja, já está feito, q. hé da p.te dessa V.a de Itu, o q. não pode ser onde está; rasão porq. e hé, pri-primeiram.te pello risco de vida passar o rio, com cargas trabalhos, de canoas, e com perca, sem necessid.e e algua, pois o hé bem para esta povoação, dessa Villa vem: e se essa povoação estivesse meia legoa mais p.te do Sertão; ja tinha algua desculpa; porém estando onde está, não tem necessidade nenhuma p.a passar o rio com trabalho de canoa, e sid.e algua onde claram.te se vê o erro tanto cauza prejuizo, o que todos claram.te vê, e dizem o povo todos quem onde se fez o roçado. A Igreja já cahio uma parede, e suppos q. se levantou, cahira, e outros pois a terrea hé areienta e está a beira do rio e tem lagoa junto della, q.do has enchentes; e por isso venha, p.a se dar ao menos a capella mor p.a se dizer Missa enq.to o tempo hé conveniente, pois pode cahir a parede da Igreja, e V.mece fazer cabos p.a as quadras; pois todos juntos não pode trabalhar p.q. a Igreja não se ha de fazer, é oito dias se não menos; e o mais despor a V.cê o queintender e digo isto de esquadras; por.q. as Igrejas que se faz a custa do povo, por esquadras tem feito; ainda este povo q. são lavradores, q. hé necessario tão bem trabalhar, e tão bem p.a comerem; e não obstante Vm.cê faça o q. for servido. D.s a V.mcê g. e por m.tos a.s.”

E mais este final: “Remetto a V.Mcê esse coro de anta para meo primo Candido Xavier que me mandou pedir com empenho p.a VMcê o fazer remetter.”

(Publicado em 27 de agosto de 1978)

FLAGRANTES HISTÓRICOS

29 de agosto de 1830

LÉO GUERRA

Parece ao colonista que a palavra flagrantes não vai bem na frase. Melhor seria tomada. A câmara competente, na sua postura clássica e técnica, penetrou pelos arraiais a dentro e topou com o dia 29 de agosto de 1830 uma carta que o juiz ordinário, Manuel Duarte Novais, endereçou ao excelentíssimo senhor vice-presidente da Província.

“O estado em que se acha o Juízo Ordinário desta Vila” “me obriga a participar a V. Excia. para dar as providências que forem justas. A primeira falta é não haver porteiro nem carcereiro, porque o que servia antigamente foi isento por ser porteiro da Câmara Municipal, a qual encostou neste lugar um miserável vicioso de aguardente...”

“... que não podia cumprir suas obrigações, a ponto de algumas vezes sumir-se com as chaves da cadeia”, “... eu o deixei porque de nada servia, antes transtornava a boa ordem; participei à Câmara deste acontecimento, exigindo que nomeasse porteiro e carcereiro para este juízo; até agora não obtive resposta, quando este caso não permite demora”.

As primeiras tomadas são sugestivas e o “camara-man”, torcendo aqui e ali, procurava os melhores ângulos. Acionada toda a carpintaria profissional: operadores, engenheiros, eletricitas todos estão a postos, para que se não os mínimos detalhes, posto seja um curta-metragem, que não vai participar de concurso oficial.

E prossegue a faina da filmagem: “O alcaide que temos, que podia servir no emprego, algumas vezes remediar as faltas, é totalmente despido de capricho, apesar da dita aguardente que o domina; poucos são os momentos em que deixa de andar embriagado. “Há flagrantes curiosos, difíceis de serem captados, pelo seu lado um tanto ou quanto escandaloso.

“Há poucos dias lhe foi entregue uns mandatos para fazer certas

citações de necessidade e ainda não deu cumprimento, ocultando-se de maneira que o não posso descobrir, ao menos para o reprender; eu certamente deveria proceder contra estes maus empregados, porém nada posso fazer, Exmo. Senhor”. Corta! Muita sombra à direita-alta!

O encarregado do som disse há gato na tuba. De fato: se o juiz ordinário não podia contar com seus subalternos e a Edilidade não os chamava à ordem, é porque havia tecla desafinada, talvez um dedinho da política que acoricava uns e desprotegia outros. Está na cara. Nesta encruzilhada é que surgiu a carta, pedindo alvissaras.

Uma razão granítica. “... a causa de abusos, desobediências, pouco caso a seus deveres, insubordinação, tanto no povo de ordem inferior, como nos ditos oficiais, é não haver cadeia nesta vila, se não uma que nem tal nome merece, em que o preso entra pela porta e sai por um lado que está aberto e acha-se no topo destruída”.

Agora outras considerações: valia a pena ao juiz ordinário expedir ordem de prisão, ou à Câmara Municipal tomar resolução indêntica ou o chefe das milícias por a praça em condições de baile? Qual o quê! O detento entraria por uma porta e sairia por outra, já sabendo de antemão que nem havia xilindró na paróquia de Santo Antônio de Piracicaba.

“Portanto, ansiosamente espero as sábias determinações de V. Excia. a este respeito, que, tomando em consideração, mandará o que for servido. Deus guarde a V. Excia. por muito tempo”. Epílogo: na rodada dos quadros uma coisa foi passada com retoques – a ortografia. Isso no objetivo de facilitar a leitura, já que o amigo leitor acha melhor assim.

(Publicado em 03 de setembro de 1978)

CÓDIGOS DE OBEDIÊNCIA

4 de setembro de 1854

LÉO GUERRA

A Câmara Municipal da Vila da Constituição, que legislava e executava ao mesmo tempo, baixou, na data supra, um edital de postura, que merece ser evocado nestas linhas. Posturas, como toda a gente sabe, eram leis de âmbito local, a que os moradores da circunscrição, mal fossem apregoadas, tinham que ser respeitadas, sob pena legal.

A postura, a rigor, não era nova, pois datava de 1830. Fora reeditada vinte e quatro anos depois, por motivos fáceis de serem adivinhados: o abuso, a não observância. O homem, tanto o de ontem como o de todos os tempos, usa as armas ou por esporte ou por instinto de defesa. Na primeira circunstância é que a prevaricação aparece.

No segundo caso, estavam as noites sem lua, as viagens distantes, os imprevistos das aventuras, a prevenção caminhando à frente. Como se observa, o decreto em apreço tinha certa elasticidade, sem entrar no domínio do porte ilegal. O edital não estabelece penas, tão somente legisla com sabedoria: é proibido. Mas vamos ao texto:

“A Câmara Municipal desta Vila da Constituição faz saber a seus habitantes que está determinado e considerado como armas proibidas cujo uso não pode ser permitido, as seguintes: faca, espada, azagaia e outras quaisquer armas de fera.

“Outrossim também faz saber que, como a generalidade com que está concebido esse artigo, pode dar lugar a enganos, declara que naquela expressão e outra qualquer arma de fera — se compreende as pistolas, bacamarte e quaisquer arma de fogo, as sovelas, punhais, estoques, canivetes de ponta e quaisquer outros instrumentos perfurantes, os cacetes e outros instrumentos contundentes; igualmente declara a Câmara que somente será permitido aos viandantes, enquanto estiverem em seguimento de viagem, o uso de facas e espadas e qualquer arma de fogo,

contanto que, ao passar pelas povoações, deste município, descarreguem estas, ou ao menos tirem a escorva aos carreiros, enquanto acompanharem os carros e estiverem junto a eles; é permitido o uso de um machado, de uma faca e aos tropeiros, nas mesmas circunstâncias, uma faca de ponta, aos oficiais de primeira linha ou da Guarda Nacional em serviço; às praças da Guarda Nacional e Municipais Permanentes, ou de primeira linha em serviço o mesmo.

“A exceção das acima mencionadas, é proibido aos demais habitantes o uso de tais armas e, para que chegue a notícia a todos e ninguém se chame à ignorância, será lido, afixado e conservado nos lugares do costume”.

Os editais de então não eram publicados em “letra de forma”, já que, na época, não existiam jornais na Vila mas eram “tornados públicos”, segundo o costume do passado. O porteiro da Municipalidade manejava furiosamente um sino, à porta do “paço”. Os curiosos acorriam. Então era lido o edital em voz alta e, em seguida, afixado à entrada do edifício da Câmara, bem como grudado na porta da igreja da localidade, lugar público, de muita afluência. Quando o conteúdo do documento camarário era de suma importância, era lido no púlpito pelo sacerdote em função.

O edital de postura, que serve de pretexto para esta crônica, vem assinado pelo presidente da Câmara Municipal, Pedro Augusto da Silveira, bem como traz a firma do secretário da Edilidade, Joaquim Correia de Assunção. A cópia foi tirada do livro “Correspondência Oficial”, preciosa fonte de informações históricas, existente nos arquivos da Corporação Legislativa de nossos pagos. Só não respeitamos a ortografia.

(Publicado em 10 de setembro de 1978)

JUIZ ALMOTACEL

14 de setembro de 1822

LÉO GUERRA

Revia o rabiscador papéis antigos. De repente um termo:

“...nesta Vila da Constituição, comarca de Itu, e casa do Juiz Almotacel, José Alves de Castro, onde me achava eu, escrivão adiante nomeado e sendo aí, depois de ter o mesmo Juiz feito sua correição pelas ruas desta Vila e achar tudo conforme havia disposto no seu Edital, que precedentemente mandou publicar para este fim e, achando-se tudo conforme mandou lavrar este Termo que assina. Eu Francisco José Machado, escrivão o escrevi. —Castro”

Era preceito legal e burocrático, tácito e irretorquível. Periodicamente o Juiz Almotacel, mais seu escrivão, realizava uma visita de inspeção pelas ruas da localidade. Visitava vendas e bodegas, conferia pesos e medidas, examinava a limpeza das vias públicas, os animais soltos, a disciplina dos transeuntes bem como o comportamento dos escravos, sujeitos a imposições disciplinares, certas regras sociais.

No dia 14 de setembro, um mês após a elevação do lugarejo à vila, na condição de município autônomo, a fiscalização regulamentar se positivava, com o aparato com que se realizavam os atos dessa natureza. À hora apropriada, a autoridade nomeada, acompanhado de seu secretário, deixava o Paço Municipal e começava a ronda, possivelmente majestática, segundo a norma de então.

A fim de ampliar os conhecimentos o rabiscador abriu o dicionário do Moraes, veneranda edição de 1889 e lá se lê:

“**Almotacé ou Almotacel**, do árabe, mor — Era de seu ofício prover a casa real, onde estava, de mantimentos e para suas bestas; corrigir pesos e medidas, etc. Juiz eleito pela Câmara que tinha inspeção sobre pesos, medidas, preços dos víveres, louças, obras mecânicas, soldadas, jornais, etc. Sobre repartição de víveres, exatidão de pesos e medidas,

limpeza da cidade e outros objetos da polícia”.

Do recente “Dicionário Aurélio:”

“**Almotacé** – “(Do árabe al-muhtasib) – Inspetor encarregado da aplicação exata de pesos e medidas e da taxação dos gêneros alimentícios”.

Mário Neme, com sua autoridade lúcida, confirma:

“Com a Câmara funcionava o almotacel, a quem incumbia, como fiscal que era, zelar pela boa aplicação das leis municipais, chamadas posturas”.

A “Gazeta de Piracicaba”, edição de 25 de agosto de 1886, também se reporta, numa breve notícia, à visita de que tratamos nesta crônica.

Por nossa vez, acrescentamos que o Juiz Almotacel, acompanhado do seu escriturário particular, muitas vezes do capitão-mor, (a fim de evitar os recalcitrantes, juiz ordinário, (presidente da Edilidade) e vereadores percorria as ruas da Vila num sentido de visita autorizada por lei, preventiva ou repressiva, policial ou administrativa. Depois vinham as providências de rigor. Dias antes, por edital, o povo tinha conhecimento da iniciativa e se acautelava antecipadamente.

Estamos a ver, da nossa poltrona, tipo 1978, o espetáculo capitoso que o giro trabalhado e oficial do Juiz Almotacel proporcionava à população, modelo 1822. A essa comitiva se juntavam naturalmente, os curiosos – aqueles que tinham ganas de um flagrante embriagador. A esse grupo, os indefectíveis moleques, sim, porque a vila, sem dúvida alguma, já contava com eles.

Antes do ano da independência do território, a comitiva fiscalizadora descia de Itu, Cabeça do Termo. Depois desse ano, o préstito correcional passou a ser privativo e a ronda de que tratamos foi a primeira da Vila Nova da Constituição. Tudo terminou bem, sem novidade alguma, a contento geral, como registrava o secretário Francisco José Machado e como testificava o juiz José Alves de Castro, quando se recolheram novamente ao Paço Municipal.

(Publicado em 17 de setembro de 1978)

GENTE NOVA NO LEME

20 de setembro de 1840

LÉO GUERRA

Havia uma lei provincial, taxativa e clara, datada de 1º de outubro de 1826, que determinava às Câmaras Municipais do Interior obediência à cúpula da sede-central, no tocante ao andamento político e administrativo do burgo, com reservas às eleições locais, à constituição do elenco camarário e a outras ocorrências relativas a esse capítulo.

Logo no início do mês acima, no ano relativo, realizaram-se as eleições municipais para a renovação do quadro de vereadores, cujo mandato seria de três anos de movimentação, legislativa e executiva. A campanha correu calma, normalmente, porque não houve evidência da oposição. Assim falam os documentos em mão, que são fontes seguras de notícias.

Ao que tudo indica caíra por terra o processo complicado da eleição através dos pelouros. Dizem isto porque os papéis venerandos se referem somente às eleições, sem se reportarem ao sistema primitivo. Razão evidente, por efeito de cédulas e envelopes, progresso em cena. Infelizmente, há silêncio no caso, mas não há lembranças de pelouros.

No dia 17 de setembro de 1840, a ata dos trabalhos da Edilidade se refere à apuração dos votos. Uma trabalhadora a mais, fora dos mistérios da rotina. De escrutinadores, secretário e presidente, ninguém sabe deles. A turma daqueles tempos recuados adorava a síntese, o uso de poucas palavras, o gasto restrito de tintas, penas e papéis.

Quantos eleitores votaram? Isso foi possível saber, somando os votos obtidos pelos candidatos, acrescido das sobras e do não comparecimento de votantes. Não se pode afirmar que houve votos em branco, já que, na época, o voto era a descoberto e é bem provável que mesários e funcionários e fiscais, impedissem o ato da cédula nula.

A apuração deu, pois o seguinte resultado: Antonio Fiuza de Al-

meida, 930 votos; Manuel de Toledo e Silva, 636; dr. Felipe Xavier da Rocha, 582; Antonio José da Conceição, 422; Melchior de Melo Castanho, 355; Elias de Almeida Prado, 354; Antonio José da Silva, 326. Total de cédulas apuradas, 3.605, sem o reforço atual dos restos partidários.

Agora, entretanto, os votos de candidatos derrotados e abstenções, vamos afirmar que, nessa quadra distante, a Vila da Constituição possuía 4.000 eleitores, por aí, por aí. Se considerarmos os eleitores paroquiais de 1822, ao todo 354 votantes, podemos constatar que o progresso da futura “Noiva” foi palpável, no transcurso de dezoito anos apenas.

Eis por que a Edilidade “constitucionense” (será isso?), no dia que abre estas linhas, enviava um ofício à presidência da Província, dando conta do recado em apreço. Assinam a fala camarária os vereadores: José Alvares de Castro, Inácio Ferreira de Camargo, Joaquim de Marins Peixoto, Francisco de Toledo e Silva, José Carlos da Cunha e Inácio José da Siqueira.

O novo time de edis tomou posse a primeiro de janeiro de 1841 e deveria trabalhar, legislando o executivo, até 1884. O “deveria” vai por conta da Revolução Liberal de 1842, chefiada pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, a qual tomou posse da Câmara e os vereadores acima estiveram de molho, afastados de seus cargos, pelo espaço de quase um mês.

Outra particularidade que se deve mencionar é aquela conhecida por “limpeza” – a dispensa, sem mais nem menos, dos funcionários municipais, tidos como desafetos. Existiam de imediato os “afilhados”, namorando os “empregos”. Isso tudo fazia parte de um costume tradicional e importante, que, em grau menor, ainda existe por estas bandas de Deus.

(Publicado em 24 de setembro de 1978)

“A QUASE EXTINTA FREGUESIA DE PIRACICABA”

27 de setembro de 1791

LÉO GUERRA

Estas foram palavras de Vicente Góis da Costa Taques e Aranha, capitão-mor da vila de Itu, numa carta dirigida à cúpula da Capitania de São Paulo. Como é sabido, era preceito de obediência: a máxima autoridade da sede, cabeça do termo, deveria informar à presidência do Governo, periodicamente, da situação das freguesias subordinadas.

Realmente, a povoação de Santo Antônio de Piracicaba não andava bem das pernas, pois atravessava um período adverso, o período das vacas magras. Estava sem pulso firme no leme e as coisas por aqui dançavam à matroca, cada qual fazendo tudo a seu modo e comodidade. Nesse panorama, pode-se compreender a razão dos termos de Góis e Aranha na sua missiva.

O motivo era que Antonio Correia Barbosa deixara a aldeola e se retirara para Mogi-Mirim, ou por doença, ou por haver ali comprado bela faixa de terreno. Tem-se notícia do falecimento do povoador ituano, mas não se sabe na verdade do sítio ou da data do trespasse. O certo é afirmar-se que estas bandas do Salto estavam sem seu guia administrativo.

Sabe-se, igualmente, que Correia Barbosa nunca se dera bem com os padres que chegavam a estas plagas, a fim de pastorear as ovelhas conterrâneas. Fazia três anos que Frei Tomé de Jesus também se fora com outro rumos. Eis, pois, que a Freguesia se ressentia de dois timoneiros: um administrativo, outro espiritual. Duas falhas sensíveis para uma povoação novata.

“... com o maior esforço para aumento da quase extinta Freguesia de Piracicaba, reconhecendo que pode ser esta, pelas excelentes qualidades de seus terrenos, uma das mais úteis memoráveis da Capitania.” O

capitão-mor de Itu se esforçava para encontrar um homem capacitado para ficar no posto que fora de Antonio Correia Barbosa.

“Deram-se uma lista de setenta e tantos casais desta vila e de Arairitaguaba.” Eram colonizadores que vinham movimentar roças de milho e feijão, os quais, após a colheita voltavam a seus pagos. Não havia a fixação de elementos produtivos e esta circunstância também concorria para a decadência do lugarejo. Um problema complicado, de difícil solução.

“Para capitão daquela Freguesia achei a Francisco Franco da Rocha, homem de bem, dos principais desta vila (Itu) muito trabalhador, prudente, de estimável conduta”. Excelente escolha, porquanto Franco da Rocha foi braço forte para a coletividade, sendo das boas referências na história governamentativa do burgo; ajuizado, não prepotente como seu antecessor.

“O referido capitão já partiu há oito dias para Piracicaba, a ver seu povo e receber os novos povoadores e destinar-lhe lugares para seus estabelecimentos e plantações, e providenciar tudo quanto parece conveniente aquela Freguesia. Assim se completa o número de cento e vinte casais, entre os antigos e novos povoadores.” Bons tópicos da carta.

Mais este pedacinho, fecho da missiva ituana: “... concordamos com este sobre a cônica que se poderá dar ao reverendo pároco, de que necessita.” O relato do capitão-mor da ex-Candelária é positivamente sugestivo, pois condensa um flagrante da época, uns tantos tempos depois que o conglomerado se transportou da margem direita para a margem esquerda do rio.

Alguns anos mais tarde a terra do Piracicaba entrou para o terreno das duas jurisdições, isto é, duas vilas vizinhas começaram a deitar cartas sobre os pagos. De um lado, a vila de Itu, com sua fidalguia e tradições seculares e, de outro, Porto Feliz com sua justiça militarizada. Isto começou a 20 de dezembro de 1797, ao eco das palavras do capitão-mor...

(Publicado em 01 de outubro de 1978)

SINAL DE JURISDIÇÃO

2 de outubro de 1865

LÉO GUERRA

O governo da Província, no qual pontificava o dr. João da Silva Carrão, desejava levantar estatística, possivelmente, em torno dos pelourinhos havidos no interior de São Paulo. Como é sabido, o pelourinho, “sinal de jurisdição, respeito e alçada à justiça, era exigência da Corte Portuguesa quando uma povoação deixava de ser freguesia e passava à condição de vila.

Um poste vertical, fincado ao chão ou com base num pequeno estrado rústico. Quase no topo do mastro, uma argola, na qual era amarrado o infrator, geralmente de costas núas, a fim de receber as chibatadas. Preso à argola pelos braços. Imaginemos o espetáculo degradadamente, medieval, que era proporcionado ao povo, como prova incontestada do poder legal.

Eis então que o presidente oficiou à Câmara Municipal de Constituição, como às demais Câmaras da Província, querendo saber algo com referência a dois pontos: primeiro — “se existe ou existiu no município algum pelourinho e em que ponto se acha ele colocado; segundo — qual o uso que tem atualmente estas edificações.” Dois pontos capitais.

A Edilidade conterrânea não demorou na resposta. Era assunto de fácil solução, pois fazia lá seus trinta e poucos anos que o único pelourinho da terra tivera sua ambiência histórica. Fora destinado às calendas. Ora fazia parte do patrimônio das atas, já que os tempos de antanho não mais prevaleciam e o “sinal de jurisdição” tomara outro rumo.

“Em consequência, esta Câmara informa a V. Excia. que neste município só existiu um pelourinho, colocado no centro da cidade, próximo do lugar em que hoje está situada a cadeia pública.” Tal cadeia fazia frente para a rua de São José, mais ou menos no sítio onde hoje se encontra o projeto antigo e desmoralizado da Fonte Luminosa.

“... mas que atualmente, graças à civilização, não existe um único, nem os menores vestígios, e sua memória tem-se apagado quase totalmente da lembrança do povo.” Graças a Deus. Tal armação, “respeito e alçada à justiça”, fora erguida na atual praça Sete de Setembro, além do Marco da Bandeira e aquém do Monumento ao Soldado Constitucionalista.

Aliás é bom que se reafirme que o pelourinho da terra da Constituição teve pouco uso. Só fachada. Instituição da Idade Média, preconizada pelo Trono Luso, que desconhecia um bocado o ambiente nosso, mas temia a força africana. Para a ameaça, um dique impositivo, no intuito de manter a segurança da sociedade afazendada.

O instrumento de suplício teve bem pouco uso na ex e futura Piracicaba. Uma ou duas oportunidades oferecidas ao público, na lateralidade do exemplo coibitivo. Pelo menos, é o que afirmam os nossos guardados, na tentativa do arquivo. Numa das vezes, fora açoitado um pardo coitado, que se dizia liberto e como liberto vivia pela vila.

Todavia, era capítulo de lei e os homens de Piracicaba (isso foi antes do dia 10 de agosto de 1822), não tiveram outra alternativa se não a obediência às ordens que vinham de além-mar. O fracasso de 1816 estava ainda recente e urgia se libertar dos grilhões que vinham por parte de Itu e Porto Feliz. Fechado agora estava o parágrafo.

“Assim entende a Câmara haver cumprido a ordem de V. Excia., a quem Deus guarde por muitos anos. — Prudente José de Moraes Barros, presidente, Ricardo Pinto de Almeida, Fernando Ferraz de Arruda, Francisco Cândido Furquim de Campos, Antônio Narciso Coelho, Joaquim da Silveira Melo e João Francisco de Oliveira Júnior, vereadores.”

(Publicado em 08 de outubro de 1978)

MOEDA NEGRA

14 de outubro de 1777

LÉO GUERRA

A primeira notícia sobre escravos em Piracicaba está num dos documentos que abarrotam as gavetas locais, uma gracinha à feição de arquivo. Uma carta veneranda, uma carta escrita pelo capitão-general, Martim Lopes Lobo Saldanha, a André Dias de Almeida, capitão-mor da vila de Itu. Tal carta traz a data da data que encima estas linhas.

Tecla? Antonio Correia Barbosa. Morde? Dívidas. O compadrepovoador do arraial vivia às voltas com compromissos não solvidos — uma dívida encalacrada a favor de Inácio Borges da Silva, fiador da qual era Dias de Almeida. Você, prezado leitor, vai me perdoar se estou escarafunchando o passado, mas é preciso que circunde as cenas para chegar até lá.

A novela foi nas altas esferas da Capitania.

“O capitão António Correia Barbosa tem faltado sempre ao que tem prometido e como seu credor Inácio Borges pretende ir no mês que vem para o Rio de Janeiro carece do seu dinheiro com que lhe valeu com tanta bizzarria. “Gostei do bizzarria que caiu bem na frase, estam-pando as facetas de um caloteirismo histórico na verdade.

“... vossa mercê o obrigue a pagar, ou que para isto mande a essa cidade, (Itu), a escravatura com que o seu credor se satisfaça.” Final precioso, com a novidade capital para esta crônica: os escravos. É a primeira fala a esse respeito que a gente pescou. Ano de 1777. Lá se foram dois séculos de distância e um pedacinho de choro.

Ainda está para ser contada a façanha completa da vigência dos cativos, na terra que é nossa terra. Quem teria sido o introdutor dos pretos submissos por estas plagas? Os donatários das sesmarias com que se iniciou o povoamento? Pedro de Moraes Cavalcante? Felipe Cardoso ou Manuel Lopes Castelo Branco? Ninguém ainda ergueu a ponta do véu.

Só podia ser gente abonada. Só gente abonada é que poderia se dar ao conforto de ter escravos, de comprá-los ao mercado e mantê-los para os misteres do braço. Pelo jeito, Manuel Correia Arzão era criatura de posses. Teria sido ele? Vadios, caboclos e dispersos, fidalgotes e aventureiros de Itu, intinerantes às minas de Cuiabá é que não.

Do que não há dúvida é que um alguém foi o iniciador, já que o ser escravo era fator de trabalho, de progresso, de civilização. Naqueles tempos, a agricultura dinamizada, não a administrativa, estava nas mãos dos pretos dependentes. Os primeiros colonizadores de Piracicaba não tinham requisitos da enxada, do arado, das roças de então.

Cerca de oitenta anos depois da doação da primeira sesmaria, Antonio Correia Barbosa aparece com sua escravatura. Era homem que tinha lá seu pé de meia. Teria sido ele? Quem sabe?

Pelo menos, é o primeiro senhor de escravos que surge no picadeiro, comprovando a tese da introdução, sem contudo determinar uma primazia irretorquível.

A 31 do mesmo mês e ano, a chefia da Capitania volta à carga:

“O capitão António Correia Barbosa, na verdade, falta ao que promete e, se ele tem um só escravo não bastará para pagamento a Inácio Borges da Silva.” Não nos importa o procedimento “bancário” do ituano, que é figura de valor nos anais destes sítios. O escopo foi focalizar os escravos, ou seja, o introdutor dos negros cativos em Piracicaba.

Note-se como o elemento africano corria como moeda. Não era novidade para Piracicaba, pois que os escravos, em todos os cantos do país, se constituíam mercadoria de balcão. Era a moeda negra que circulara, com predominância comercial. Na dívida presente, a moeda negra servia como “tapa-buraco”, já que Correia Barbosa não se preocupava com o resto.

(Publicado em 15 de outubro de 1978)

O CINEMA

16 de outubro de 1896

LÉO GUERRA

Vamos aproveitar os poucos fragmentos informativos que possuímos para estacar uma série de notas sobre o aparecimento do cinematógrafo em nossa terra. Fonte: a “Gazeta de Piracicaba”, o venerando órgão destas plagas, entesourando preciosa coleção existente na Biblioteca Pública Municipal. No dia 16 de outubro do ano acima, umas linhas sugestivas:

Informava a nota que se achava na cidade o empresário H. Mewe, “proprietário de um cinematógrafo, instrumento elétrico que fotograficamente reproduz os movimentos. É por isso também chamado – fotografia animada. Aquele cavalheiro pretende fazer exibição do seu aparelho em nossa terra.” Faz quase um século, portanto, que o cinema nos deu o ar de sua graça.

Agora, 18 de outubro de 1896, vem o primeiro anúncio de cinema que a “Noiva” teve a oportunidade de ler, veiculado por aquela folha:

“Última palavra da ciência! A maior maravilha do século! O cinematógrafo ou a fotografia animada! Vistas naturais animadas da terra, do mar, do trem e dos navios! Quem não for cego deverá ver! Cenas e panoramas o que há de mais interessante! Entrada, 1\$000. Cinco sessões, 7, 7 1/2, 8, 8 1/2, e 9 horas! Foi coisa do fim do mundo!

A confirmação do que fica dito acima está nas palavras da própria “Gazeta”, na edição de 23 do mesmo mês e ano:

“Cinematógrafo – Tem sido muito frequentada a exposição deste instrumento fotográfico no salão contíguo ao “Chops”. No primeiro dia, houve um aperto de todos os diabos para conseguir entrada no salão e parece que tem continuada a mesma frequência.”

Viram? Tumulto à porta, barafunda dos que queriam ver a fotografia em movimento. Naqueles bons tempos não havia ainda a institui-

ção disciplinadora das filas é de se imaginar “o aperto de todos os diabos para se conseguir entrada.” E o cinema aportou por estas plagas com cinco sessões, de meia em meia horas. Sensação até hoje não superada!

Se não cometemos a besteira de um engano, o tal salão “contíguo ao Chops” se localizava na hoje rua Morais Barros, mais ou menos em frente do “Jornal de Piracicaba”, onde há um “café” com um enorme salão ao fundo. Nada de cadeira. Como o espetáculo era curto, a turma toda ficava comodamente em pé, no silêncio do recinto, pois a música ainda não fora conjugada à escuridão. Muito sugestivo, muito romântico, uma ocorrência própria de fim de século. Convulsionou Piracicaba.

As fitas projetadas eram naturais, com movimento circunstancial. Em branco e preto, tomadas “da terra, do mar, do trem e dos navios.” Fixas ao balanço das ondas, pelas janelas dos comboios, no convés das embarcações. Capitosas, piramidais, três minutos de projeção para cada cena, no máximo. Por onde andarão hoje essas películas, os vagidos iniciais do cinema?

Devemos salientar que, primeiramente, houve cá na terra espetáculos de “lanterna mágica”. Eram projeções na tela de quadros sem movimento algum. Fotografia em chapas de vidro, fixas. Pessoas célebres, paisagens, vistas oceânicas, animais e flores, edifícios e monumentos, mais ou menos aquilo que na atualidade chamamos de eslaides. Um prenúncio de cinema.

Na data de 8 de junho de 1899, encontramos no velho órgão outra informação palpante: trabalhava no teatro Santo Estêvão uma companhia de variedade, dirigida pelo ilusionista Faure Nicolay, cujas “novidades são deslumbrantes, salientando-se um diaphonorama, que muito ultrapassa ao que temos visto com o nome de cynematographo.”

Francamente não sabemos do que se tratasse, mas presumimos que o som já entrasse no consórcio. Pelo menos, a palavra assim nos dá a entender.

(Publicado em 22 de outubro de 1978)

PIRACICABA EM INGLÊS

25 de outubro de 1875

LÉO GUERRA

Em 1875, no derradeiro quartel do ano, realizou-se na Filadelfia, Estados Unidos, uma monumental Exposição Internacional, na qual Constituição, (ainda não voltara a ser Piracicaba).

Uma exposição, como era uso na época, consubstanciava um rol de produtos vários, de exportação ou de consumo direto, ao lado de curiosidades.

Existia por esse tempo, em nossa terra, um jornal denominado PIRACICABA, não se sabe se pela austeridade do rio ou se em contração a um nome “que não pegou”. O caso é que Constituição possui a um periódico chamado PIRACICABA, de que era redator-chefe o dr. Brasília Augusto Machado de Oliveira, o pai batismal da “Noiva da Colina”.

Vai então que o poeta-jurista, (era promotor publico cá do burgo), como bom filho adotivo, resolveu fazer com que a cidade também estivesse presente na exposição de cunho mundial de que se fala. Como? Com artigos, máquinas, invenções ou quejandos? Que nada! Com uma edição bem bolada, de seu jornal, em inglês, para figurar no estande do Brasil.

Feito! A edição entrou para o prelo, movido a muque e saiu uma beleza, segundo se pensa. Informações profusas sobre a Província de São Paulo e sobre o município. Notas esclarecedoras e estatísticas, num sentido turístico. E’ bem provável que o Salto ganhasse as lampas. O dr. Brasília Machado era batuto na erudição. Sua a versão, sem dúvida alguma.

Acompanhado de exemplares da folha em pauta, o autor de “Piracicaba” endereçou ao dr. Sebastião José Pereira, então presidente da Província as seguintes linhas, (Arquivo do Estado):

“Acudindo ao reclamo de V. Excia., faço seguir junto desta parte da edição da folha “PIRACICABA”, de que sou redator, edição expressamente feita para a Exposição Internacional de Filadélfia. Compreende V. Excia. as vantagens que resultam de ser a nossa Província conhecida naquela grande festa industrial, eis porque apressei-me a editar um número do nosso pequeno jornal, em inglês, confeccionando, em traços largos, notícias, já sobre a Província, já e especialmente sobre o município de Constituição.

“Atenta-me a esperança de que os meus esforços para contribuir, embora com imperfeição, para uma grande causa, não serão mal vistos por V. Excia. e pelo governo do meu país. Aproveito-me da oportunidade para dirigir meus protestos de estima e consideração à pessoa de V. Excia., a quem Deus guarde”.

A gente, na impossibilidade de passos amarrados, fica com ganas tremendas para ver, mesmo que fosse por instantes, um exemplar do PIRACICABA, edição na língua ianque, contando as vantagens e belezas dos sítios que o Salto orquestrava, tal como Wagner, ao tropel sonoro das Valquírias guerreiras, então embalo remansoso do “I – Luca-Pirama”.

Impossível! Um século já se tombou impiedosamente sobre o número do órgão conterrâneo, o órgão que foi falar no estrangeiro da Constituição virginal, perdida na carta geográfica de São Paulo. Ninguém jamais, ó duros fados, terá guardado tal exemplar, que confiou a própria sepultura a idéia da difusão da ex-freguesia de Santo Antonio de Piracicaba!

Mais ou menos por esse tempo, vinha à luz perene o “Sacode os ombros nus, ó Noiva da Colina”. Estamos a apostar com os nossos botões da fantasia que o estrato de Brasil o Machado mandou para Filadélfia a essência primordial da poesia imortal, que não se perdeu. Não se perdeu porque é o atestado dengoso de batismo que secundou os povoadores primitivos – o cognome imprescindível, que o cabra piracicabense “adora tanto”...

(Publicado em 29 de outubro de 1978)

A BÍBLIA PROTESTANTE

2 de novembro de 1886

LÉO GUERRA

Pela segunda vez, S. M. D. Pedro II, acompanhado de sua comitiva imperial, visita Piracicaba, sendo, um e outro, hóspedes do dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende. Laconíssimo noticiário da imprensa. Silêncio das atas, não obstante officio da Presidência da Província, comunicando a visita. E' que a Câmara citadina tinha feição nitidamente republicana.

Houve festas na cidade, mais de caráter particular que officioso. Iluminada a frente dos prédios. Os augustos visitantes desceram dos carros da Ituana-Sorocabana e tomaram as viaturas que os conduziram ao solar Rezende, situado na margem direita do rio. Pouco mais se sabe-se. Sabe-se com certeza, que SS. MM. visitaram a sede da Edilidade, no casarão da rua S. José.

Entretanto, por uma correspondência de Piracicaba para a "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro, foi voz corrente que o Monarca, quando de sua recepção na Câmara Municipal, estranhou solenemente por encontrar sobre a mesa da presidência, como livro de juramentos, uma Bíblia protestante, ou seja, de edição marcadamente protestante.

A notícia repercutiu como bomba na terra "do" Salto. Piracicaba tinha sua religião oficial, a religião preconizada pela Constituição do país. O protestantismo era novo para o burgo, talvez uma heresia para os mais afoitos. Manobra política bem bolada, qual seja a de atirar a Edilidade, declaradamente republicana, contra a opinião pública. Na época, andavam em litígio os Moraes Barros, pelo barrete frígio e os barões de Rezende pela coroa imperial.

A "Gazeta de Piracicaba", no seu número de 3 de dezembro do ano acima, esclareceu um bocado o assunto:

"Falou-se que uma Bíblia protestante que S. M. o Imperador en-

controu como livro de juramentos, na casa da Câmara, desta cidade, pertencendo ao sr. dr. Juiz de Direito.

“Não há tal; essa Bíblia pertenceu ao sr. António Gomes de Escobar, que, tendo-a na Coletoria, no pavimento inferior da casa da Câmara e não havendo nesta livro de juramento, a pedido, emprestou sua Bíblia para esse fim.

“Eis a razão por que se achou a tal Bíblia sobre a mesa de audiências, ou da Camara e Sua Majestade a encontrou.

“Mas o sr. Escobar acaba de nos mostrar esse livro (em que ele não crê), onde encontramos no capítulo VII, versículo 26. (Esdras I), o seguinte, onde se vê que S. M. não tinha razão para zangar-se, pois acha-se ali: “E todo o que não observar exatamente a lei do teu Deus e a ordenação do rei, será condenado à morte ou a um desterro, ou a alguma multa sobre seus bens ou certamente prisão”.

“Já se vê...

“E a propósito, o sr. Escobar levou para casa a sua Bíblia, o que quer dizer que a casa da Camara ficou sem livro de juramento, ao que parece”.

Desta forma foi que a “Gazeta de Piracicaba”, que expressava o pensamento da situação, desfez o golpe publicitário da oposição com certa ironia e boa dose de inteligência.

E' bom que se esclareça que a Bíblia é uma só. As casas editoras, conforme a corrente religiosa a que pertençam, trazem um cunho particularizado aos olhos dos intransigentes. Talvez por este motivo, D. Pedro II, como bom católico, deparou na página de rosto do livro, a marca distintiva do estabelecimento impressor, uma firma declaradamente filiada à reforma luterana, protestante para todos os efeitos.

(Publicado em 05 de novembro de 1978)

AS DIVISAS

8 de novembro de 1830

LÉO GUERRA

Problema sério. Tão sério ao lado de outros que tais. Eram as divisas, que deveriam assinalar os limites dos municípios confinantes. Um processo um tanto ou quanto complicado, burocrático e exaustivo, de execução penosa. Cada qual queria a sardinha de seu lado, para o efeito da cobrança das taxas municipais, ou jurisdição religiosa.

A par disso tudo, havia a falta de estradas, apenas estabelecidas através de roteiros ou mapas, ou indicação de sitiantes perdidos aqui e ali. Fatigante, cruciante. As viagens eram feitas a cavalo, carregando, além do dono, a indispensável foice ou enxadão, companheiros certos para a abertura de picadas. Um sacrifício para valentes.

Trajeto de dias e semanas. A matalotagem necessária. Latas para a refeição agreste, a carne seca, a farinha. Havia a busca de água fresca. Não bastasse a insegurança da jornada, havia os rios, córregos e brejos. Acionavam-se as canoas, quando existissem canoas. Então as enormes voltas para contornar lagoas, pântanos, cerrados impenetráveis.

Como o problema das divisas estava a cargo dos municípios, no geral o encontro dos delegados, representantes das vilas interessadas, se realizava numa fazenda, freguesia ou capela, que mediasse os dois extremos. Esses encontros se repetiam, em virtude das divergências que vinham à cena: cada qual procurava a melhor vantagem para seu lado.

O piloto era profissional que não faltava, já pelos seus conhecimentos, já pelas ferramentas que sabia usar nas ocasiões propícias. Não raro, o juiz de paz estava presente ou o padre das freguesias ou capela. Temia-se um desmanha-prazeres: o tempo das águas. Coisa bárbara, porque, com as chuvas, tudo ia para a barafunda das lamas.

A vila de São Carlos, (Campinas), nos últimos meses do ano de 1830, estava na base das divisas com a Vila da Constituição. Entre essas

duas localidades estava a Capela Curada de Santa Bárbara, que, sem as demarcações de rigor, em já sendo uma povoação, tinha continuados atrativos que fascinavam, mormente do lado de São Carlos.

Veja-se, por exemplo, este officio que a Câmara Municipal da futura Campinas endereçou à Edilidade da futura Piracicaba:

“A Câmara desta Vila resolveu que se lhe officiasse que, prevendo o grande dispêndio nas divisas deste com esse Município pelo modo ordenado, as dificuldades de se abrir uma tão longa picada no tempo chuvoso, a dúvida em que está acerca de poder ou não os fundos do Município em uma divisão que necessariamente não será durável, a possibilidade de se fazer uma divisa cômoda a ambos os Municípios, não dispendiosa por um rio como o do Toledo que servirá de balisa perdurável, todas estas considerações a Câmara resolveu que se representasse tudo ao Governo da Província e ao Conselho Geral, afim de que se faça a divisa por onde mais convier e com tempo competente, o que se lhe participe. Deus guarde a V. Excia.”

A fantasia do escriba pôs igualmente suas manguinhas de fora, para melhor ligar os fatos, pois a 27 de julho do ano supra, corporação municipal cá da terra resolveu contratar um “letrado”, para estudar a questão, já que o cheiro dela não era bom. Aquela possível intervenção do Governo da Província ou do Conselho Geral era um bocado alarmante.

As atas da municipalidade ou os documentos à mão nada mais dizem a respeito do caso. O intuito desta mais dizem a respeito do caso. O intuito desta crônica foi focalizar um dos problemas frequentes, nas páginas antigas do burgo conterrâneo.

(Publicado em 12 de novembro de 1978)

A SANTA CRUZ DO ALEIXO

14 de novembro de 1883

LÉO GUERRA

Sozinho a gente nada poderia fazer. No caso desta coluna solitária é que são elas, pois o escrevinhador tem que se servir das fontes circunstanciais assim como livros, documentos vetustos, jornais antigos e outros que tais. Eis então que tomo de empréstimo da veneranda "Gazeta de Piracicaba", edição de 14 de novembro de 1883, os parágrafos seguintes:

"Houve nesta cidade um preto velho, morfético, chamado Aleixo. Era alto, arcado, arrimado a um bordão, coberto de andrajos e de pústulas; servia para as mães meterem medo às crianças. Enquanto teve forças, percorria as ruas, pedindo esmolas.

"Quando não poude mais andar, não encontrando asilo a que se recolher-se, encostou-se a uma cerca de guarantans, em uma rua deserta, no arrabalde, para o lado da chácara do sr. Pedro Stipp, tendo por único abrigo um velho couro de boi, estendido sobre uns paus que, em diagonal, desciam do alto da cerca ao chão.

"Ali, exposto a todas as intempéries, viveu Aleixo não pouco tempo: alguma alma caridosa levava-lhe o alimento. Um belo dia, foi encontrado morto. Haverá disto seis ou oito anos.

"No lugar foi plantada uma cruz e, para melhor cobrir a cruz, foi construída uma casinha, que a abriga muito melhor do que o couro abrigava o Aleixo.

"Pois bem, saibam quantos esta virem que a cruz do Aleixo faz milagres. Mais de uma coisa perdida tem sido achada, muitas moléstias de crianças e até de adultos, depois de resistirem ao melhor dirigido tratamento, têm sarado, só pelo fato de o interessado ou alguém por ele ter ido rezar diante dessa cruz, ajoelhado e com fé, não sei quantos padres-nossos e outras tantas ave-Marias, dando um vintém de esmola.

“Só falta vir um professor do colégio de Itu, ungido por um espírito de verdade, averiguar cada um desses milagres e fazer sobre eles uma brilhante prédica, em uma língua que é a de Tasso e a de Camões ao mesmo tempo, acompanhada de muita descompustura aos protestantes, pois que de muitas léguas ao redor venham peregrinos visitar a cruz milagrosa e pedir-lhe novos milagres.

“Então, nada teremos que invejar à civilizada França, à sua fonte de Lourdes, ufanos opoemos a cruz do Aleixo e também a do largo da Matriz”.

Francamente, não nos interessa o final sarcástico e provocante do velho órgão, (dedo de ilustre advogado já falecido). Gostamos de saber da origem de um dos pontos devocionais que Piracicaba possuiu, ponto esse que teve um bocado de projeção no começo do século. Desaparecida há já alguns anos, a Santa Cruz do Aleixo atraía as atenções gerais pelo halo de santidade que suscitava. Ofícios religiosos ali se realizavam e muitas peregrinações se positivavam, tendo em mira a intervenção do Alto.

A chácara Stipp, mencionada na nota acima, se localizava na rua do Rosário e a cozinha primitiva fora transformada numa capela, que atraía fiéis, tal como atraía a cruz maior que se erguia na frente do templo principal da cidade, como expressão de crença.

A tradição desapareceu, ao imperativo da civilização que não respeita o passado. Muita gente ainda se lembra desse pretexto devocional dos devotos conterrâneos, uma lembrança talvez delicada. Entretanto, a Santa Cruz do Aleixo foi de muita saliência, como objeto de orações e de promessas. E a figura do preto miserável, coberta de andrajos e de pústulas, um encarquilhado couro de boi como coberta, na enquadramento de taumaturgo, enchia de esperança muitos e muitos corações aflitos.

(Publicado em 19 de novembro de 1978)

O CORREIO

24 de novembro de 1827

LÉO GUERRA

Fazia já cinco anos que a ex-Piracicaba fora elevada à condição de vila autônoma, um adeus às jurisdições circunstanciais, um anseio de vida livre, já que novos horizontes se abriam para o recente município. Como é fâcial de se prever, todos os prenúncios de progresso, que se registravam no país, tinham seu reflexo de esperança na terra inaugurada oficialmente em 1767.

Assim foi o problema dos correios. Coisa antiga, no seu todo de prevalência experimental e prático. As relações intermunicipais se desenvolviam de forma concreta, mas de forma proibitiva, tais os obstáculos envolventes que existiam. O esquema dos correios já se positivara no território nacional, posto que no terreno das tentativas, vencendo a própria incompreensão governamental, não vencia a realidade política.

Certo. O estabelecimento dos correios, na sede de São Paulo, foi proibido por ordem régia de 26 de abril de 1730. Por que? Um perigo para a Coroa Portuguesa, um perigo que urgia enfrentar de cara. Mas a 28 de julho de 1798, foram restabelecidas duas linhas, por efeito de um bando lançado pelo capitão-general Antonio Manuel de Melo Castro Mendonça.

Uma dessas linhas, ou mala, partia do núcleo da Capitania para Santos, um dos grandes portos marítimos da nação e a outra saída mesma sede e ia para o Rio de Janeiro. A 14 de outubro de 1800, a mesma autoridade estabelecia linhas de correspondência pública para as vilas de Itu, Paranaguá e São Sebastião. A importância dessa inovação era evidente.

Um capítulo na faixa: o correio já existia; o que não existiam eram os porta-malas. Naqueles tempos edênicos a comunicação entre os povos era assunto martirizante – falta de estradas, ausência de pontes, os

rios, os pântanos, acrescidos das águas na quadra delas. A questão era afritiva, mesmo com o auxílio do lombo de burro, o único processo do momento.

Todavia, a Vila Nova da Constituição crescia, crescia devagar, mas crescia. A localidade, já isenta das arruaças brotadas em 1822, já divorciada dos “homens-maus”, ia se compondo e impondo como centro açucareiro, muito embora os meios de comunicação não sáíssem do empirismo. Urgia vitalizar a taba. Foi então que a Edilidade deliberou dar mais um passo.

Eis, pois, que enviou à presidência da Província, o ponto nevrálgico de todas as providências, a seguinte representação:

“O prejuizo que sofrem os habitantes desta Vila, a falta de correspondência para a Capital, Vila de Santos e Rio de Janeiro, é que nos obriga a representar a V. Excia., a fim de providenciar esta grande falta e que não pereça mais o comércio e o bem público.

“Acha-se esta Vila com uma grande população e por isso necessitada de um correio que transporte as nossas correspondências desta Vila para a de São Carlos, (Campinas), para o que se oferece o administrador gratuitamente, por conta da Nação, (administração), João Pedro Correia, homem estabelecido, negociante de fazenda seca, para o que suplicamos a benevolência de V. Excia., a zelo do bem público queira dar as providências necessárias.

“Deus guarde a V. Excia. Vila da Constituição, em Câmara de 24 de novembro de 1827”.

Foi este o início oficial do estabelecimento da “linha” do correio em nossa urbe. Algum tempo mais tarde, foi instituída a prática dos porta-malas – um homem encarregado de transportar, pelo menos uma vez por mês, ou quinzenalmente, a correspondência cidadina. Nem se diga do drama das estradas, pontes, pântanos e chuvas. Mas foi início, um apanhado de como começou o serviço postal na ex e futura Piracicaba.

(Publicado em 26 de novembro de 1978)

A ABERTURA DA NECRÓPOLE

1º de dezembro de 1872

LÉO GUERRA

A crônica completa dos cemitérios de nossa terra está para ser contada, nos seus grandes e pequenos detalhes. Os anais do passado quase dão mais enfoque ao Cemitério da Boa Morte, de cunho relativamente particular, bem como àquele campo santo que houve na hoje Praça Tibiriçá, que era público, sob as vistas diretivas da Câmara Municipal.

Muita água correu debaixo da ponte antes que a cidade tivesse seu cemitério murado e arruado, oferecendo certo conforto aos circunstantes. Gastou-se tinta e papel, reuniões da Edilidade, acionando comissões e promovendo trabalho, à cata de um terreno propício. No dia 1º de dezembro de 1872, a “Noiva” vindoura descansou no capítulo.

Conforme rezam as fontes informativas, a 3 de novembro do ano supra já a corporação municipal tomava uma providência, pois designou o dia 1º de dezembro, então futuro, para que o nosso cemitério começasse sua função humanitária. Tudo pronto, a contento geral, como mandava o figurino da época, para que o melhoramento ganhasse viência.

Por efeito disso tudo, com as formalidades legais do estilo, foi declarado extinto aquele da atual Praça Tibiriçá, uma vez que novo cemitério, longe do centro citadino, satisfeitas as disposições legais, sete palmos de terra às sepulturas, estava em ponto de bala. Antonio de Almeida Viegas foi seu primeiro zelador, ou seja, administrador.

O chamado “novo cemitério” da cidade é aquele que, nos dias que correm, se intitula “da Saudade”. Entrada pela Avenida Independência de hoje. Um portão, que não era “zinho”, nem grande. Pelo espaço de três meses, num rodízio, os vereadores da Câmara, cada qual por sua vez, tinham a incumbência de fiscalizar o andamento dessa repartição municipal.

Houve o Termo de Abertura no Livro nº 1, ainda existente e consultado faz dias pelo escrevinhador: “Este livro servirá para o assentamento de óbitos ou enterramentos públicos desta cidade, conforme o artigo 8º do regimento respectivo da Lei Provincial de 13 de abril do corrente ano.” Traz a data de 27 de novembro de 1872.

Os sepultamentos eram relativamente complicados, exigindo-se a seguinte papelada: recibo do procurador da Câmara sobre o preço da sepultura; recibo do sacristão da igreja, provando o pagamento que lhe era devido; recebido do fabricante da igreja, (provedor), atestando o pagamento da taxa devida à própria igreja. Tudo pronto, a inumação era feita.

O primeiro cadáver sepultado foi o de Gertrudes, escrava de Antonio José da Conceição Júnior, viúva, preta, de 45 anos de idade, vítima de moléstia ignorada. Na data de 2 de dezembro, foi constatada a compra da primeira sepultura perpétua, adquirida pelo dr. Estevão Ribeiro de Sousa Resende, depois Barão de Resende, destinada à família.

O precioso “Almanaque de Piracicaba para 1900”, nas suas efemérides, traz uma informação interessante, afirmando que a bênção da atual necrópole se deu no dia 5 de maio de 1872, realizando o ofício religioso o padre Joaquim Cipriano. Afirma ainda que o primeiro cadáver ali dado à sepultura foi o de uma recém-nascida, filha de uma tal... Estrela do Norte.

A nota não é oficial. Entretanto, tudo é possível. A escolha do terreno durou anos. Então é crível que, durante o trabalho de capinação, arruamento, abertura de um poço que fornecesse água, surgisse algum imprevisto. Dado o alarme, o bom padre correu de um lado para outro, a fim de positivar a bênção, antes do enterramento. Tudo é possível.

(Publicado em 03 de dezembro de 1978)

O PAÇO MUNICIPAL

5 de dezembro de 1879

LÉO GUERRA

A promessa era antiga. Antiga, não cumprida e tudo estava às barbas da cúpula administrativa da terra. Começou praticamente em 1816, da primeira vez, e em 1822 da segunda vez, quando a freguesia de Santo Antonio de Piracicaba intentou se tornar município independente, liberto das tutelas de Itú e Porto Feliz, que já pesavam bastante .

A exigência vinha da Corte Lusitana, pois toda a povoação que desejasse se tornar autônoma, livre da Cabeça do Termo, deveria possuir homens abonados para os cargos públicos, bem como se compromettesse a ter a sua Casa de Aposentadoria, (aposentadoria para os graduados), a Casa da Câmara onde funcionassem as leis, o pelourinho e casinhas, (mercado).

Em 1816, foi feito o primeiro compromisso, que deu com os burros na água. Em 1822, foi reformulada a promessa e a coisa deu certo com a chegada da Vila Nova da Constituição. Inicialmente, só falou alto o pelourinho, que foi erguido sem mais delongas como sinal concludente da justiça. Justiça para o que desse e viesse, preito à jurisdição.

O resto ficou para melhores dias. A Casa de Aposentadoria, um hotel ou local semelhante, ficou dormitando. Todas as vezes que o ouvidor ou o juiz de fora chegasse ao burgo era hospedado na residência de um correligionário, residência merecedora da honra, à altura da importância do hóspede conspúcio. Era preceito burocrático indiscutível.

O pior foi com a Casa da Câmara que, sem “paço” definitivo, andou de seca a meca. As reuniões camarárias, no geral quinzenalmente, ou na primeira semana do mês, se efetuavam ou na casa de um dos vereadores, ou na casa do capitão-mor, do procurador, do juiz ordinário e até na própria igreja. Não há informes positivos e a suposição entra em cena.

Nada de sala de reuniões, de secretaria, tesouraria, ou repartição congêneres. Cada titulado tinha na sua morada um departamento municipal. De sua residência, o presidente acionava os cordéis administrativos. O fiscal era o funcionário mais atarefado, no cumprimento das resoluções legislativas e executivas. Assim era o “senado” constitucionallense.

Mas, no dia 5 de dezembro de 1879, 57 anos depois da promessa, houve conclusão formal: a Câmara ganhou sua sede definitiva. Na hoje praça Sete de Setembro, ligada à Praça José Bonifácio, atual, fazendo frente pela rua São José, existia um sobrado antigo, quase em ruínas, de dois pavimentos. Era o “arranha-céu” da época, uma “casa da mãe Joana”.

Ali se comprimiam a cadeia, uma escola, a Câmara Municipal, a coletoria, o fórum, até a agência de correios. Como? Não se sabe. Pois foi nesse prédio vetusto que, na data já mencionada, se instalou pomposamente a Câmara Municipal da já cidade de Piracicaba – um suspiro de alívio, desobrigado das imposições continuadas das salas alheias.

Meio século e alguns anos se passaram por cima da promessa de 22. Uma quase existência, durante a qual a Edilidade conterrânea andou pulando de um lado para outro, mormente quando as eleições, renovavam elenco dos vereadores, renovava a possibilidade das salas. É evidente que o não eleito, por efeito da derrota, trancasse as portas da casa.

Não nos esqueçamos que, em 1842, os revoltosos de Rafael Tobias de Aguiar tomaram de assalto a Câmara Municipal. Isto é – muito provavelmente – tomaram de assalto a casa particular onde funcionasse o “senado”. A documentação de que dispomos é falha. O que se quer frisar é que somente em 1879 o conjunto de vereadores da “Noiva” teve sua sede definitiva.

(Publicado em 10 de dezembro de 1978)

CONHECIDA POR PIRACICABA

14 de dezembro de 1837

LÉO GUERRA

O escriba pegou da esferográfica, papel para o rascunho na frente, e abriu a pasta dos documentos antigos, referentes ao mês de dezembro. Estava à cata de bom assunto para a crônica semanal. Semana pobre de bons motivos. Coisa natural. Às vezes, os assuntos são abundantes, de escolhas até difícil. Outras vezes, a penúria é franciscana.

Lê um, lê outro, considera este, avalia aquele e sente que a faixa que vai de 11 a 17 de dezembro, pouca coisa apresenta que forneça pasto para o artiguete. Na segunda ou terceira revista, estaca de repente — uma petição dirigida ao brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, presidente da Província, por Joaquim Francisco Lopes.

Este nosso bom amigo fora encarregado pela Província de Mato Grosso de reencetar a celebrizada picada, que unisse as duas Províncias mencionadas, passando por Constituição, alcançando o rio Piracicaba e seguisse pelo rio Tietê. Como é sabido, a picada não era nova, mas fora completamente desfeita pela chuva anual e pela vegetação abundante.

Recordação ainda viva das aurifulgentes minas do Cuiabá, posto houvesse o declínio da mineração e a decadência melancólica do lugarejo fosse palpável. Mas em 1818 Cuiabá se tornou a sede da Província e a necessidade da expansão se tornara evidente, fazendo com que a cúpula administrativa lançasse mão das velhas e novas possibilidades.

Joaquim Francisco Lopes era mineiro, morador de Mato Grosso. Tinha reconhecidas qualidades de piloto, era bom mateiro e assim se justifica a incumbência de que fora investido. Chegou a Constituição, mais ou menos. Aqui entornou o caldo. Tudo por falta de meios, de numerários. Trabalho paralisado. Miséria batendo à porta. Socorro de amigos para a sobrevivência.

Então o nosso compadre resolveu recorrer à presidência da Província

cia de São Paulo. A verba fora apenas de 58\$800 e essa importância deu somente para chegar à terra do Salto. Já em solo paulista, a volta seria penosa, positivamente amarga. É uma petição um tanto ou quanto aflitiva, diante da inviabilidade de prosseguir na jornada.

A petição assim começa: “Diz Joaquim Francisco Lopes, natural da Província de Minas Gerais, domiciliado na fazenda de lavoura na Província de Mato Grosso e atualmente nesta Vila da Constituição, conhecida pelo nome de Piracicaba...” É bastante. Não é preciso continuar. Eis aqui o X da crônica de hoje. Cesse tudo quanto a musa antiga canta...

Então o miserável escrevinhador grita para Prudente de Moraes, a fim de lhe dar um abraço tríplice. Caramba! Os eleitores estão se lembrando? Foi no ano de 1877. O magnífico ituano, noivo-colinense de coração, propôs na Câmara a volta do nome de Piracicaba à cidade, “muito mais conhecida pelo nome popular de Piracicaba do que pelo nome oficial de Constituição, prova que esse nome não pegou, nem foi aceito pelo povo”.

Na verdade, aqui tudo era Piracicaba, tudo respirava ao diapasão do rio, que comandava a efervescência da alma popular, na forma líquida do seu império geográfico. Constituição fora um recurso político de 1822. Também tem seu lugar nos anais citadinos, mas fora impossível vencer a força majestática da tradição, formando o bloco da ânsia local.

Aqui fica o registro do paroquiano mineiro, no expressivo “conhecida pelo nome de Piracicaba”. Um testemunho importante, muito pouco conhecido. Mereceu vir à tona, sem sombra de dúvida, corroborando as palavras de Prudente de Moraes, como acima ficou dito. Constituição imperava nos papéis oficiais, enquanto Piracicaba imperava no coração do povo.

(Publicado em 17 de dezembro de 1978)

AS DUAS JURISDIÇÕES

22 de dezembro de 1797

LÉO GUERRA

Nesta data, a freguesia de Araraitaguaba foi elevada à categoria de vila autônoma, recebendo o nome de Porto Feliz, conservado até hoje. A Câmara de vereadores, recém-empossada, juntamente com aquela de Itu, concordaram os limites do novo município, como era de praxe na época, tendo a assistência do ouvidor-geral Caetano Luís de Barros Monteiro.

Por esse traçado de limites, a freguesia de Piracicaba foi dividida em duas metades, duas jurisdições ou obediência. Uma parte, compreendendo a faixa baixa do rio, ficou pertencendo à vila de Porto Feliz. A outra metade, abrangendo o lado acima do Salto, continuou sendo da vila de Itu. Coisa resolvida, assinada e timbrada, sem divergência alguma.

Do Termo de demarcação de limites do município em pauta, destacam-se estes tópicos: "... e correndo por ele, abaixo até fazer barra no rio Capivari e da dita barra ao Salto do rio Piracicaba, digo Piracicaba e descendo por ele abaixo..." "ficando o limite desta Vila com distância de duas léguas para o de Itu. Para o de Sorocaba três léguas, até o rio Piracicaba dez léguas mais ou menos."

A fim de que a demarcação se positivasse, de forma concreta, foi aberto um valo, regularmente profundo, que partia mais ou menos da frente do Salto, subia até as proximidades da Escola Agrícola atual, de lá seguia até atingir o nosso Cemitério, morrendo no ribeirão Piracicamirim. Para a banda de lá, ficava Itu e para a banda de cá, Porto Feliz.

Até há uns bons quarenta anos, esse valo era visível, bem visível. Aquela margem da cidade não passava de capoeira urbana e o sulco testemunhava uma passagem histórica de nossa terra.

O povoamento regular começou com a fundação do estabeleci-

mento agrônômico de que Luíz de Queiroz foi o bandeirante. Hoje, com o casario do bairro, o valo já não existe.

Então alguém, com pruridos de piracicabanismo latente, poderá perguntar: “E Piracicaba ficou quieta com essa divisão esdrúxula, que lhe dividiu o território? Não berrou, não protestou, nem mexeu uma palha?” Não, respondem os anais. Não abriu o bico. Porque não podia fazer nada, nada de nada mesmo. Um quase ponto-morto na geografia política.

A freguesia de Santo Antônio de Piracicaba, nesse tempo, fins do século dezoito, atravessava o período das vacas magras. Penúria agreste. Penúria administrativa, penúria religiosa, penúria de homens abandonados. Antonio Correia Barbosa, o capitão-povoador, se fora para Mogi-Mirim. Antes disso, o padre também se fora, por divergências com o ituano.

Sem o braço prepotente, sem assistência espiritual, havia a evasão de gente para a lavoura. Decadência evidente, decadência exorbitante. Itu, cabeça do Termo, ficava uma lonjura de viagem. A Capitania, outra lonjura palpável, já que a povoação estava crucificada pela falta de comunicação. Cadê os homens? Fazer o quê? Baixar a cabeça.

O trabalho maior ficou com a ex-Araraitaguaba, já que os problemas logo começaram a surgir. De início, tudo andou regularmente. Com o raiar do século novo, a freguesia foi melhorando de situação, entrando numa senda satisfatória de progresso. Apareceram homens. Eis que avultaram as complicações, motivadas pela dupla jurisdição imposta ao lugarejo.

Devemos salientar que Porto Feliz sempre foi favorável ao sonho de autonomia dos conterrâneos de então. Não só à tentativa de 1816 como à conclusão de 1822. Aqui esteve realizando sessões camarárias, a fim de melhor conhecer a situação do povoado. Deu pareceres justos. De Itu também não há queixas. Ambas se portaram com galhardia no caso.

(Publicado em 24 de dezembro de 1978)

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

25 de dezembro de 1854

LÉO GUERRA

Informa um escrevinhador local:

“No consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Matriz de Santo António, reuniram-se elementos de projeção da vila, com o objetivo da instalação de uma Santa Casa de Misericórdia. De fato, foi declarada instalada a Irmandade da agremiação pelo vigário padre José Gomes Pereira da Silva, sendo eleitos José Pinto de Almeida, como presidente, José Viegas Muniz como vice-presidente e Emídio Justiniano de Almeida, secretário”.

Por ordem das agremiações cidadinas a Santa Casa de Misericórdia é a segunda na antiguidade, consoante asseveraram as notas que temos encontrado nos anais da terra. A primeira, como é sabido, foi a Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Paróquia de Santo Antônio, fundada anos antes, ou seja, a 7 de setembro de 1849.

A fundação daquela Irmandade correspondeu à solução de um problema local, bem como a exteriorização de sentimentos humanos e cristãos, demonstrado pelos seus fundadores. A localidade, nas suas vias de progresso, sentia a falta de uma casa hospitalar, uma casa ao dispor da população, nos momentos de urgência. Seria um amparo, um recurso imediato.

A prática vinha do Reino Português, onde estabelecimentos desse genero se criavam, mormente nas cidades populosas e lusitanas. A primeira delas surgiu em Lisboa, em 1498, sob a proteção da rainha D. Leonor, viúva de D. João II. Em breve, se espalharam pelas províncias e colonias. A do Porto e a de Évora trazem a data de 1499. (Seguier).

Tornaram-se famosas as Santas Casas que se fundaram no Brasil, antes e depois do Império, ou na vigência da República. De bastante projeção as instituições que tais surgidas nas sedes das Províncias ou

idades de relativa importância, como aquelas do Rio de Janeiro e de Santos hoje centenárias e sempre úteis. Eram um princípio de “misericórdia”, tal qual a denominação que recebiam.

A Vila da Constituição crescia. Já apresentava fumaças de cidade bem plantada, cidade que passou a ser em 1856. Já possuía seu médico, pau para toda a obra, que era o dr. Felipe Xavier da Rocha. Sentia, pois, a lacuna de um hospital representativo, que falasse do desenvolvimento local, ao lado dos canaviais e cafezais, que pesavam na balança municipal.

Estamos a ver o empenho palpitante dos cavalheiros do burgo. O sonho, as conversas iniciais, a semente lançada em boa terra. Reuniões informais, ao ensejo das oportunidades. Os veros amigos da localidade, que pretendiam mais um melhoramento para Constituição, qual fosse a fundação definitiva de uma Santa Casa de Misericórdia.

Os idealistas não esmoreciam, no afã santificante. Fala com um, fala com outro. O sr. vigário foi consultado. Apoio incondicional, acionando vivamente a idéia em marcha. Uma lista de adesões, com contribuições monetárias para as primeiras despesas. Entusiasmo bimbalhante. A terrinha vibrou com o projeto de seu hospital próprio.

Oitenta e oito assinaturas, uma beleza! Uma beleza que produziu a soma de doze contos, oitocentos e dois mil réis! Uma maravilha para a época! Ainda faltava a contribuição de oito pessoas, que deram o sim, mas não entraram com os níqueis. Como se vê, foi uma tarefa belamente coroada essa, a que se entregaram os iniciadores do plano.

Presente de Natal para a vila da futura Noiva, que tinha, agora, uma referência a mais, no bojo de outras referências. A instalação tomou os contornos de festa, no cenário provinciano do solo que o Salto rumorejava. E a Santa Casa de Misericórdia aí está, estuante de vida e de progresso, sendo hoje não apenas uma referência, mas um orgulho, no sistema hospitalar do Estado.

(Publicado em 31 de dezembro de 1978)

O CORETO DO JARDIM

1º de janeiro de 1892

LÉO GUERRA

Para os dias de hoje, o termo é um bocado cediço. Por esse motivo pedi as luzes ao compadre Aurélio, que sollicitamente me atendeu: “Coreto – Espécie de quiosque, construído ao ar livre, para concertos musicais”. Agora, em paz com a consciência, lembrando uma canção popular, ainda em voga, posso prosseguir com minha xaropada, sem mais delongas.

No ano acima mencionado, Piracicaba, já “Noiva” para todos os efeitos, era cidade bem plantada, progressista, com ares de gente grande. Linda? Sem dúvida. Meio artístico bastante definido, sem falar nos demais setores que projetavam a terra do Salto além de suas fronteiras. Faltava-lhe, todavia, um coreto, onde as bandas de música se exibissem.

As exhibições delas se faziam na igreja matriz, ao ensejo da missa dos domingos, dentro ou fora do Templo. Ou nas procissões, ou nos circos de cavalinhos. O povo adorava as demonstrações bandísticas e a massa não lhe regateava aplausos. Os dobrados marciais ainda hoje ressoam aos ouvidos de muita gente na expressão sonora da saudade que não morre.

Então o Conselho Municipal da Intendência, hoje Prefeitura Municipal, deliberou a construção de um coreto, com todos os ff e rr, no Jardim Público, para concertos populares das bandas locais. Dito e feito. Era um quiosque, talvez de estilo oriental, com boa capacidade, num plano elevado, que proporcionava magnífica visibilidade.

Esse Jardim Público se localizava na Praça José Bonifácio de nossos dias, tomando as quadras da rua Direita, (Morais Barros) e São José, que não era interrompida. Um belo bosque, com arvores nodosas, sombra agradável. Um lago e repuxo de mármore ao centro. Bancos de madeira em redor, formando, na verdade, a “sala-de-visitas” da urbe.

O coreto fora edificado mais pela rua da Boa Morte, quase fazendo frente para o Cine Politeama atual. A praça era inteiramente fechada por grades, com portões laterais. As grades eram altas e, segundo se dizia, foram feitas para evitar a entrada de animais que perambulavam pelas ruas centrais. Às nove horas da noite, fechado para repouso.

Consoante publicou a “Gazeta de Piracicaba”, a inauguração oficial da novidade se deu dia 1º de janeiro de 1892. Foi motivo de grande movimentação, movimentação festiva para a cidade. Atração absoluta. E’ de imaginar-se o alvoroço da população pelo evento, que lhe proporcionava a oportunidade de ouvir música, ao ensejo de um passeio convidativo.

Duas bandas de música tocaram no local, estreando o quiosque. Das cinco às sete horas da noite, exibiu-se a corporação “Artistas e Operários”, conjunto relativamente novo, bem constituído. Das sete às nove horas, também da noite, coube a vez da banda “Azarias de Melo”, grupo mais velho, de renome, mais conhecido por “Banda velha”.

Boletins impressos foram espalhados em profusão pelas ruas, convidando o povo para a inauguração. Aquele órgão, secundando o convite, nas edições anteriores, mais efusão deu ao ato. A gente como que fecha os olhos para “ver” o acontecimento inusitado, que polarizou as atenções gerais. Praticamente, nem precisa se descrever o comparecimento da gentarada.

O largo do jardim foi literalmente invadido pelo povo, bem como o pátio da Matriz, ou o pátio onde esteve o Teatro Santo Estêvão, agora Praça Sete de Setembro. Ao que noticia a “Gazeta”, na sua edição de 3 de janeiro, não houve discursos. Compareceram os próceres políticos. O comparecimento do povo falou eloquentemente, em lugar dos discursos.

(Publicado em 07 de janeiro de 1979)

TUMULTO NA ESTAÇÃO

9 de janeiro de 1888

LÉO GUERRA

Houve grossa pancadaria na estação da Companhia Ituana, (Sorocabana). E' que uma escolta de agregados conduzia alguns escravos, que tentaram fugir. O povo resolveu soltar os pobres pretos. O charivari foi repentino e os homens da escolta apanharam a valer, sendo que, no pandemônio, tomaram parte para mais de duzentas pessoas. A "Gazeta de Piracicaba", na sua edição de 10 de janeiro, esclarece melhor:

"Correndo o boato de que chegaria ontem, trazendo alguns dos seus escravos, que haviam fugido e foram capturados, o fazendeiro, sr. Luís Antonio de Almeida Barros, à chegada do trem, um grupo superior a 200 pessoas invadiu os vagões, à procura daquele senhor, com o fim, por certo, de impedir a condução dos pretos.

"Ao desembarcarem, Antonio Viana, João Viana e mais dois homens desavieram-se com fulano Barroso, negociante, que deu viva à liberdade. Daí proveio que o povo agarrou os quatro, que foram castigados por muitas pessoas e feridos a socos, pedradas e bengaladas.

"Um verdadeiro barulho que atraiu a atenção geral e pode ser um prenúncio de grandes desordens, se não houver providências".

No dia seguinte, o jornal acima repetiu a notícia e escreveu mais:

"Não estivemos presente na ocasião, pelo que demos essa notícia à vista de informações que colhemos ligeiramente.

"Hoje podemos acrescentar que os ofendidos, além de António e João Viana, foram Antonio Agostinho e seu filho João Agostinho. Esses quatro homens traziam alguns escravos, dos que se haviam evadido da fazenda do sr. Luís Antonio de Almeida Barros e foram capturados.

"Já distantes da casa da estação, onde foram vaiados, desde antes do desembarque, quando, ao entrar na rua da Quitanda, (XV de Novembro), sempre acompanhados do povo, que se lhes mostrava hostil

por conduzirem escravos, deu-se a desavença com o sr. Barroso, em que um dos condutores deu uma cacetada.

“Desse fato foi que se originou a forte surra sofrida pelos quatro capangas, de que resultou ficarem eles bem machucados, não tanto, porém, que os impedisse de continuarem a andar.

“Os pretos escapuliram todos durante o barulho.

“Antonio e João Viana, depois do fato, dirigiram-se ensanguentados à casa do dr. juiz de direito, mas, não o encontrando, foram tratar de curar-se.

“Como dissemos, as ofensas recebidas pelos quatro homens constaram de bordoadas e muitas pedradas, que produziram ferimentos, notadamente na cabeça e no rosto, tudo isso sem tempo de defesa, tal era a indisposição contra eles”.

Não se deve esquecer, de que, na época, a propaganda contra a escravidão, em Piracicaba, estava acesa. Todas as forças vivas, intelectualizadas, se empenhavam na campanha. Era grande o número de senhores de escravos que engrossavam as hostes dos propagandistas, libertando, antes mesmo do 13 de maio, os míseros cativos.

Havia, não resta a dúvida, a resistência de muitos fazendeiros que não aceitavam o projeto da abolição. A pancadaria na estação e depois no pátio nada mais foi do que o resultado da propaganda, pois o fato da fuga, da captura e da volta ao cativeiro, acumulou os ânimos, traduzindo, nitidamente, o desejo da massa para participar do movimento libertador.

Um detalhe circunstancial e expressivo: na época as ruas e praças da cidade eram apedregulhadas, mormente as do centro. Já pensaram no prodigioso arsenal de “petardos” que o povo teve às mãos para acionar o distúrbio? A “Gazeta de Piracicaba” também se refere às pedras, ao lado de bengalas e cacetes, acessórios masculinos e indefectíveis. Quem quiser que ligue o raciocínio...

(Publicado em 14 de janeiro de 1979)

AS CANOAS

21 de janeiro de 1769

LÉO GUERRA

Nos séculos que se foram, primórdios da vivência piracicabana, a canoa, a moderníssima e piedosa canoa de nossos dias, hoje relegada a um plano terciário e ínfimo, era veículo de comunicação por excelência. Claro que deveria existir uma pista apropriada para ela – o rio, bem como os ancoradouros indispensáveis, os portos, como se dizia então.

Nesse particular Piracicaba era região abençoada por Deus. Possuía um rio maravilhoso, pelo qual as canoas trafegavam deslizando, a muque do varejão e dos remos. Conduziam vida – a vida industrial e comercial, a vida social e doméstica, numa profusão de energia circulante. Possuía as perobeiras centenárias, de cujos troncos surgiam as canoas.

Possuía um porto bom. No comecinho de tudo, a estrada que descia ao rio, (rua Morais Barros), chamava-se “rua do Porto”. Mais tarde, quando a margem direita começou a dar vai-e-vem, tomou esse nome. Quem não se lembra da “rua do Porto”, de saudosa memória? Tropeiros, itinerantes, carroceiros, poetas e pintores, até os sertanistas e pingüços, a conheciam...

Descendo-se mais para baixo, encontrava-se outro desembarcadouro, a parada de Porto Feliz, tomando o Tietê, um flume mais importante, com outras possibilidades. Entre os dois rios, até a chegada do trem-de-ferro, as canoas deitavam cartas na balança das comunicações da época, como também na balança econômica e religiosa.

Temos diante dos olhos uma carta escrita por D. Antonio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, capitão-general de São Paulo, dirigida para o ajudante (piloto), Teotônio José Zuzarte, que se encontrava em Araraitaguaba, com incumbendo.

O assunto “canoa” predominava: “Estimo que as canoas tenham

partido”, sem que possa haver falta que nos embarasse a partida da monção”, “oito dias depois de chegarem, (as canoas), a esse porto às minhas ordens que é o tempo que lhes basta”, “a todos esses Povoadores se devem auxiliar suas dependências na forma que tenho ordenado”.

“O Povoador de Piracicaba, (Antonio Correia Barbosa), me conta ter mandado quatro canoas para esse porto e que as outras se ficam varando do mato”. Não nos esqueçamos de que o ituano era profissional no fabrico de tais embarcações. Lembram-se também da questão das sete canoas em que o povoador esteve envolvido? Até levou a pecha de caloteiro...

Piracicaba-porto, Piracicaba-pista-navegável, Piracicaba-paragem ou interposto, era conhecida por esse mundo além. Mato Grosso ou Cuiabá, na rota que chegava por estas lonjuras, tinha intercâmbio comercial com a turma local. Reminescência das famosíssimas minas diamantíferas que enriqueceram muitos e empobreceram outros tantos.

Ou descendo pelas águas, ou varando agrestes sertões de Araraquara, ou ainda buscando Itu ou Sorocaba, as alternativas preferidas eram a raia líquida, onde as canoas esgueirantes iam e vinham, cantando molemente. Por terra, as picadas eram péssimas, notadamente com as chuvas, os alagadiços, os cerrados, a tremenda ausência das pontes.

A gente manda lembranças para o dr. Joaquim da Silveira Melo: “Esse caminho atravessava o rio Piracicaba, logo abaixo das corredeiras do Salto do mesmo nome, em um baixo arenoso que dava perfeitamente vau durante o tempo invernososo.” Está na cara que, quando o tempo não era invernososo, havia as canoas, as canoas providenciais...

(Publicado em 21 de janeiro de 1979)

ELEIÇÃO PAROQUIAL

25 de janeiro de 1824

LÉO GUERRA

Queremos crer fosse um dia de festa na longínqua Vila Nova da Constituição. E' que, na Igreja Matriz, ia se dar a eleição para a seleção dos elementos que fariam parte do segundo elenco camarário do ainda recente município, já que a primeira câmara municipal chegara ao fim, apesar dos trancos e barrancos por que passara no início.

O processo eleitoral era um tanto complicado. Mais ou menos, sem delongas, era este: excluídas as formalidades, escolhiam-se entre os presentes os eleitores gerais, homens de certa condição representativa, que, pelo menos, soubessem assinar o nome na lista dos votantes, os quais elegiam os eleitores paroquiais – seis membros constitutivos da Câmara.

Estes seis seleccionados é que escolhiam entre si os vereadores (3), o juiz ordinário (presidente da Edilidade), o capitão-mor, encarregado da jurisdição e o juiz de órfãos, o notário da vila.

Antes, na forma legal, houve edital competente da Corporação, convocando os interessados para o pleito. Interessados para assistir à reunião, ou para participar dela, ou para a escolha dos cavalheiros capacitados, que pudessem exercer o direito do voto. Pela ata lavrada, sabe-se que o comparecimento dos interessados foi satisfatório. Na falta de veículo de difusão, o edital em apreço foi grudado na porta da igreja.

Os sinos repicavam festivamente. Gente endomingada a caminho do templo. Cavalos mordicavam a grama. Celebrou-se a missa do Espírito Santo e houve “discurso” (prédica), pelo vigário titular. Solenidade. Expectativa. Os eleitores gerais foram chegando e aclamados como votantes. Voluntários. Sem coação. A ata não informa se a votação foi pelo sistema dos pelouros (invólucros de cera contendo a cédula), ou envelope ou voto a descoberto.

“Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, oito centos e vinte e quatro, aos vinte e cinco de janeiro, nesta Villa Nova de Constituição. Comarca de Fidelissima Villa de Itu, Província da Imperial Cidade de São Paulo, na Igreja Matriz, onde se reuniu...” “E para constar lavrei este Auto em que todos se assignam...”

Comandou a máquina eleitoral o juiz presidente Manuel Duarte Novais, servindo de secretários João Luis Leitão Freire e Antonio José da Conceição. O vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, o capitão-mor João José da Silva e o juiz de órfãos Manuel de Barros Ferraz serviram de escrutinadores.

Os candidatos mais votados e eleitos foram estes: vigário-colado, (efetivo), Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, 32 votos; capitão-mor João José da Silva, 24; capitão Domingos Soares de Barros, 20, Manuel de Barros Ferraz, 18; capitão Estevão Cardoso de Negreiros, 16 e Carlos José Botelho de Arruda, 15.

Ao todo, passaram pela urna 217 votantes.

“E logo, no mesmo dia, mez e anno no Auto retro declarado e em Auto (ato), sucessivo, depois de ser pelo Presidente da Mesa perguntado em voz alta o Povo (assistentes) que a este Auto concorreu, se sabião de algum suborno para as eleições que achava a fazer, foi pelo mesmo Povo respondido que não.”

O vigário-presidente usou da prudência. Evidentemente. Nas eleições de 1822, quando da elevação da freguesia à vila, houve confusão tremenda. E a palavra “suborno” andou de boca em boca, andou até nos autos de devassa, foi até D. Pedro I. Muito bem! Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém...

(Publicado em 28 de janeiro de 1979)

ACHEGAS

5 de fevereiro de 1883

LÉO GUERRA

Na data subtítulo a Câmara Municipal cá do burgo endereçou à Assembléia Provincial o seguinte officio:

“Ilmos. e exmos. srs.

“A Câmara Municipal da cidade de Piracicaba vem representar a VV. Exmas. sobre a necessidade de ser criada nesta cidade, no bairro urbano denominado Bairro Alto, uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino.

“Existem na cidade três cadeiras para o sexo feminino e uma das três foi com todo o acerto criada, funcionando exatamente naquele bairro, ao passo que só existem duas cadeiras para o sexo masculino, resultando disso serem ambas frequentadas por um número superabundante de alunos, de modo a ser impossível ao professor, por maior que seja seu zelo, desempenhar bem suas obrigações para com todos. Assim é que, na escola do professor Antonio de Carvalho Sardenberg, existem 51 alunos matriculados e frequentes; e, na do professor Inocêncio Augusto da Silveira Maia, existem 104 matriculados e 59 frequentes, quando o bom desempenho do serviço exige não mais de 36 frequentes.

“O recenseamento de 1882 dá para esta cidade, meninos na idade escolar – 6 a 15 anos – 1.064, número este já então incompleto e hoje muito aumentado.

“Foram coletados nesta cidade, para o pagamento de imposto predial, 1.190 e tantas casas, o que faz certo existirem aqui mais de 1.200 casas que, a cinco habitantes em cada uma, encerram uma população de 6.000 almas. E’ certo uma das cinco maiores aglomerações de povo que há na Província.

“Tudo isto torna manifesta a necessidade de mais uma escola nesta cidade.

“Deus guarde a VV. Exmas. por muitos anos.

“Paço da Câmara Municipal de Piracicaba, em sessão ordinária de 4 de fevereiro de 1883.

“Manuel de Moraes Barros, José Custódio Soares de Barros, José Ferraz de Camargo Júnior, José Fernando de Almeida Barros Júnior e dr. João Batista da Rocha Conceição.”

Esse ofício, copiado da “Gazeta de Piracicaba”, de 6 de fevereiro do ano acima, vale por um relato histórico, uma fotocópia de Piracicaba de há quase um século. São expressivos os dados patentes que o elenco camarário enumera, num desfile capitoso. Começa pela denominação do Bairro Alto, hoje em declínio, pois que o distrito da Cidade Alta vem camuflado de modernismo. Nesse mesmo bairro, a Ituana-Sorocabana estava com o território garantido, mais um detalhe “demográfico” que a Edilidade não mencionou.

Esta focalização piracicabana é muito importante, como se vê neste trecho tremelicamente: “uma das maiores aglomerações de povo da Província.” Bacana. Mais de 1.200 casas, na base de cinco moradores para cada uma, dão um número redondo de um grupo populacional de 6.000 viventes. Um retrospecto interessante, embora furtivo, pelo passado. Estudo de confronto para os que gostam do assunto.

É oportuno igualmente lembrar, nestas linhas, as figuras venerandas de dois mestres dos dias idos – Antonio de Carvalho Sardenberg e Inocêncio Augusto da Silveira Maia, os dois únicos professores de então. Outra observação ou paralelo. Quantos professores nos minutos que correm, quase um século esvaído? O total atesta a pujança progressista do município.

(Publicado em 04 de fevereiro 1979)

OS LADRÕES

5 de fevereiro de 1842

LÉO GUERRA

Sequestros, assaltos, roubos e violência são frutos da época atual ou já existiram nas eras passadas? A resposta mais plausível é dizer-se que cada época teve, tem e terá seus frutos próprios. O certo também é afirmar-se que o submundo, ou o mundo dos marginais, sempre proliferou, com a polícia, sem a polícia, com a grita ou passividade dos circunstantes.

E cá, a santa terrinha? Também no pretérito os fora da lei punham as manguinhas de fora, desafiando a máquina repressiva? A resposta é um tanto embaraçosa. Já se sabe o porquê. Por falta exclusiva de documentação comprobatória. Que a afirmação é concreta não resta a dúvida. Cadê jornais, as crônicas, a tradição oral?

É básico que os marginais nascem das massas. Por revolta, por falta de escolas, pela ojerisa ao trabalho. A miséria é má conselheira e a fome é imperativo soberano. Frisa-se que o malandro é sujeito inteligente. Tão inteligente que se não volta à mendicância, como os vagabundos. Vive da sua coragem e astúcia, de sangue frio e talento.

As linhas presentes, leitor amigo, correspondem a um resultado fortuito. No meio da papelada do arquivo, uma carta foi encontrada — um ofício que deixou em paz as terras patrimoniais, o capitão-povoador, os homens-maus, a Maria Flor, as estradas e pontes, as atribuições da Edilidade e outros tantos assuntos, useiros e vezeiros nesta coluna.

Uma representação dirigida pela Câmara Municipal à Presidência da Província:

“A Câmara Municipal desta Vila, tendo fundados receios que uma quadrilha de ladrões tenta acometer a Vila, segundo já o tem feito nas Vilas vizinhas, recorre a V. Excia., pedindo um destacamento de doze homens, os quais, comandados por um oficial superior, guardem a mes-

ma Vila, atento que está a Câmara convencida de que os recursos do Município são suficientes para acautelar qualquer desavisado que por ventura apareça.

“Deus guarde a V. Excia. por muitos anos.

“Passo da Câmara Municipal da Vila Constituição, 5 de fevereiro de 1842.

“Ilmo . e Exmo. Sr. Barão de Monte Alegre, D. Presidente da Província de São Paulo.

“António Riuz de Almeida, Manuel de Toledo e Silva, Afonso Agostinho Gentil, Inácio de Vasconcelos Cunha Caldeira, António José da Conceição, Pedro Ferraz Castanho e Felipe Xavier da Rocha.”

Esse documento consta da correspondência oficial da Municipalidade.

Ninguém sabe das providências tomadas, se o destacamento de doze homens chegou até cá ou se a quadrilha de bandoleiros aportou por estas bandas, pondo em sobressalto os moradores. Silêncio das atas, o que leva a crer que o rebate foi falso. Fazia-se sentir a ausência de uma “Crônica policial”, onde o rabiscador pudesse se inteirar do fato.

Aliás é bom que se diga que os meses iniciais de 1842 foram calmos para a Vila da Constituição. Nada de destaque, de relevância que pudesse quebrar a rotina normal dos trabalhos da equipe camarária. Apenas no dia 2 de fevereiro o edil dr. Felipe Xavier da Rocha denunciou a seus pares que o juiz de paz da freguesia de Rio Claro, termo de Constituição, não sabia escrever e pedia a terceiros darem sentenças, a que mal assinava...

Também a 20 de janeiro, águas passadas, tomou posse da Presidência da Província o dr. José da Costa Carvalho, barão de Monte Alegre, que foi um dos proprietários da importante fazenda agrícola deste município, fazenda essa que até os dias presentes, conserva o mesmo título distintivo.

Já em maio houve tumulto grosso cá na paróquia.

(Publicado em 11 de fevereiro de 1979)

PROBLEMA CRUCIANTE

16 de fevereiro de 1845

LÉO GUERRA

Quem se der ao trabalho de consultar o minguido arquivo da história local, mormente as atas da Municipalidade ou papéis avulsos, verá como foi crucial para a vida de então o capítulo que encerra a questão das estradas e pontes. O município nosso, recortado regularmente por rios e regatos, tinha o problema constantemente na pele, martirizantemente.

A expansão comercial e social se fazia mister, já que o município crescia. O intercâmbio, a compra e venda, o escoamento agrícola, a própria vida religiosa eram uma constante nos labores da Câmara Municipal. O muito que se fazia era um nada. Bastava viessem uns dias de chuva e tudo voltava à estaca zero. Uma calamidade sem dimensões.

Veja-se, por exemplo, o ofício abaixo que a colenda corporação municipal dirigiu à Presidência da Província, na data acima:

“A Câmara Municipal da Vila da Constituição julga de seu importante dever levar ao conhecimento de V. Excia. que, em consequência das grandes enchentes que houve este ano, caiu a ponte sobre o rio Piracicaba, desta Vila, bem assim um lanço da ponte sobre o rio Corumbataí, sendo de absoluta necessidade ser, quanto antes, construída uma nova ponte e consertar o lanço da outra, porquanto a primeira é por onde transitam os habitantes, digo as tropas, e caminho para diversas Vilas e Freguesias, além de ser o que serve para a nova estrada da Província de Mato Grosso, em seguida por que, não consertando dito lanço, perdesse os outros que existem, sobretudo porque ela é quase de igual importância que a primeira, tendo esta Câmara a fazer sentir que a nova ponte pode ser construída por 6:000\$000 e o conserto do lanço pode ser feito pela quantia de 100\$000.

“Deus guarde a V. Excia. por muitos anos.”

Esse ofício, cuja cópia se acha registrada no livro da “Correspondência Oficial”, fala claramente da agonizante questão em apreço. Naturalmente que a cópia presente não obedece à ortografia do original, pois que, no assunto, só é interessante o fato em si, o caso da semana, e não outro ponto que se desvie da tese central.

Era comum, então, a tropa de cargueiros, no transporte de mercadorias que chegassem ou que demandassem os centros comerciais. Na falta de ponte, funcionavam as canoas, batelões ou balsas na travessia — uma morosidade penosa que exigia tempo e sacrifício. A mente procura centralizar essa quadra distante, esse trabalho que o volume das águas aumentava.

No geral, as pontes de antanho eram construídas de toras e pranchões, de tábuas e vigotas, a muque de pregos, amarradas de cipó. Pode-se imaginar que a constância delas era precária e a todo tempo necessitavam de reparos e reparo radical, como no caso da ponte sobre o rio da cidade e sobre o rio suburbano do Corumbataí.

Reparem, igualmente, na circunstância da Província de Mato Grosso. Um século e pico das celebrizadas minas de Cuiabá. Entende-se que a rota primitiva ainda perdurava na realidade dos homens de então, comprovando um antigo traçado, que passava por estas bandas. Era o nosso lendário rio, que comandava a picada e facilitava a derrota.

O rio eliminava um bocado os perigos. O burro, o cargueiro eram o único recurso por terra. Um animal escolhido para o transporte da picareta, da foice, do enxadão, do machado, com que se devastavam as barreiras. O pior eram os alagados, os brejos, as lagoas; o desvio, mais alguns quilômetros de chão batido, antes de entrar na picada...

(Publicado em 18 de fevereiro de 1979)

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

23 de fevereiro de 1873

LÉO GUERRA

Sessão da Câmara Municipal, cujos trabalhos deixaram a rotina de sempre, sacudida que foi por uma indicação alvissareira e precursora de progresso. E' que o vereador, dr. Eulálio da Costa Carvalho, um pioneiro, apresentou uma proposição, um tanto bimbalhante, referente à iluminação de ruas e praças, pelo processo de lampiões, ativados pelo querosene.

Um pequeno retrocesso explicativo: na capital da Província, estava sendo substituído o sistema de iluminação pública a querosene pelo de gás, com rede subterrânea. Então o dr. Eulálio indicou que a Constituição pleiteasse os postes e lampiões de São Paulo — o conjunto todo, a fim de que a localidade se beneficiasse com a inovação, muito desejada.

Não se sabe como foi o pedido, a cessão, o transporte. Só se sabe que os postes e demais apetrechos, em novembro do mesmo ano, já se encontravam cá na terra. Vieram cerca de cinquenta conjuntos, que seriam colocados em lugares mais apropriados, “criando-se para a iluminação da cidade e para o encanamento de água um imposto especial de r\$ 500 por testada”.

Como era de se esperar, o povo abriu a boca diante da ameaça de nova contribuição. Uma exorbitância! Mas o melhoramento era de vulto. Já pensou como seriam as ruas de Constituição à noite, mormente nas noites sem lua? Não houve outra escapatória se não a taxa anunciada, uma vez que os cofres da Tesouraria Municipal viviam perenemente “exaustos”.

Tudo pronto? Muito bem. A 14 de fevereiro de 1874, com festividades auspiciosas, segundo o “Almanaque de Piracicaba para 1900”, deu-se a inauguração pública a querosene das ruas e praças da paróquia. Ninguém pode dizer como foram tais festividades. Mas o certo é que a

ex-Piracicaba deu um passo a mais na senda do progresso urbano.

Muito provavelmente, na noite de estréia, os membros da corporação municipal, formando um cortejo respeitável, andaram todos, de lampião a lampião, antegozando o sucesso, que valia por um atestado de civilização. Discurso? Banda de música? Ignora-se. O povo sim. Esse compareceu em massa, emprestando ao ato muita animação, muitos comentários e vivacidade.

Os suportes da iluminação foram colocados nas esquinas, já que não eram muitos, nem davam para um aproveitamento mais amplo. E isso só se verificava nas artérias centrais da urbe. As praças, como o pátio da Matriz, receberam carinho melhor. As ruas dos arrabaldes não tiveram participação na novidade. Também não caíram na rede do tal imposto.

Ao cair da noite, carregando pequena escada, um funcionário municipal percorria as ruas, poste por poste, e colocava medida exata de querosene nos lâmpões, medida essa que durava até as dez horas (22 horas), mais ou menos. Acesa a mecha, o encarregado lá se ia e, por conseguinte, não voltava para desativar o pavio. O lampião se prendia numa espécie de caixa de vidro, afim, de evitar a ação do vento ou da chuva.

A rua melhormente iluminada foi a rua Direita (Morais Barros). Claro. A estação da Ituana se localizava onde hoje está o Grupo Escolar "Dr. Alfredo Cardoso". Havia trens noturnos. Inteligência para com os itinerantes, razão por que essa via pública foi a primeira preferencial da nossa história. Vale por uma constatação sobremaneira interessante.

Com o decorrer do tempo, o serviço municipal estava falhando. A Câmara cidadina passou-a a terceiro. Um contrato foi lavrado entre a Edilidade e o cidadão Maurício Rodrigues Cardoso para a continuação dos misteres referentes à iluminação. Foi este o primeiro contrato do burgo, relativo ao assunto. Vale a pena registrar a data acima, como subsídio local.

(Publicado em 25 de fevereiro de 1979)

DE VILA A CIDADE

26 de fevereiro de 1856

LÉO GUERRA

A escala ascensional foi interessante. Antes de 1774, a aldeola, que o rio Piracicaba demarcava geograficamente, era uma povoação singela. Deste ano em diante, passou para a classificação de freguesia, um passo bem proporcionado na senda do progresso. Já era alguma coisa. Importante foi a fundação oficial de 1767. Parabéns ao ituano povoador.

Como freguesia andou ao Deus dará até 1822. Vivendo pejorativamente, porque devia obediência a duas vilas vizinhas na época. Impropositivamente. Quem vive sujeito a uma rainha não vive comodamente. Imagine-se, então, viver debaixo das ordens de duas rainhas! Teve um surto bem bom que foi no início do século dezenove. Um começo realmente promissor.

Mas a 10 de agosto de 1822, registrou-se a vitória de nova barreira. De freguesia foi à vila autônoma. Câmara de vereadores novinha em folha! Que boniteza! O nome lusitano não agradou aos santoantoninos. Mas dava para quebrar o galho. Superou as tremendas crises políticas daqueles tempos e foi andando impavidamente, sem esmorecimento.

Autonomia é mais realza. Houve mais progresso na agricultura, no comércio. Veio a primeira ponte sobre as águas. Estradas se abriram rasgando horizontes. A cana-de-açúcar, os engenhos, a escola para meninos, o café. A Edilidade tomou assinatura de “O Farol Paulistano”, o correio já ensaiava suas malas por estas bandas. Não disse que, assim, a coisa brilha?

Agora estamos já na metade final do século dezenove. Constituição caminha a passos largos. Ruas, praças, calçadas para os pedestres. Carroças e carroções, intercâmbio comercial intenso. Imposição sociológica. Não mais uma referência geográfica, com o Salto nas pontas dos dedos, mas uma constatação positiva, no novelo das demais localidades

da Província.

Só perdurava uma tristeza: ainda era vila, dependendo um bocado da comadre vizinha, que já era comarca. Por que Constituição permanecia nessa enquadatura de vila, ao lado de muitas ex-vilas que já se tornaram cidades? Foi então que um grupo de cidadãos de boa vontade resolveu estufar o peito, endereçando à Câmara Municipal o seguinte abaixo-assinado:

“Ilmos. Srs. Membros da Câmara Municipal.

“Os signatários da presente representação, compenetrados do grande benefício que sobreviria a esta Vila se ela fosse elevada à categoria de Cidade, se apresentam por meio desta perante VV. Excias., pedindo, como de fato pedem, o sabem, é uma das mais populosas da Província, seu comércio não é pequeno e seu futuro engrandecimento não oferece dúvida: tudo isto parece indicar na consecução da medida.

“À vista, pois, destas considerações, os signatários esperam que VV. Excias. se prestarão a juntar suas vozes ao seu pedido, representando ao Exmo. Governo da Província.

“Vila da Constituição, 26 de fevereiro de 1856.”

Seguem-se as assinaturas.

Informa a “História de Piracicaba em quadrinhos”:

“Interessante é notar-se que as atas dos trabalhos da Câmara não registram a entrada desse documento (encontrado no Departamento do Arquivo do Estado), nem dele dão a menor notícia. Possivelmente o documento foi endereçado diretamente ao governo da Província, apenas recebido. Ou, então, os vereadores não se interessaram pelo assunto, que lhes pareceu corriqueiro e não lhe deram registro. E’ de estranhar-se, também, não haja a Municipalidade tomado a iniciativa em apreço.”

Todavia, por lei provincial, número 21, de 24 de abril do mesmo ano, a Vila da Constituição foi elevada à categoria de cidade, conservando o mesmo nome.

(Publicado em 04 de março de 1979)

MUDAM OS TEMPOS?

5 de março de 1804

LÉO GUERRA

Essa pergunta é oportuna: mudam os tempos, na rotação contínua, ou nada é novo sob o sol? A inquirição é com referência a uma carta, um retrato vivo na época, em que o sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda endereçou ao chefe da Capitania, Antônio José de França e Horta. A carta é expressiva e vale transcrição na íntegra, desrespeitando a ortografia:

“Na certeza de que V. Excia. procura felicitar aos povos da sua Capitania, procurando remediar todas as desordens que têm havido; vou representar a V. Excia. uma que presentemente experimentamos nesta Povoação com a fugida de vários escravos que, em uma noite, se ajuntam armados e paramentados para irem a um Quilombo que se diz estar na cabeceira do rio Corumbataí, para as partes de Araraquara, em distância de um bom dia de viagem; e com a fuga desta gente está este Povo no maior sofrimento, por precisar andar as mulheres que dependem sair fora de casa debaixo de guarda, temendo a ele; e como haverá um mês e não tem havido providência alguma para que se possa extinguir e destroçar este ajuntamento de negros, sossegar o temor em que atualmente estamos, por ser o maior exército deles, depois de se apanharem juntos, matar, roubar, forçar; e fiquem os maiores insultos que costumam, como é notório; e para esta providência não haja V. Excia. melhor que o Capitão-mor da Vila de Itu pelos exemplos que tem mostrado em quilombos de mais de trezentos negros que tem mandado destroçar, que infestam não só esta Capitania como a de Goiás, que até mulheres brancas se acham neles, fardas agaloadas e outros trastes das mortes e roubos que tenham feito.

“Portanto, vou suplicar a V. Excia. a providência que acho de justiça.

“Deus guarde a V. Excia. felizmente por muitos anos para nosso amparo.

“Piracicaba, 5 de março de 1804.”

Esta petição está assinada pelo sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda.

Agora é que entra em cena o tal de “Nihil sub sole novum” (Moraes), um latinório que dá força à imagem. Nos dias presentes, imperam os roubos, os assaltos e sequestros, uma prepotência arrogante e fria. É aventura arriscada sair-se à noite, a pé, pelos arrabaldes da cidade. Até nas ruas centrais têm-se registrado acometimentos de vulto, às barbas de polícia.

Então volvamos ao solo do Piracicaba, no início do Século XIX, servindo-nos da vista panorâmica que a representação acima nos proporciona. Uma das poucas vezes que os anais conterrâneos falam em quilombo – um acampamento de escravos insubmissos, localizado lá pelas bandas do bairro de Santa Terezinha, nas ribanceiras do rio Corumbataí.

Nota-se o perigo eminente para todos quantos se arrojassem aos imprevistos das ruas, à noite, notadamente para as mulheres, às quais urgissem um passo fora de casa. Noites escuras, sem lua, lanternas improvisadas seriam até um alvo precioso. Africanos de tocaia, à espera da primeira vítima, já que na lei do quilombo prevalecia a força, a sanha incontida.

Não nos esqueçamos, igualmente, que o final do século XVIII e o início do século XIX foram o tempo das vacas magras para a freguesia. Período crítico de decadência. Quase sem forças coibitivas para metodizar a turbulência, que afugentava o progresso. Evasão do braço trabalhador e famílias de povoadores para as vilas e freguesias vizinhas.

Guerra surda entre o sargento-mor e o capitão-comandante, cada qual com arrogância própria. E os pretos com ânsia de liberdade, de desforra.

É certo, pois, que numa terra onde não há lei imperam os indivíduos que vivem fora da lei.

(Publicado em 11 de março de 1979)

RESPEITO AOS TEMPLOS

16 de março de 1851

LÉO GUERRA

Foi um bocado difícil contornar o problema. É que as eleições cá da terra se realizavam na nave central da igreja matriz. Era local amplo, com relativa comodidade para que todos se vissem envolvidos na engrenagem eleitoral, quer direta ou indiretamente. Ontem como hoje, as eleições municipais exigiam espaço, para livre movimentação dos mesários e eleitores.

Na Vila da Constituição, o único lugar apropriado era o recinto principal da igreja – salão acomodado, com boa claridade, propício para os trabalhos em pauta. A vila, é bem verdade, não possuía número avultado de votantes. Uma única urna, unicamente uma secção eleitoral. Entretanto, havia sério problema a registrar, e grave.

No geral, as eleições eram precedidas de missa. Assistência avultada, que, terminando o officio divino, ficava para “ver.” As eleições em si já era um espetáculo inusitado, especialmente para os homens, os homens analfabetos, que afluíam ao templo, também para “ver.” Constituída a mesa, dava-se início à chamada e todo-mundo se erguia para “ver.”

As mulheres idem, idem. Não é preciso dizer que as mulheres dos dias passados possuíam o belo predicado da curiosidade. O recinto se transformava numa babel genuína. Crianças? Comidas? Água? E por que não? As portas da igreja permaneciam abertas e não é para estranhar se vendedores ambulantes por lá aparecessem, mirando os vinténs do lucro.

Agora imagine-se o estado do recinto, terminados os trabalhos. Os homens fumavam enormes cigarros de palha que provocam cusparadas irriquetas. Não bastasse isso, havia o desrespeito. Afinal de contas a casa dos santos é sítio sagrado. Irreligiosidade não. A balbúrdia estava a

bradar por umas providências enérgicas.

Namoradinhos? Acho que não, porque os jovens de então, especialmente as moças ganhavam nota dez pelo comportamento. Você duvida? E os olhos arregalados das beatas, que não perdiam um só movimento da rapaziada. “Vou contar pro seu pai!” E as queixas? Não só dos paroquianos como da reverendo vigário e do fabricanteiro. Urgia dar um jeito.

Foi então que a Edilidade resolveu agir, zeladoramente, endereçando a seguinte representação à Assembléia Provincial.

“A Câmara Municipal da Vila da Constituição vem à presença desta Assembléia Provincial pedir que se digne representar aos Supremos Poderes do Estado para que não mais se façam, dentro da Matriz, as eleições primárias. É desagradavelmente sabido, Ilmos. Srs., as ocorrências desagradáveis que têm aparecido por ocasião de tais eleições, às quais, ainda que calmosas, não deixam de ser um desrespeito ao Templo de Deus Nosso, que merece todo o acatamento da humanidade e assim a mesma Câmara, deixando de mencionar aquelas ocorrências espera que esta Assembléia anuirá à sua súplica.

“Deus guarde a VV. Excias., por muitos anos.

“Paço da Câmara Municipal da Vila da Constituição, em sessão extraordinária de 16 de março de 1851.”

Ao que é bem provável, houve algum fato culminante que deu origem a essa representação extrema. Não conseguimos descobrir algo a respeito. O documento acima se encontra registrado no livro da “Correspondência oficial”, copiado e publicado em folhetins pela imprensa cidadina, graças ao desvelo do professor Guilherme Vitti.

Entretanto, a transferência solicitada iria causar problemas aos vereadores, por falta de local apropriado que substituísse a igreja.

(Publicado em 18 de março de 1979)



**Este livro é uma coletânea de 100 artigos
sobre fatos e pessoas do passado de Piracicaba,
verdadeiras preciosidades, publicados,
semanalmente, nos anos 1977 a 1979,
em jornal dessa cidade. De leitura agradável,
é uma interessante reconstrução histórica.**



ISBN 978-85-61237-27-1



9 788561 237271